

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - MESTRADO**

IVONETI DA SILVA RAMOS

**MULHERES NO TERCEIRO SETOR DA
ECONOMIA:
O MITO DA EMANCIPAÇÃO FEMININA**

Florianópolis (SC), março de 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - MESTRADO**

IVONETI DA SILVA RAMOS

**MULHERES NO TERCEIRO SETOR DA
ECONOMIA:
O MITO DA EMANCIPAÇÃO FEMININA**

Dissertação submetida ao Departamento de Pós-Graduação em Economia, como exigências para obtenção do título de Mestre em Economia, sob orientações do Profº Drº Helton Ricardo Ouriques.

Área de Pesquisa: Transformações do Capitalismo Contemporâneo (Mundo do Trabalho)

Florianópolis (SC), março de 2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA - MESTRADO**

**MULHERES NO TERCEIRO SETOR DA ECONOMIA:
O MITO DA EMANCIPAÇÃO FEMININA**

IVONETI DA SILVA RAMOS

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora, composta pelos Professores:

Profº Drº Helton Ricardo Ouriques
Orientador

Profª Drª Beatriz Augusto Paiva
Membro

Profº Drº Carlos Montaña
Membro

Florianópolis (SC), março de 2006

AGRADECIMENTOS

Nessas horas faltam as palavras....

Uma palavra ao meu orientador, Prof^o Dr^o **Helton Ricardo Ouriques**: compreensão. Um *Mestre* que esteve ao meu lado com muito mais que textos e livros, mas com palavras de estímulo, de apoio, descontraído quando as minhas lágrimas teimavam em cair sobre os capítulos ainda recortados. Agradeço sua orientação focalizada, objetiva, sempre norteando minha pesquisa quando, sem querer, eu me desviava para assuntos marginais. E, acima de tudo, agradeço a sua compreensão pela minha ênupla jornada de trabalho.

Uma palavra aos professores que participaram da banca de qualificação desse projeto: discernimento. Os comentários e as obras indicadas pelos componentes da banca de qualificação foram substanciais para impulsionar a pesquisa. Sou grata à Prof^a Dr^a **Beatriz Augusto Paiva**, pela indicação das duas obras que nortearam essa pesquisa (Saffioti e Montaño). Sou grata ao Prof^o Dr^o **Pedro Antônio Vieira**, pelas recomendações metodológicas para a pesquisa (ponto de partida e onde se quer chegar com a pesquisa, assim como o foco).

Uma palavra a duas pessoas especiais também desde a graduação: referência. Somente pessoas grandes conseguem ser humildes. É assim que eu os vejo. Sou grata ao companheirismo da Prof^a Msc **Carmen R. O G. Gelinski**, pelo voto de confiança e pela força nesses anos todos em que nos conhecemos. Sou grata ao Prof^o Dr^o **Idaleto Malvezzi Aued** pelo incentivo na continuação de meus estudos e pela orientação na avaliação para o Programa de Pós-graduação.

Uma palavra a minha família: vitória. Mais uma etapa foi vencida, pela qual sou grata ao apoio do meu marido **Saulo Pioner de Carvalho** e da minha filha **Monique Ramos de Carvalho**.

Uma palavra às **trabalhadoras-remuneradas das ONGs** pesquisadas: garra. Agradeço a participação na pesquisa, esperando que, de alguma forma, possa contribuir para o processo de emancipação social, não somente das mulheres, mas de toda a classe trabalhadora.

Uma palavra a **Deus**: emoção. Agradeço a Deus a reunião de todas essas pessoas na minha vida.

DEDICATÓRIA

À Família...

Saulo Pioner de Carvalho
Monique Ramos de Carvalho

...com amor.

*"...Liberdade, essa palavra
que o sonho humano alimenta
que não há ninguém que explique
e ninguém que não entenda..."*

Cecília Meireles

SUMÁRIO

Lista de Quadros.....	x
Lista de Anexos.....	x
Resumo.....	xi
Abstract.....	xi

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1 O problema.....	13
1.2 Hipótese de trabalho.....	22
1.3 Objetivos.....	22
1.4 Materiais e métodos.....	23

CAPÍTULO II

2. REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	33
2.1 Sistema de produção capitalista: natureza contraditória como marca registrada	33
2.2 Crise no sistema capitalista: lucros decrescentes e redução do comando capital/trabalho	40
2.3 Reestruturação produtiva e estatal: alternativas para manutenção do sistema capitalista.....	47
2.4 Reflexos da reestruturação capitalista: expansão do terceiro setor e aplicação massiva da força de trabalho feminina como subprodutos	54

CAPÍTULO III

3. O TRABALHO FEMININO NO CAPITALISMO	58
3.1 Mulheres, estruturas e sistemas sociais: a força do patriarcado e do sistema do capital.....	58
3.2 Emancipação Feminina: as lutas e o horizonte limitado das vitórias.....	62
3.3 Trabalho feminino no capitalismo: a (des) ilusão da emancipação.....	66
3.4 Mulheres no Mercado de trabalho: “qualificação alternativa” em função das questões de gênero.....	70

CAPÍTULO IV

4. O TERCEIRO SETOR DA ECONOMIA.....	76
4.1 Fortalecimento da Sociedade Civil: introduzindo o tema do terceiro setor	76
4.2 Terceiro setor <i>versus</i> setores público privado: paliativo na reforma do Estado e relação determinante na responsabilidade social empresarial.....	82
4.3 Terceiro setor da economia: origens e conceito dessa mitológica transformação social.....	89
4.4 Trabalho no terceiro setor: funcionalidade ao sistema capitalista.....	95

CAPÍTULO V

5. O TRABALHO FEMININO NO TERCEIRO SETOR.....	101
5.1 Mulheres no terceiro setor: funcionalidade desmistifica emancipação feminina.....	101
5.2 Terceiro setor e trabalho feminino na região da grande Florianópolis: o mito se desfaz na realidade cotidiana	106

Lista de Quadros

Quadro 1: Organizações Não-Governamentais pesquisadas na Região da Grande Florianópolis	31
Quadro 2: Panorama de movimentos feministas e seus resultados em países selecionados.....	64
Quadro 3: Estrutura da população economicamente ativa (PEA), por sexo, no Brasil, no período 1970-2002.....	71
Quadro 4: Percentual da média salarial real por hora das mulheres em relação ao dos homens, na região Metropolitana de Porto Alegre (RS).....	74
Quadro 5: Momentos do associativismo civil no Brasil, décadas de 1960 a 1990.....	80

Lista de Anexos

ANEXO 01: Questionário aplicado a trabalhadoras-remuneradas em Organizações Não-Governamentais (ONGs) na região da grande Florianópolis (ano de 2005).....	131
---	-----

RESUMO

Historicamente as mulheres lutam pela emancipação em relação ao sistema de dominação patriarcal. Isso passa pela emancipação econômica, através da inserção delas no mercado de trabalho. Porém, neste mercado, a aplicação da força de trabalho feminina recebe tratamento diferenciado, no sentido discriminatório: condições salariais precárias e dupla jornada de trabalho. Surge uma esperança para vencer essas adversidades com a criação de postos de trabalhos no terceiro setor da economia, preponderante na aplicação da força de trabalho feminina. Porém, a funcionalidade que este setor apresenta ao sistema capitalista, condicionará o aspecto funcional também da aplicação da força de trabalho feminina em suas atividades, o que poderá minar o projeto de emancipação social da mulher que dele participa. Tendo em vista esses apontamentos, este trabalho objetiva demonstrar a funcionalidade que a aplicação da força de trabalho feminina no terceiro setor da economia confere ao sistema capitalista, desmistificando o terceiro setor como espaço emancipatório feminino. A revisão bibliográfica relata a crise e a reestruturação do sistema de produção capitalista no final do século XX; o trabalho feminino no capitalismo, considerando seus aspectos enquanto qualificação alternativa; e o terceiro setor da economia, observando sua funcionalidade ao sistema capitalista. O universo da pesquisa limitou-se às instituições do Terceiro Setor da região da grande Florianópolis. O levantamento de campo permitiu reforçar a hipótese deste trabalho, pois verificou que o terceiro setor reproduz as mesmas condições de aplicação da força de trabalho feminina que os outros setores da economia no tocante à condições salariais precárias e à dupla jornada de trabalho.

Palavras-Chave: 1. Emancipação Feminina e Capitalismo 2. Terceiro Setor 3. Trabalho Feminino

Abstract

Women has historically fought for emancipation with respect to the system of patriarchal domination. That includes the economic emancipation, namely the insertion of women in the work force. However, in this market, the application of the feminine work force has granted a differentiated treatment, in the discriminatory direction: precarious wage conditions and double hours of working. Some tends to be created with a wide rank of works in the third sector of the economy, which preponderant uses the application of the feminine work force. However, the functionality that this sector presents to the capitalist system, conditions the functional aspect of the application of the feminine work force in these activities, which might undermine the project of women social emancipation. In view of these notes, the objective of this dissertation is to demonstrate the functionality that the application of the feminine work force in the third sector of the economy confers to the capitalist system, demystifying the third sector as feminine emancipation space. The literature review discusses the crisis and the reorganization of the system of capitalist production in the end of XXth century; the feminine work force in the capitalism, considering its aspects as an alternative qualification; and the third sector of the economy, observing its functionality with respect to the capitalist system. The scope of the research is limited to the institutions of the third sector in the great Florianópolis area. The field research allow the strengthen of the hypothesis of this work. Therefore we conclude that the third sector reproduces the same conditions of application of the feminine work force that other sectors of the economy, namely precarious wage conditions and the double hours of working.

Key-words: 1. Women Emancipation and Capitalism 2. Third Sector 3. Feminine Work Force

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 O Problema

A luta da mulher pela sua emancipação em relação ao sistema social patriarcal¹ é clássica. Dentro de um contexto de uma sociedade capitalista, essa emancipação social idealizada pelo sexo feminino passa, impreterivelmente, pela independência no campo econômico. Na delimitação do conceito de emancipação, pode-se destacar duas formas concretas de atuação dos movimentos feministas: a emancipação pequeno-burguesa, que trata a questão feminina como autônoma, ou seja, desvinculada de outras lutas, preconizada nos Estados Unidos no século XIX e percebida no Brasil desde o início do século XX; e a emancipação socialista, segundo a qual a questão feminina subordina-se à luta do proletariado, ou seja, a luta de classes, cuja atuação no Brasil foi expressiva nas décadas de 1950 e 1960. Esta última modalidade de emancipação move-se com a finalidade de dar sentido ao processo de “transformação social”, enquanto que a primeira organiza-se na busca de pequenos benefícios dentro do sistema, não possibilitando transformações sociais profundas, com o agravante de que, ao contentar-se com as pequenas concessões, contribui para a funcionalidade e manutenção do *status quo* capitalista, este caracterizado por contradições internas que condicionam a divisão da sociedade em classes.

Os movimentos feministas floresceram na Europa no século XVIII, espalhando-se posteriormente para as Américas. O movimento feminista brasileiro, que se espelhou nos movimentos da Europa, inicia-se pouco antes da I Guerra Mundial, com a atuação da Dr^a Bertha Lutz, que se transforma na primeira disseminadora, através da imprensa e da tribuna, da emancipação da mulher. Segundo Saffioti (1979, p. 272, grifos nossos), essa atuação “[...] revela uma identificação com os ideais dos estratos sociais médios no que tange à ascensão

¹Regime da dominação-exploração das mulheres pelo homem (Saffioti, 2004).

social. Toda sua ação se desenrola no sentido de obter uma expansão da estrutura capitalista no Brasil, de modo a se abrirem novas vias à emancipação econômica da mulher, [...]”.

Sobre os grifos na citação acima, pode-se inferir: o primeiro grifo refere-se à concepção de emancipação pequeno-burguesa, pretendida através da expansão da estrutura capitalista, que, de acordo com Saffioti (1979, p. 132), impossibilita superar o status quo capitalista, antes disso, reforça a “[...] *consolidação da sociedade de classes na medida em que permite a esta assumir uma aparência que melhor dissimule suas contradições internas*”. Pela ótica da emancipação pequeno-burguesa busca-se ampliar a estrutura capitalista de forma a inserir as mulheres no mercado de trabalho. A autora ainda escreve que o feminismo pequeno-burguês não aguça as tensões sociais, ao contrário, serve como um mecanismo de atenuação dessas tensões. Suas conquistas são dentro do sistema social vigente e não para além do sistema. Saffioti (1979) coloca que se contrapõe a essa ótica a concepção de emancipação socialista, subordinada à causa proletária e a outros grupos, como por exemplo, grupos étnicos. Esta ótica considera que privilegiar apenas a categoria “sexo” poderá ter como consequência o detrimento da categoria classe social, ou seja, libertando as mulheres, e somente elas, o sistema capitalista, em função das suas contradições internas, condicionará outro grupo dominado à exploração.

Dentro da visão feminista pequeno-burguesa, Saffioti (1979, p. 272, grifos nossos) destaca que a postura reformista da Dr. Bertha Lutz, vinculada às aspirações de ascensão social dos estratos médios da sociedade,

exigia a obtenção de uma legislação que equiparasse socialmente os sexos e que, ao mesmo tempo, abrisse à mulher os caminhos de sua emancipação [...] embora não avance no sentido de obter a libertação da mulher, enquanto ser reprodutor, cuida de fornecer-lhes os meios de educar-se, de tratar de sua saúde, de dar-lhe todos os direitos civis, a fim de que ela possa realmente tornar-se independente do homem, do ponto de vista econômico e colaborar na construção da vida social.

Tanto o grifo desta citação, quanto o segundo grifo da citação referenciada no parágrafo anterior, estão assim sublinhados para evidenciar o enfoque econômico dado ao processo de emancipação feminina. Ao integrar o movimento feminista e conquistar espaços no mercado de trabalho, a mulher tem a sensação de que está conciliando a independência econômica à emancipação social, afinal, segundo Saffioti (1979, p. 274) “*esse movimento*

despertou em boa parte das mulheres, a aspiração de liberar-se e de emancipar-se através do trabalho, e isso foi amadurecendo à medida que elementos femininos iam entrando em áreas exclusivas do homem (trabalho fora do lar, educação, participação da vida social)”. Porém, o que a autora chama a atenção é para o fato de que, mesmo o movimento feminista socialista percebe a necessidade da emancipação econômica como aporte para a emancipação social. Porém, essa emancipação não pode ser limitada apenas à condição social da mulher, mas da classe trabalhadora como um todo. Por quê? A resposta a essa pergunta está na natureza contraditória do capital, cuja reprodução necessita do alijamento de alguma classe. Caso o gênero alcance à emancipação, outro grupo dominado poderá sofrer o alijamento, por que, de acordo com Mészáros (2002, p. 217), “o capital não pode funcionar sem fazer respeitar com maior firmeza do que nunca [...] as premissas e os antagonismos estruturais de sua prática”.

A discussão acima ganha destaque em Saffioti (1979, p. 35) quando esta discute a instauração do modo de produção capitalista e, por conseguinte, a divisão da sociedade em classes sociais: *“A instauração de um novo modo de produção envolve um grande ônus para certos setores da população de uma sociedade. [...] este ônus social pesará sobre os estamentos inferiores da antiga ordem que, progressivamente, vão se constituindo como classes sociais subprivilegiadas”*. A autora complementa que, no novo regime, fica claro uma divisão de classes sociais e a exploração econômica de uma pela outra, justificada a marginalização de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços através da ênfase nas características físicas, como o sexo. Assim,

Fatores de ordem natural, tais como sexo e etnia, operam como válvulas de escape no sentido de um alívio simulado de tensões sociais geradas pelo modo de produção capitalista; no sentido, ainda de desviar da estrutura de classes a atenção dos membros da sociedade, centrando-a nas características físicas que, involuntariamente, certas categorias sociais possuem. (Saffioti, 1979, P. 29)

Partindo do princípio, explorado por autores como Saffioti (1979) e Mészáros (2002), de que o modo de produção capitalista não é capaz de absorver toda a força de trabalho existente, pode-se inferir que nem os homens estariam livres do alijamento, pois *“também os homens integram os contingentes de desempregados ou em virtude de sua cor ou raça ou em virtude da não-qualificação de sua força de trabalho. Nem mesmo os homens partem, pois, de condições iguais para atingir o êxito econômico, valor central das sociedades capitalistas”* (Saffioti, 1979, p. 306). Isso pode ser constatado em Nogueira (2004), onde esta apresenta

resultados de uma pesquisa em âmbito internacional, cujos números apontam o recuo do emprego masculino nas últimas décadas do século XX. No caso brasileiro, a proporção de homens entre os trabalhadores diminuiu de 68,7% em 1981 para 59,3% em 1998, enquanto que a proporção de mulheres entre os trabalhadores passou de 31,3% para 40,6% no mesmo período. Dados mais recentes, para o ano de 2004, podem ser observados em Gelinski (2005), que mostra que os homens representavam 56,9% e as mulheres 43,1% da proporção entre os trabalhadores. A explicação para isso está na crise capitalista deflagrada em meados dos anos 1970, que implicou um processo de reestruturação produtiva e financeira. Dessa forma, nem os homens são poupados quando o sistema capitalista sente-se ameaçado e precisa revigorar-se. Por esse motivo, a emancipação não deve ser apenas feminina, mas de toda a classe trabalhadora.

De qualquer maneira, alheias ou conscientes a esse fato, o que ocorre é que, na esperança de desatar os laços patriarcais, as mulheres inserem-se no mercado de trabalho, na perspectiva da possibilidade de emancipação econômica. Mercado este composto por empregos que, tradicionalmente, são ofertados pelos setores consolidados na sociedade, quais sejam, os setores público e privado. Mas, ao oferecer sua força de trabalho no mercado, a mulher se depara com outras diferenças que não apenas o sistema patriarcal, entre elas, destacam-se: a remuneração obtida por sua força de trabalho é inferior à remuneração da força de trabalho masculino, mesmo considerando atividades idênticas em horas e intensidade; muitos empregos que lhes são destinados fazem partes de funções precárias ou de baixo valor agregado; e ainda, fornece ao sistema capitalista duas jornadas de trabalho, dentro e fora do lar. Assim, a atuação da mulher no mercado de trabalho é limitada pelo tripé dominação-discriminação-exploração.

Em relação a diferenças salariais e a funções precárias ou de baixo valor agregado, Nogueira (2004) diz que “[...] *homens e mulheres, nos mesmos setores de atividades, concentram-se em faixas distintas de salários, apontando uma acentuada desigualdade em relação aos valores médios pagos para os trabalhos realizados conforme o sexo*”, e ainda, “[...] *a mulher se encontra presente de modo majoritário em todos os setores de atividades onde o valor salarial está estipulado em até 2 salários mínimos, e ao contrário, de modo minoritário, à medida que os valores salariais vão se elevando*”. Quanto a dupla jornada de trabalho, Kurz (2005, p. 1) assinala que “[...] *onde as mulheres nas últimas décadas entraram*

em massa, seja no sector público ou no privado, foram duplamente socializadas [...] na forma de uma dupla carga (filhos e carreira, objecto de prazer e prestadora de serviços)”. E o número de mulheres sujeito à dupla jornada só vem aumentando. Segundo Olinto e Oliveira (2004), no início do Século XXI, 60% das mulheres cônjuges foram definidas como economicamente ativas, fato que contrasta com as décadas de 1980 e 1990, quando as mulheres apresentavam respectivamente, 20% e 37,6% da população economicamente ativa PEA. Assim, detectados os problemas, a mulher começa então uma segunda luta, que acredita, culminará com a emancipação social: pela igualdade de remuneração entre as forças de trabalho feminino/masculino, por funções valorizadas e pelo fim da dupla jornada de trabalho.

Por sua vez, esta luta encontra barreiras no perfil de fragilidade e submissão que o sistema patriarcal condicionou às mulheres. Saffioti (1979, p. 236) aponta que *“a pequena capacidade reivindicatória da mulher fá-la comportar-se mais ou menos passivamente nas relações de trabalho, impedindo-a de assumir posições estratégicas que poderiam melhorar sua posição de barganha no mercado de trabalho”*, e ainda, historicamente, *“a concepção do trabalho feminino como um trabalho subsidiário favorece a oferta e aceitação de salários mais baixos que os masculinos”*.

Um discurso animador aparece em Nogueira (2004), quando esta diz que nos anos 1970, paralelamente à reestruturação produtiva, desenvolveu-se uma nova consciência de emancipação social: salários iguais para trabalhos iguais e reivindicação de divisão mais justa no trabalho doméstico, na esfera reprodutiva, libertando, ao menos parcialmente, a mulher da dupla jornada. Porém, este discurso é desmantelado frente aos fatos. Dados do DIEESE para o ano de 2001 indicam que

os rendimentos das trabalhadoras são inferiores aos dos homens em todas as regiões onde a Pesquisa do Emprego e Desemprego (PED) é realizada. As maiores diferenças ocorrem em Salvador, onde a mulher negra ganha apenas 29,2% do rendimento do homem não negro, e a mulher não negra ganha 59,6% dos rendimentos do homem não negro. As menores diferenças verificam-se, em Belo Horizonte, para as mulheres negras (46,0%) e, em Porto Alegre, para as mulheres não brancas (70,7%). (Chaves, 2002, p.1)

Ainda, Lavinias (2001) aponta que as mulheres brasileiras ganham perto de 2/3 dos rendimentos auferidos pelos homens. O que pode transparecer para a sociedade como algo natural, partindo-se da concepção da posição subalterna da mulher no sistema patriarcal, na verdade traz como ato implícito o movimento do capital, isto porque, se for imperativo um

corte de salários, cortam-se os salários femininos. Assim, esta força de trabalho acaba funcionando como reguladora do volume total de salários, ponto crucial para a reprodução do sistema do capital.

Ainda na contemporaneidade e para reforçar a pouca mudança anunciada paralelamente às transformações no mercado de trabalho, Sarmiento (2005) mostra elementos ainda mais estarrecedores da situação sócio-econômica da mulher. A autora destaca que, em uma pesquisa realizada no meio rural, verificou-se que muitas mulheres têm uma jornada semanal de trabalho de 108 horas, com descanso de cinco horas diárias, enquanto que os homens realizam jornada de trabalho de 73 horas, com sete horas de descanso diariamente. Para agravar o fato, a essas mulheres destina-se a comercialização dos animais e produtos de baixo valor agregado, como, por exemplo, as galinhas, cujo valor aproximado é de R\$ 10,00. Os animais e produtos mais caros são comercializados pelos homens, tais como, bois, porcos e cabras, cujos valores médios situam-se respectivamente em R\$ 800,00, R\$ 120, e R\$ 70,00 (Sarmiento, 2005).

Mesmo com todos os problemas circunstanciados até aqui, registrou-se a inserção agressiva da mulher no mercado de trabalho nas últimas décadas do século XX. Conforme Nogueira (2004), desde a década de 1960, assiste-se a um crescimento espetacular da atividade feminina contrastando com o imobilismo ou declínio do emprego masculino. A reestruturação produtiva surtiu efeitos na configuração do mundo do trabalho, com o recuo do emprego masculino, fato compensado pelo aumento da utilização da força de trabalho feminina. Para além das mudanças na configuração do mercado de trabalho, essa reestruturação, que teve grande influência da difusão de novas técnicas de produção e de políticas comerciais e industriais adotadas pelos países desenvolvidos, permitiu a extinção de vários cargos e destituiu muitos trabalhadores de seus postos de trabalho, tanto homens como mulheres.

Uma das conseqüências pode ser traduzida nos elevados índices de desemprego, má distribuição de renda, fome e pobreza que se intensificaram nas últimas décadas. A descrição desse cenário faz-se fundamental para a presente pesquisa, uma vez que a estratégia de sobrevivência encontrada por muitos dos trabalhadores, foi a dedicação à atividades relacionadas a um setor aparentemente alternativo na sociedade, o terceiro setor. Este fortemente caracterizado pela aplicação da força de trabalho feminina. Uma pesquisa realizada

na região da grande Florianópolis, em junho de 2003, “[...] revelou uma participação feminina (75,6%) muito superior à masculina (24,4%) no quadro de funcionários remunerados das ONGs pesquisadas” (Ramos, 2004).

Em outra pesquisa, realizada em âmbito nacional no ano de 2002, os resultados apontaram que cerca de 72 entidades do terceiro setor entrevistadas contavam com 920 pessoas pagas, sendo 802 mulheres e 118 homens (Sarmiento, 2005). A participação significativa das mulheres neste setor é atestada por vários estudiosos como sendo pertinente à clássica postura da mulher na sociedade patriarcal, qual seja a assistência social, elemento característico do terceiro setor.

Assim, o terceiro setor floresce no cenário da reestruturação produtiva, quando nem o setor público, nem o setor privado apresentam condições de manter níveis altos de emprego, condicionando os trabalhadores à precariedade em suas condições de vida. Outros dois aspectos reforçam este fato: os empregos que ainda são criados, são caracterizados por postos de trabalhos precários², e a assistência social ao trabalhador também se torna precária. No tocante a assistência social, o terceiro setor encontra um espaço de atuação, na década de 1970, que o propaga e o expande, culminando com a especialização e profissionalização do terceiro setor, na década de 1990, que se reflete em criação de empregos. O terceiro setor aparece primeiramente, e ainda incipiente, nas décadas de 1950 e 1960 como palco de lutas políticas. Num segundo momento - décadas de 1970 e 1980 – já melhor organizado, passa a prover a assistência social necessária à população excluída pela reestruturação capitalista. Da década de 1990 até os dias atuais, já amparado por Leis³, aparece como uma alternativa na geração de postos de trabalho. Esse setor organiza-se através de instituições sem finalidades lucrativas⁴, incluindo organizações que cuidam de problemas ligados à educação, saúde, meio ambiente, assistência social, abuso de álcool e drogas, sindicatos e museus. Estas instituições são iniciativas de cidadãos comuns que se organizam e se dedicam às causas sociais tendo em vista que, nos últimos anos, devido à crise no mercado de trabalho, a vida de muitos trabalhadores tornou-se insustentável. As entidades que compõe esse setor são popularmente

² Trabalho precário, segundo Ramos e Reis (1998), é o trabalho não protegido pela legislação trabalhista, com baixos salários, de curta duração e com pouco ou nenhum investimento em treinamento.

³ Para conhecer as Leis que regem o terceiro setor ver Rosa et al (2003).

⁴ Pelo Novo Código Civil (de 2002) as entidades do terceiro setor deverão ter “fins não econômicos” em substituição à expressão “sem fins lucrativos”. Ambas as expressões significam que o lucro não será dividido entre os sócios, mas sim reaplicado nas finalidades e atividades da própria instituição.

chamadas de Organizações Não-Governamentais (ONGs). A utilização desse termo será melhor definida na metodologia.

O trabalho nessas organizações, que vai desde o apoio pedagógico a crianças, oficinas de trabalhos manuais a crianças e adultos, passando por atendimento psicológico a todas as idades, até atendimento a idosos e pessoas consideradas como grupos excluídos (prostitutas, presidiários e soro-positivos HIV), requer habilidades que historicamente foram desenvolvidas pelas mulheres. De acordo com Saffioti (1979, p.306) “[...] a socialização da mulher se orienta por valores que a definem como a mantenedora da ordem estabelecida, como a defensora da organização familiar [...] como aquela, enfim, cuja existência deve ser inteiramente, ou quase, dedicada à vida da família e, às vezes, a atividades que visam ao estreitamento dos laços comunitários” e ainda destaca que as mulheres foram encaminhadas para setores de atividades abandonados ou nunca pretendidos pelos homens, ou aproveitadas na pretensa vocação para atividades que envolvem auxílio ao próximo. Assim, o fato das atividades do terceiro setor estarem ligadas predominantemente às áreas sociais, ocasiona a forte presença feminina nesse setor.

A atuação num setor caracterizadamente feminino pode gerar um efeito de que as mulheres finalmente encontraram um espaço para garantirem a tão esperada emancipação social. Porém, para configurar a possibilidade da emancipação feminina através do terceiro setor, necessita-se que, no mínimo, as dificuldades encontradas pelas mulheres nos outros setores, tanto quantitativa como qualitativamente, sejam superadas. Ou seja, ao exercer as atividades relacionadas ao terceiro setor, as mulheres não deveriam estar sujeitas à aplicação de diferenças salariais, à distribuição discriminada de postos de trabalho e à dupla jornada. Contudo, evidências teóricas indicam que essas possibilidades são ilusórias, a começar pela funcionalidade do terceiro setor ao sistema capitalista. A partir desta concepção, é de se esperar que o terceiro setor reproduza todas as conseqüências negativas, relativas às condições de existência dos trabalhadores, destacadas anteriormente.

Montaño (2003, p. 22, grifos do autor) descreve a funcionalidade do terceiro setor para o sistema capitalista, procurando desmistificar, retirar o véu que encobre o que, na concepção do autor, é o verdadeiro conceito de terceiro setor

[...] o que é chamado de ‘terceiro setor’ refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova

modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta às seqüelas da 'questão social', seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua.

O autor destaca que o fato do terceiro setor atuar no combate à pobreza e proteção dos recursos naturais, que são problemas pungentes na sociedade, acaba desviando a atenção para os verdadeiros fenômenos que estão ocorrendo, entre os quais constam, “*a desregulação da relação trabalho/capital, [...], a precarização do trabalho e do sistema de proteção social (estatal) ao trabalhador e ao cidadão carente, e as conseqüências que a reestruturação capitalista trouxe ao trabalhador*”⁵ (Montaño, 2003, p. 23).

Centrando sua atenção na crise capitalista e nas alternativas lançadas pelo capital para superá-la – reestruturação produtiva e reforma do estado - Montaño (2003, p. 14, grifos do autor) situa o terceiro setor como mais um elemento corroborador no processo de superação da crise, considerando a “*sua funcionalidade para com o projeto neoliberal, no novo enfrentamento da 'questão social', inserido no atual processo de reestruturação do capital*”. O autor aponta, particularmente durante e após o contexto ditatorial brasileiro, a sociedade civil como um espaço privilegiado das lutas sociais e de classes pela hegemonia. O autor relata que

[...] o isolamento (mediante a “setorialização” de esferas da sociedade) e a mistificação de uma sociedade civil (definida como “terceiro setor”), “popular”, homogênea e sem contradições de classes (que em conjunto buscaria o “bem-comum”) e em oposição ao Estado (tido como “primeiro setor”, supostamente burocrático e ineficiente) e ao mercado (“segundo setor”, orientado pela procura do lucro), contribui para facilitar a hegemonia do capital na sociedade. (Montaño, 2003, p. 15)

Assim, o autor destaca que a ideologia disseminada pelo discurso dominante na sociedade capitalista acaba escamoteando o verdadeiro fenômeno, que seria a desarticulação da atuação estatal nas questões sociais, sendo que, com isto, “*o conceito e o debate do “terceiro setor” presta um grande serviço ao capital e á ofensiva neoliberal, nesta luta pela hegemonia na sociedade civil, no interior do processo de reestruturação do capital*” (Montaño, 2003, p. 16, grifos do autor).

⁵ Montaño (2003) ainda destaca dois outros fenômenos escamoteados pelo terceiro setor: o esvaziamento de preceitos democráticos e a anulação da perspectiva de superação da ordem.

Considerando a preponderância da emancipação pequeno-burguesa na sociedade contemporânea, destacada por Saffioti como mantenedora do sistema do capital e os apontamentos de Montaño (2003) sobre a funcionalidade do terceiro setor, pretende-se demonstrar que a força de trabalho feminina aplicada no terceiro setor será também funcional ao capitalismo, não apresentando, portanto, possibilidades de avanço no processo emancipatório feminino.

2.2 Hipótese de Trabalho

O tripé dominação-discriminação-exploração ao qual está sujeita a aplicação da força de trabalho feminino nos setores econômicos tradicionais da sociedade, quais sejam setor público e setor privado, dificultam a evolução do processo emancipatório da mulher. Enquanto a mulher luta pela igualdade de seus direitos, principalmente no campo econômico, as condições impostas pelo sistema capitalista através da precarização das condições de trabalho condicionam um retrocesso na busca pela tão sonhada emancipação.

Quanto à questão do acesso ao mercado de trabalho como forma de liberar-se do sistema patriarcal, a mulher descobre no final do século XX um nicho de mercado: o terceiro setor. Mas já foi provado em outros estudos que apenas ter acesso ao mercado de trabalho não significa emancipar-se, uma vez que é necessária a caracterização das condições em que se dá a aplicação da força de trabalho. Tendo em vista o crescimento do terceiro setor, com representatividade fortemente feminina, pode-se, inadvertidamente, concluir que as condições da aplicação da força de trabalho asseguradas à mulher nesse espaço capitalista poderão contribuir no processo emancipatório feminino. Porém, considerando a funcionalidade do terceiro setor ao sistema capitalista, a conclusão acima se torna discutível, uma vez que a força de trabalho feminina poderá reproduzir as mesmas condições de empregabilidade dos outros setores já consolidados no sistema do capital: condições salariais precárias e jornada dupla de trabalho.

Considerando que a concepção de emancipação pequeno-burguesa, destacada por Saffioti (1979), prepondera no Brasil e adotando a convicção de Montaño (2003) sobre a funcionalidade do terceiro Setor; aliando, ainda, a explanação de pesquisas realizadas por

autores contemporâneos, relacionadas ao tema, e uma pesquisa de campo, a ser realizada na região da grande Florianópolis, para verificar condições salariais e jornada de trabalho, pretende-se demonstrar nesta dissertação a funcionalidade que a aplicação da força de trabalho feminina no terceiro setor da economia confere ao sistema capitalista, desmistificando o terceiro setor como espaço emancipatório feminino. Ressalta-se que a pesquisa de campo deverá servir para reforçar a hipótese e também para explorar o tema de forma a indicar estudos futuros.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Demonstrar a funcionalidade que a aplicação da força de trabalho feminina no terceiro setor da economia confere ao sistema capitalista, desmistificando o terceiro setor como espaço emancipatório feminino.

1.3.2 Específicos

- a) Descrever a crise capitalista, a reestruturação produtiva e estatal como alternativas de superação desta e o desemprego como conseqüências da reestruturação capitalista;
- b) Caracterizar as funções do trabalho feminino no sistema capitalista;
- c) Caracterizar o terceiro setor da economia e suas funções na sociedade;
- d) verificar, através de pesquisa de campo em entidades do terceiro setor na região da grande Florianópolis, as condições salariais e a jornada de trabalho feminino.

1.4 Materiais e Métodos

Encontrar um método que permita aproximar teoria e prática, objetivando a maior veracidade dos resultados, nesta tarefa debate-se o pesquisador. Norteia-se a pesquisa,

estabelece-se um foco, porém, nada garante a objetivação. Isso por que assuntos correlacionados, não menos interessantes, teimam em desviar o objeto principal para temas marginais, importantes talvez, para outros estágios da pesquisa. Dentro de uma concepção mecanicista, corre-se menos esse risco, por que estudando uma parte, o pesquisador pretende explicar todo um universo complexo. Porém, numa visão holística (ou sistêmica), a qual pretende essa pesquisa, compreender a realidade a partir da integração das partes envolve entrar em um universo complexo e retirar de lá os elementos imprescindíveis para o objeto, de forma que não despreze elementos que poderiam influenciar nos resultados, o que torna difícil concluir que um tema pode ser considerado marginal. Pode-se atestar que o tema é marginal em determinado momento, em determinado recorte, mas sua conexão com a totalidade é indiscutível. Por isso, é preciso disciplina intelectual para não cair em reducionismos⁶. Triviños (1987, p. 16) diz que a falta de disciplina intelectual se manifesta *“também como uma exposição metafísica e mecânica das idéias, cuja característica essencial talvez seja seu poder de hierarquizar e isolar os conceitos, tornando-os alheios à realidade social”*. Com essas preocupações em mente, o pesquisador holístico recua em certos momentos, repensa a estratégia, faz n combinações que o assegurem de que os elementos priorizados são os que poderão garantir resultados bem próximos à essência do fenômeno social em questão. Então, erige sua pesquisa.

Essa pesquisa procurou utilizar o método de análise de conteúdo, equacionando o qualitativo e o quantitativo. De acordo com Cortes (2002, p. 251), *“as técnicas qualitativas buscam identificar a presença ou a ausência de certas características no material analisado, ao passo que as técnicas quantitativas investigam a frequência com que aparecem certas palavras, símbolos ou temas”*. Da pesquisa quantitativa utilizou-se a técnica de estruturação de capítulos, ao passo que da pesquisa qualitativa adotou-se a postura de estudar o fenômeno além da aparência, que por sua vez permitirá estruturar os capítulos de forma inter-relacionada. Ainda, seguindo a indicação de Abbeg (2002), referente a levantamentos de dados primários, foram realizadas pesquisas pelo correio eletrônico e preenchida pelo próprio entrevistado. Quanto à coleta de dados, Triviños (1987, p. 137) a coloca como um elemento

⁶Capra (1982, p. 261) lembra que certa dose de reducionismo pode-se apresentar necessária em muitos casos, uma vez que operações mecânicas ocorrem no mundo dos organismos vivos. Porém, as considerações advindas desta concepção não devem ser interpretadas como uma explicação completa. O autor lembra que *“reducionismo e holismo, análise e síntese, são enfoques complementares que, usados em equilíbrio adequado, nos ajudam a chegar a um conhecimento mais profundo da vida”*.

neutro da pesquisa, o que implica que *“todos os meios que se usam na investigação quantitativa podem ser empregados também no enfoque qualitativo”*, porém, o autor faz uma ressalva de que algumas técnicas de quantificação seriam mais apropriadas ao pesquisador qualitativo, uma vez que este considera a participação do sujeito como um dos elementos de seu fazer científico. Entre estas técnicas mais adequadas, Triviños (1987) cita a análise de conteúdo.

O estudo utiliza dois tipos de categorias de análise, as quais qualifica como: unidades básicas de análise, no caso, as entidades que compõem o terceiro setor e as trabalhadoras-remuneradas que atuam nessas entidades; unidades auxiliares verificadoras da hipótese: condição salarial e dupla jornada de trabalho. No caso da ONG como unidade básica de análise, precisam-se alguns esclarecimentos. O universo das ONGs é heterogêneo, em função do objetivo de cada entidade: educação, saúde, assistência social e ambiental. Para essa pesquisa, foram consideradas as ONG em geral (excluindo apenas os partidos políticos, como será demonstrado mais adiante). Justifica-se essa posição, pelo fato de que, para detectar a condição salarial, é interessante uma amostra que revele várias atividades e não uma específica. Se, por exemplo, a pesquisa fosse restrita às ONGs de apoio pedagógico e colhesse uma amostra só de professores, o comportamento dos salários poderiam apresentar um comportamento padrão para a categoria e não detectar o que ocorre nas outras funções remuneradas nas ONGs. Assim, com uma amostra heterogênea pode-se verificar as condições salariais das trabalhadoras-remuneradas com formação profissional distinta. As categorias auxiliares para detectar a hipótese foram previstas no perfil econômico-financeiro e no perfil ocupacional. No primeiro caso procurando detectar as condições salariais e no segundo a dupla jornada de trabalho feminino.

Algumas categorias conceituais utilizadas para a construção deste texto precisam ser delimitadas na concepção desta pesquisa, uma vez que apresentam interpretações variadas na literatura, dependendo da posição adotada de cada autor. Assim, termos como sistema capitalista (palavras correspondentes que aparecerão no texto: capitalismo, sistema do capital e sociedade capitalista), entidades que compõem o terceiro setor e emancipação feminina, serão padronizadas para toda a leitura deste estudo. De Mészáros (2002, p. 217) temos que o sistema capitalista é um sistema de controle sociometabólico *“estruturado de maneira mutuamente antagônica [...], as verdadeiras premissas de seu modo de funcionamento contínuo devem ser*

organizadas de modo que garantam a subordinação permanente do trabalho ao capital". O autor descreve que, sob este sistema, a divisão das pessoas em grupos e classes antagônicas e em níveis hierárquicos é premissa básica para a reprodução do mesmo. Este conceito é fundamental para entender a posição subalterna do sexo feminino no mercado de trabalho.

Para o caso da definição das entidades que compõem o terceiro setor, inúmera é a literatura que apresenta o terceiro setor com a seguinte constituição: associações de bairros ou comunitária, grupos de mútua ajuda, ONGs, fundações, filantropia empresarial e movimentos sociais. Esta pesquisa poderia partir do princípio que todas as entidades que compõem o terceiro setor são ONGs. A justificativa está no próprio significado da sigla: organização que não representa governo. Este termo difundiu-se popularmente, não tendo reconhecimento legal, por isso, as diversas entidades dos grupos supracitados têm sua fundamentação jurídica em forma de associação ou fundação, porém, sem representação governamental. Em questionário aplicado a 115 entidades assistenciais da região da grande Florianópolis para verificar quais eram "ONGs", todas se enquadraram espontaneamente (Ramos, 2004). Detalhe, no aspecto formal eram associações ou fundações: associações de bairro, de mútua-ajuda, de creches comunitárias, de preservação ambiental; e fundações empresariais de filantropia.

Porém, essa definição de organização não-governamental é questionável, no mínimo em dois aspectos: 1) no fato de realmente não representarem governo, 2) e no tocante a essa mescla de objetivos das entidades que o compõem. Quanto ao primeiro aspecto, Montaño (2003) diz que as parcerias que essas entidades vêm estabelecendo com o Estado podem descaracterizar o aspecto não governamental, uma vez que ao estabelecer parceria com determinada ONG e não com outra, o Estado seleciona, a partir de sua política governamental, as entidades que sobreviverão. Quanto ao segundo aspecto, Montaño (2003) destaca que, ao equalizar todas as organizações do terceiro setor como tendo origem privada e finalidade pública, homogeneizando-as, perde-se a diferenciação objetiva de cada entidade.

Vale ainda acrescentar que existe a consciência que essa expressão poderia abarcar inclusive empresas do setor privado, uma vez que essas também não são governamentais, mas uma segunda condição atrelada a uma ONG é que não possua finalidade lucrativa, o que exclui, então, a parcela de entidades privadas. Nesse aspecto até a expressão sem fins lucrativos pode ser questionada, uma vez que as ONGs podem gerar lucros indiretamente,

quando atuam em parcerias com as empresas privadas, que querem o respaldo da responsabilidade social empresarial, tornando seus produtos mais atrativos e melhor comercializáveis no mercado.

Para colaborar com a controvérsia em torno do assunto, ainda pode-se citar o caso dos partidos políticos que se encontram enquadrados no conceito de entidades do terceiro setor, mas que categoricamente representam governo. Assim, a aplicação do termo ONG necessita de grande reflexão no meio acadêmico e no âmbito das instituições do terceiro setor, principalmente nestas últimas, onde o assunto parece ser ignorado.

Enquanto isso, para efeito de referenciar as entidades que compõem o terceiro setor, considerando o fato de que as diversas entidades que compõem o setor utilizam a designação ONG, esta pesquisa assim tratará a cada uma das entidades entrevistadas. Serão excluídos do conceito de ONG, para efeitos desta pesquisa, os partidos políticos.

A emancipação social da mulher é outro termo que precisa ser delimitado em seu significado para a pesquisa, uma vez que é delicado medir o que significa a emancipação para uma pessoa. Talvez uma mulher sinta-se emancipada se trabalhar dez horas por dia e ter um salário que lhe permita manter uma casa de praia e um carro novo. Para outras, a emancipação possa ser um horário mais flexível que lhe permita passar mais horas ao lado dos filhos. Assim, para essa pesquisa, procura-se equacionar os diversos anseios emancipatórios, conhecidos e desconhecidos, num conceito que Saffioti (1979) diz ser condição *sine qua non* da emancipação social num sistema de bases capitalistas: a emancipação econômica. Esse conceito foi base de muitos movimentos feministas, desde o século XVIII até os dias atuais, porém, duas correntes distintas o utilizaram: emancipação pequeno-burguesa e emancipação socialista. No caso da emancipação pequeno-burguesa, enquadram-se os movimentos feministas que pretendem alcançar benefícios pela submissão ao sistema capitalista e que por isso, essa pesquisa qualifica como funcional ao sistema. O outro movimento, de emancipação socialista parte do princípio que a emancipação deve ser da classe trabalhadora como um todo.

Em função do caráter contraditório do capitalismo, que submete uma classe à outra, emancipar somente as mulheres, pode significar a condenação de outro grupo dominado, como por exemplo, pela cor, ao domínio e a exploração. Nenhuma dessas emancipações teve muita expressão na história, mas considerando que as mulheres foram inseridas no processo de exploração imposta pela reestruturação produtiva deflagrada na década de 1970, acredita-se

que o movimento em curso é o de emancipação pequeno-burguesa, a qual apresenta funcionalidade ao sistema social vigente.

Ainda, faz-se necessário definir algumas notações a serem utilizadas apenas para uma melhor compreensão da leitura. Por trabalhador(a)-remunerado, leia-se o homem/mulher que recebem remuneração pela aplicação da sua força de trabalho no terceiro setor; trabalhador(a)-voluntário, leia-se o homem/mulher que dedicam-se às atividades do terceiro setor sem remuneração. Ainda, a literatura normalmente utiliza iniciais maiúsculas para destacar o termo terceiro setor, ainda pouco conhecido ou de pouca distinção. Já autores como Montañó (2003) utiliza “aspas” circundando o termo, chamando a atenção para a ênfase crítica sobre o assunto. Essa pesquisa, apesar do caráter crítico, não utilizará recursos enfáticos, colocando o termo simplesmente como terceiro setor.

O objeto dessa pesquisa é demonstrar a funcionalidade que a aplicação da força de trabalho feminina no terceiro setor confere ao sistema capitalista, desmistificando este setor como espaço para a emancipação pretendida pelas mulheres. De caráter fenomenal, as mulheres encontraram um espaço em que reinam quase que absolutas. Esse estudo não deverá apenas descrever o fenômeno, mas questioná-lo como movimento de transformação social para o sexo feminino, o que implica a emancipação feminina. Homens e mulheres estão no mercado de trabalho há centenas de anos, porém, as mulheres em condições historicamente mais adversas do que os homens. Com papéis subalternos, propiciado por um sistema patriarcal, as mulheres procuram manter-se num espaço dominado pelo sexo masculino. Ao consolidar-se o terceiro setor na sociedade, estabelecendo um mercado de trabalho preponderantemente feminino, surge a esperança de que as mulheres encontrarão um espaço alternativo para o crescimento profissional e para a valorização econômica. A tão idealizada emancipação da mulher estaria mais próxima de ser efetivada. Porém, as nuances capitalistas desse setor deixam entrever que tal intento é ilusório. Imaginando-se o sistema capitalista como uma engrenagem, o terceiro setor é mais uma de suas correntes, proporcionando-lhe a funcionalidade. Se assim se apresenta, não poderá significar espaço para a emancipação das mulheres, sendo que estas viabilizam a sua operacionalização, ou seja, representando um dos elos de uma das correntes que fomentam a engrenagem capitalista, o trabalho feminino no terceiro setor apresenta-se funcional ao capitalismo. Para explorar o tema, centrou-se atenção especial nas Obras de Saffioti (1979) e Montañó (2003). Porém, vários outros autores foram

sendo rebuscados ao longo da construção da pesquisa, ora contrariando, ora complementando/reforçando o pensamento destes dois autores.

O terceiro setor não se explica por si mesmo, mas por um conjunto de fatos, transformações contemporâneas, que culminaram em seu aparecimento/fortalecimento. Uma palavra sobre as transformações no capitalismo contemporâneo, área de estudo dessa pesquisa. A consolidação do terceiro setor na sociedade fez parte de um movimento de transformações requeridas pelo sistema capitalista em curso. Transformações essas, necessárias em função das contradições internas do capitalismo. Triviños (1987, p. 69), diz que “[...] *a contradição é a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos*”. Porém, “transformação” é uma palavra de dúbio entendimento, não apresenta, por si só, juízo de valor. Transformar é mudar a forma, metamorfosear, porém, não entoa o que essa mudança apresenta, ou seja, apenas afirmar que algo se transformou, não informa a direção da mudança. Transformar também é dissimular, e no caso da transformação ocorrida no mundo do trabalho em função da reestruturação capitalista, dissimula-se a continuidade do sistema, através da abertura de espaços aparentemente alternativos dentro do sistema social vigente. O caráter crítico empregado às categorias abordadas nessa pesquisa quer-se no sentido de caracterizar a essência e não simplesmente descrevê-las em sua aparência. Sem a pretensão de julgar valores, mas buscando incitar que esses sejam questionados em sua essência transformadora da realidade social. Como dito anteriormente, não apenas descrever a transformação, mas desvelar o seu significado.

Na tarefa proposta de “desvelar significados” surge o problema da generalização. A área de estudo em que se insere essa pesquisa tem como concepção determinante, a crença num sistema social mundial, onde as características mínimas de qualquer bloco local devam ser estudadas a partir do movimento global. Como salienta Mézáros (2002, p. 42) “*as desconcertantes transformações e reversões que testemunhamos em nosso século só podem ser inteligíveis se reavaliadas dentro deste quadro mais geral do sistema do capital global, no momento em que ele veio dominar o mundo em sua realidade histórica dinâmica e contraditória*”. Assim, muitas características desta pesquisa podem ser explicadas a partir de um olhar sobre o globo, mas o inverso pode não se verificar. O movimento local ocorre sob o comando global, não tendo força para determiná-lo, então como generalizar os resultados do presente estudo para os âmbitos nacional/internacional? Pode-se aludir a uma equação geral,

ou seja, pode-se atestar que, por tratar-se de um estudo sistêmico, a tendência é que os aspectos funcionais do terceiro setor e da aplicação da força de trabalho feminino se repitam em âmbito mundial. Porém, não se generaliza a intensidade, as nuances e outras características que serão intrínsecas a cada movimento do capitalismo mundial. A atuação, a organização e o porte das entidades do terceiro setor serão determinados em grande parte pela situação capitalista do país, em seus níveis central, periférico e semi-periférico, sendo o caso brasileiro enquadrado na última classe. Ressalte-se que mesmo dentro das fronteiras de um país existem as periferias regionais as quais impedem a generalização dos resultados até mesmo na fronteira nacional. Esta pesquisa está circunscrita às trabalhadoras-remuneradas em Organizações Não-Governamentais na região da grande Florianópolis, sendo os resultados limitados às questões estruturais dessas entidades inseridas num contexto de um país de sistema capitalista semi-periférico⁷.

Para atingir o objetivo de desmistificar a aplicação da força de trabalho feminino no terceiro setor como colaboradora no processo de emancipação feminina, através da sua funcionalidade ao sistema capitalista, precisa-se no mínimo explicitar dois elementos: a) o trabalho feminino e o terceiro como subprodutos da reestruturação capitalista; e b) a qualificação alternativa da força de trabalho feminina. Para caracterizar a aplicação como funcional, buscam-se elementos presentes no mercado de trabalho, que possam ser medidos quantitativamente, sendo eles: c) condições salariais, d) jornada de trabalho. A pesquisa contou, inicialmente, com uma revisão bibliográfica sobre três aspectos: 1) a crise no sistema capitalista, deflagrada nos anos 1970, procurando demonstrar a reestruturação produtiva e estatal, observando as conseqüências para os trabalhadores; 2) o histórico do trabalho feminino no capitalismo, situando o tripé dominação-discriminação-exploração; 3) o terceiro setor na economia, observando a funcionalidade do setor conferida ao sistema capitalista. Nessas três etapas, pesquisas teóricas e empíricas publicadas ou em andamento foram utilizadas para reforçar o pensamento. Os materiais utilizados para o levantamento dos dados secundários, constituíram-se de livros, jornais, revistas, textos para discussão e internet.

Ao passo da construção do estudo teórico, deu-se o empírico. A pesquisa de campo, destinada a verificar as condições salariais e a dupla jornada de trabalho feminino no terceiro

⁷ O Brasil encontra-se enquadrado no nível semi-periférico, segundo a classificação de Babones (2005). Para conhecer a relação de países e sua posição na divisão mundial do trabalho, ver Babones (2005).

setor na região da grande Florianópolis, foi realizada concomitante à revisão bibliográfica. Esta etapa constituiu-se de: a) Mapeamento das ONGs na região da grande Florianópolis, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social; b) Contatos telefônicos e por correio eletrônico para solicitar a participação na pesquisa; c) envio dos questionários via e-mail para o conhecimento dos dirigentes das ONGs contatadas; e d) aplicação direta e indireta de questionários. Foram enviados questionários para 14 ONGs, sendo que 05 deram retorno. Salienta-se que das ONGs em que o questionário foi enviado via e-mail, o retorno foi de, no máximo, dois questionários preenchidos cada entidade. Nas ONGs que permitiram a aplicação direta do questionário, a amostra coletada foi de nove questionários cada uma. Algumas ONGs recusaram-se a responder o questionário, alegando preocupação com o “teor” das questões do perfil sócio-econômico, sem porém qualificar esse “teor”.

Sobre as entidades pesquisadas, essas serão identificadas pela palavra ONG seguida de número de 1 a 5, mantendo em sigilo a verdadeira identidade das mesmas.

QUADRO 1: Organizações Não-Governamentais pesquisadas na região da grande Florianópolis

ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL	OBJETO	QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS
ONG1	Atendimento a portadores de deficiências	09
ONG2	Apoio pedagógico e ensino básico	09
ONG3	Cuidado ambiental	02
ONG4	Apoio pedagógico e casa-lar	01
ONG5	Associação profissional	01

Fonte: elaborada pela autora

O maior número de questionários respondidos nas ONGs 1 e 2 pode ser justificado, como aludido anteriormente, pelo fato de que foram entrevistas diretas, com a visita à instituição. Nos outros casos, o questionário foi enviado por e-mail, com as ONGs 4 e 5 reenviando apenas um questionário preenchido cada uma, sendo que possuem muito mais trabalhadoras-remuneradas em seu quadro funcional. A ONG3 reenviou dois questionários preenchidos por que possui realmente apenas duas mulheres no quadro funcional, uma com função remunerada e outra com função voluntária.

Na ONG1, quatro trabalhadores homens participaram da pesquisa e na ONG3, uma trabalhadora voluntária. Essas participações foram importantes para algumas comparações e indicações de estudos futuros. Também a título de colher dados para pesquisas futuras foram enviados questionários a uma ONG fora da região da grande de Florianópolis, porém dentro do estado de Santa Catarina; a duas ONGs que atuam em nível nacional; e a uma ONG que atua em nível internacional, porém, até o momento da conclusão desta pesquisa, ainda não haviam retornado.

Questionários aplicados partiu-se para a tabulação dos dados e o registro das considerações plausíveis de acordo com a pesquisa realizada, culminando na conclusão da discussão e na recomendação da continuidade da pesquisa ou outras abordagens afins, em trabalhos futuros.

CAPÍTULO II

REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

2.1 – Sistema de produção capitalista: natureza contraditória como marca registrada

Para o conjunto da pesquisa em questão faz-se necessária breve incursão no modo de produção capitalista, mostrando sua natureza dinâmica e contraditória, uma vez que são essas características que vão determinar as relações e as transformações sociais ao longo do tempo. Salienta-se que a relação social a ser descrita nessa pesquisa é relação de gênero, enquanto que as transformações mais relevantes a este estudo dizem respeito à inserção massiva da mulher no mercado de trabalho e à expansão do terceiro setor da economia, observados na versão contemporânea do modo de produção capitalista, assuntos a serem tratados nos próximos três capítulos.

Para uma breve caracterização do sistema capitalista, urge esclarecer o que são essas contradições que convivem internamente ao sistema e o transformam a cada embate. Triviños (1987, p. 70), coloca que são contradições internas “*as que se apresentam entre aspectos contrários do mesmo fenômeno [...]*”. No caso do sistema capitalista a contradição é fundamentalmente entre o capital e o trabalho, componentes básicos do sistema. Harvey (1996), Antunes (2002) e Mészáros (2002) discutem o caráter antagônico do capital, imposto por sua natureza contraditória. Por caráter antagônico Triviños (1987) descreve a contradição relacionada com o tipo de propriedade privada dos meios de produção, característicos de sociedades como a capitalista. Outros autores como Bernardo (1991) e Saffioti (1979) colaboram na tarefa de explicar o funcionamento do sistema capitalista e a divisão em classes sociais; Braudel (1996) surge no texto para reforçar a idéia de que o sistema capitalista se mantém através de aliança com outros sistemas; Wallerstein (2001) e Arrighi (1997) contribuem relatando as implicações da divisão mundial do trabalho.

Harvey (1996), repetindo a argumentação marxista, afirma que o capital é um processo de reprodução da vida social por meio da produção de mercadorias, sendo que através desse processo, entre outras coisas se dá a exploração da capacidade de trabalho. Isolando da idéia do autor apenas a expressão “produção de mercadorias”, pode-se partir para a explicação das contradições internas do sistema capitalista, uma vez que no circuito produtivo se manifestam diferenças entre os atores sociais, devido ao caráter social da produção contrastar com o caráter privado da apropriação das mercadorias.

Bernardo (1991, p. 15) diz que qualquer crítica ao sistema capitalista deve necessariamente partir da explanação do modelo da produção de mais-valia, elemento que, segundo o autor, sustenta o capital e todo o seu mecanismo, sendo que significa que “*o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é menor do que o tempo de trabalho que a força de trabalho é capaz de despende no processo de produção*”. Em miúdos, é a busca incessante pela mais valia que permite a reprodução do sistema capitalista.

Este modelo se estrutura numa relação social, de constante tensão entre seus dois pólos:

Num extremo temos a submissão da força de trabalho ao capital: o tempo de trabalho incorporado na força de trabalho é a formação e a reprodução dessa força de trabalho, mediante o consumo de bens materiais e serviços permitido pelo montante da remuneração recebida; só na seqüência do assalariamento pode a força de trabalho incorporar em si tempo de trabalho mediante o consumo de bens. No outro extremo temos a apropriação pelo capital do produto do processo de produção: o produto em que a força de trabalho incorpora tempo de trabalho é-lhe socialmente alheio, pertence ao capital, que começou por assalariá-la; e o assalariamento surge assim como a possibilidade de reproduzir o modelo, permitindo à força de trabalho consumir algo que produziu, para produzir de novo. (Bernardo, 1991, p. 15, grifos nossos)

Assim, como apresentado por Bernardo (1991), podemos inferir que a alimentação do sistema capitalista passa necessariamente pela submissão do trabalho ao capital. Nesse aspecto, Antunes (2002, grifos nossos) aponta que o sistema capitalista se trata de uma dinâmica totalizante e dominante de mediação reprodutiva, que subordina desde as mais básicas e mais íntimas necessidades dos indivíduos até as mais variadas atividades de produção, onde, de um lado, estão os capitalistas, detentores dos meios de produção e, de outro, os trabalhadores, detentores da força de trabalho. Antunes (2002) destaca a idéia de que com a implementação do sistema capitalista, instaurou-se uma divisão hierárquica do trabalho

em submissão ao capital, implicando na divisão da sociedade em classes. Ao que Bernardo (1991) atribui como resultado do movimento tenso, constante e cíclico entre os dois pólos que compõem a estrutura do modelo de mais-valia.

Ainda sobre a dominação capital/trabalho, Mészáros (2002, p. 217) reafirma que no sistema do capital “*as verdadeiras premissas de seu modo de funcionamento contínuo devem ser organizadas de modo que garantam a subordinação permanente do trabalho ao capital*”. Isto por que, necessita-se manter a mais-valia como forma de reprodução e de acumulação capitalista. Caso o trabalho liberte-se da dominação do capital, a extração da mais-valia estaria ameaçada, e conseqüentemente, a manutenção do sistema. Então, o sistema capitalista se mantém apenas enquanto mantiver o comando sobre o trabalho, ou seja, enquanto sustentar a sua natureza contraditória. Porém, é justamente essa natureza que condicionará o embate entre os dois pólos, onde, de um lado, os capitalistas procuram manter o status quo e, de outro, os trabalhadores buscam reduzir a exploração e o domínio do sistema capitalista.

Encontrando-se em desvantagens em relação ao sistema social em que se inserem, os trabalhadores passam a barganhar benefícios que aliviem a situação assim exposta. Nesse ínterim, verdadeiras lutas são travadas entre os atores sociais antagônicos, sendo que, as conquistas dos trabalhadores levam a necessidade de reformulação da estratégia do capital na tarefa incessante de expandir a sua acumulação. A luta dos trabalhadores alocados na produção é ainda inflada pela luta dos trabalhadores com “qualificação alternativa” marginalizados da esfera produtiva, que almejam um espaço na condição de trabalhador. A expressão “qualificação alternativa” será descrita logo abaixo.

Mészáros (2002) e Saffioti (1979) colocam que o sistema capitalista não absorve a totalidade da força de trabalho disponível e por isso precisa de critérios para a seleção dos atores sociais que farão parte do mercado de trabalho. Nas palavras de Mészáros (2002), isso acarreta a marginalização de determinada parcela de trabalhadores. Para Saffioti (1979), isto se deve ao fato de que a implementação um novo modo de produção impõe custos para certos setores sociais, e esse custo tende a incidir sobre as camadas ditas inferiores da ordem antiga, por isso, a cada novo modo de produção, torna-se claro a divisão de classes sociais e a exploração econômica de que uma classe é alvo por parte da outra.

No caso do sistema capitalista, esses grupos dominados são geralmente determinados pelos critérios de sexo, cor e etnia. Aliados do circuito produtivo pelas características físicas,

esses grupos ficam em situação pior do que a de outros grupos de trabalhadores, relegados a condição de trabalhadores com “qualificação alternativa”, ou seja, uma qualificação passível de ser submetida às condições de precarização e maior exploração. São trabalhadores sujeitos à submissão ao sistema capitalista em períodos de crise, onde este necessita baixar o volume total de salários para garantir a reprodução da mais-valia em escala suficiente para não dismantelar sua estrutura. Esta pesquisa cuida de apresentar as dificuldades encontradas pelo grupo alijado da esfera produtiva pelo critério do sexo, qual seja, o grupo de mulheres, e sua luta pela emancipação social. Estas foram alijadas do mercado de trabalho em função do sistema patriarcal, a ser caracterizado no próximo capítulo, cuja tradição impunha que a fragilidade feminina as impedia de realizar os esforços requeridos pelo trabalho na manufatura, fato que veio a perder força com o advento da maquinaria. Salienta-se que, mesmo apresentando as características de um grupo específico, esta pesquisa parte da concepção que a libertação da classe feminina passa pela libertação da classe trabalha como um todo, uma vez que, em libertando-se apenas as mulheres, o sistema capitalista cuidará de precarizar um outro grupo dominado.

A luta dos trabalhadores torna-se então obstáculo ao sistema capitalista, que para não perder o comando, lança mão do apoio do Estado. Segundo Mészáros (2002, p. 106), deve-se restringir ao apoio do estado moderno⁸, cuja “*formação [...] é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema*”, uma vez que regula a mercantilização da força de trabalho.

O Estado moderno

deve sempre ajustar suas funções reguladoras em sintonia com a dinâmica variável do processo de reprodução socioeconômico, complementando politicamente e reforçando a dominação do capital contra as forças que poderiam desafiar as imensas desigualdades na distribuição e no consumo. [...] atenuando assim, ainda que não para sempre, algumas das piores complicações e contradições que surgem da fragmentação da produção e do consumo. (Mészáros, 2002, p. 110)

⁸ O Estado moderno é o Estado-nação implementado no fim séc. XVIII, fortemente atuante na mercantilização da força de trabalho, que precisa da formação do Estado-nação para a sua expansão em larga escala. Assim, o Capitalismo precisa de estruturas que o estado desenvolve: estrutura coercitiva da legislação em relação aos direitos de propriedade; a formação de uma economia monetária generalizada (condição sine qua non para a expansão da mercantilização); e a imposição de um sistema de taxaço, integradas à administração fiscal. Para maiores detalhes ver Ramos (2005).

De caráter específico, este Estado moderno não pode ser autônomo em relação ao sistema do capital, “*pois ambos são um só e inseparáveis*” (Mészáros, 2002, p. 119). O Estado moderno apresenta como principal tarefa a mercantilização da força de trabalho, reforçando a dominação do capital sobre o trabalho.

à sua própria maneira – totalizadora -, o estado expõe a mesma divisão do trabalho hierárquico/estrutural das unidades reprodutivas econômicas. Assim, ele é literalmente vital para manter sob controle (ainda que capaz de eliminar completamente) os antagonismos que estão sempre surgindo da dualidade disruptiva dos processos sócio econômicos e políticos de tomada de decisão sem os quais o sistema do capital não poderia funcionar adequadamente. [...] Como fiador geral do modo de reprodução insanavelmente autoritário do capital [...], o Estado reforça a dualidade entre produção e controle e também a divisão hierárquico/estrutural do trabalho, de que ele próprio é uma manifestação. (Mészáros, 2002, p. 122).

Mas, para além da mercantilização da força de trabalho, o Estado moderno também vai se prestar ao papel de facilitador da circulação da produção capitalista. Sobre isso, Mészáros (2002) escreve que “*o capital como produtor potencial de valor intrinsecamente específico só pode ser consumado [...] se entrar na esfera da circulação*”, fato que ativa a funcionalidade estatal. Neste ponto vale a pena explorar o que este autor alude como globalização, termo que será importante para a seção 2.3. O autor aponta que é imperativo para o sucesso da esfera da circulação que a articulação ocorra dentro e fora das fronteiras nacionais, porém essa premissa entra em contradição com a “aliança” realizada entre o sistema capitalista e o Estado moderno, ou seja, o capital não pode se restringir à circulação nos limites do Estado-nação. Mészáros (2002, p. 111, grifos do autor) diz que a resolução capitalista a essa contradição está num sistema de “*duplo padrão*”:

Em casa (ou seja, nos países metropolitanos ou ‘centrais’ do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e na ‘periferia subdesenvolvida’, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração.

O caráter central e periférico do capital global apontado pelo autor na citação acima será discutido logo adiante, com base em Arrighi (1997). Quanto a esse duplo padrão enfatizado por Mészáros (2002), pode-se inferir que é uma introdução ao tema da globalização, a que o autor se refere como o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação, estabelecendo uma hierarquia entre os Estados

nacionais que possuem ou não posição favorável dentro do sistema de poder do capital global. Num fechamento simplista, pode-se referir a globalização como estratégia capitalista para manutenção de seu sistema.

Quanto à “aliança” estabelecida entre Estado e capital, Braudel (1996, p. 70) explora o tema, quando escreve que o Estado moderno, que não fez o capitalismo, mas é seu herdeiro, ora o favorece, ora o desfavorece, ora o deixa expandir-se, ora lhe trava os ímpetus: “*o capitalismo só triunfa quando se identifica com o Estado, quando é Estado*”⁹.

Nessa discussão, é a forma do Estado moderno que está sendo considerada, uma vez este fortaleceu as bases do sistema capitalista, ao que Wallerstein (2001, p. 45) complementa

os Estados controlaram as relações de produção. Primeiro legalizaram, depois proibiram formas particulares de trabalho forçado [...]. Criaram regras para as relações de trabalho assalariado, incluindo garantias contratuais e obrigações recíprocas, mínimas e máximas. Decretaram limites para a mobilidade geográfica da força de trabalho, não só através das fronteiras, mas também dentro delas. Todas essas decisões estatais tiveram implicações econômicas para a acumulação de capital.

Arrighi (1997) escreve que, quando há a fusão do Estado com o capital, o poder capitalista disperso passa a ser concentrado e o país que atinge esse patamar se lança a conquista territorial do mundo e a organização de uma economia mundial capitalista. Sob a égide de uma economia mundial, o autor destaca que a capacidade dos Estados de fazer e valer o comando econômico torna-se problemático, sendo que a principal dificuldade reside no fato de que o comando econômico depende muito da divisão mundial do trabalho (DMT).

Para o entendimento do caráter contraditório do sistema capitalista é interessante explicitar, mesmo que rapidamente, as implicações dessa divisão mundial do trabalho, quais sejam, a divisão dos países em países centrais, periféricos e semi-periféricos. Sobre isso, em Braudel (1996, p. 86) tem-se que, “*há o coração (núcleo orgânico), isto é, a zona que se estende em torno do centro, depois vem as zonas intermediárias (semi-periferias) à volta do eixo central, e finalmente, as margens destas surgem as zonas subordinadas e dependentes (periferias)*”.

⁹ Braudel (1985) exemplifica citando os casos das cidades-Estados italianas, Veneza, Genova, Florença, onde é a elite do dinheiro que tem o poder. Na Holanda, séc XVII, a aristocracia dos Regentes governa de acordo com o interesse e com as diretrizes dos homens de negócios, negociantes ou financeiros. Na Inglaterra, é a revolução de 1688 que marca o advento dos negócios à holandesa. Com a revolução de Julho de 1830, a burguesia se instala no governo da França.

Para entender a inter-relação entre os países de acordo com sua posição na DMT, Wallerstein (apud Arrighi, 1997) diz que essas relações ligam atividades econômicas estruturadas em cadeias de mercadorias que atravessam fronteiras nacionais. Na distribuição das tarefas, as atividades de núcleo orgânico são aquelas que controlam uma grande parte do excedente total produzido dentro da cadeia de mercadorias, enquanto que atividades periféricas são aquelas que controlam pouco ou nada desse excedente. Segundo o autor, todos os estados incluem dentro de suas fronteiras, tanto atividades do núcleo orgânico como periféricas, sendo que *“alguns incluem atividades predominantemente do núcleo orgânico e tendem a ser o lócus de acumulação e poder mundiais, enquanto que outros incluem atividades predominantemente periféricas e por isso, lócus da exploração e da impotência”* (idem, p. 58). O autor ainda chama atenção de que os Estados que têm uma combinação equilibrada dessas atividades são denominados Estados semi-periféricos¹⁰, os quais têm o poder de resistir a periferização, mas não tem poder de superá-la e passar a fazer parte do núcleo orgânico.

A DMT imprime um processo de concorrência inter estatal que também contribuirá para o acirramento das crises no sistema capitalista. Este tema terá continuidade na segunda seção deste capítulo.

Do exposto até aqui, pode-se observar que o sistema capitalista é determinado pelo modelo de mais-valia, que imprime uma relação de caráter contraditório entre seus elementos básicos, capital e trabalho, submetendo o segundo ao primeiro. Essa relação hierárquica implica na divisão da sociedade em classes sociais, onde, as contradições internas do sistema capitalista as condicionaram a embates periódicos, estes culminando em mudanças no curso do capitalismo e transformações em suas relações sociais. A luta do trabalhador pelo fim da dominação capitalista torna-se um obstáculo ao sistema, que recorre então ao Estado, na sua versão moderna, como forma de manter o comando sobre a classe social trabalhadora. Por sua vez, os Estados mantêm relações concorrenciais entre si, devido a sua posição na divisão mundial do trabalho, cujo acirramento contribui para crises no sistema capitalista. Essa breve caracterização é determinante para entender o contexto dessa pesquisa, que procura

¹⁰ Os critérios para identificar um Estado semi-periférico, segundo Wallerstein (apud Arrighi, 2003), são: num sistema de troca desigual, o Estado semi-periférico fica no meio, em termos dos produtos que exporta e em termos dos níveis salariais e margens de lucro que conhece; e, o interesse direto e imediato do Estado como uma máquina política no controle do mercado (interno e internacional) é maior do que nos Estados do núcleo orgânico ou nos periféricos.

demonstrar que a aplicação massiva da força de trabalho feminino e a expansão do terceiro setor desde a década de 1970, são movimentos do capital no sentido de amortecer suas crises.

2.2 Crise no sistema capitalista: queda da taxa de lucro e da redução comando do capital sobre o trabalho

Basicamente, a crise do sistema capitalista decorre em períodos em que uma situação favorável aos trabalhadores pode significar uma possível redução do comando do capital sobre o trabalho. Este contexto implica em uma ameaça à reprodução do sistema capitalista. A crise deflagrada em meados dos anos 1970 não foge a essa regra, porém, resta saber que elementos a ocasionam de fato. Alguns dos elementos que estruturam essa crise serão rebuscados em autores como Hobsbawm (2003), Arrighi (1997), Antunes (2002), Montañó (2003) e Mészáros (2002). O pouco espaço destinado a esta seção não permitirá a riqueza dos detalhes, mas pretende-se que as idéias principais sejam mencionadas¹¹.

Para explicar um período de crises é necessário voltar em pelo menos um período anterior e contextualizá-lo, procurando perceber as tensões que fizeram encerrar o período. Assim, Hobsbawm (2003), ao descrever a crise capitalista, a qual ele se refere como “*as décadas de crise*”, parte de um período anterior que denomina “anos dourados” ou, em outras vezes, prefere utilizar a expressão “*Era de Ouro*”, adotada dos autores anglo-americanos Marglin & Schor (1990).

Hobsbawm (2003) descreve os anos dourados do sistema capitalista - no período pós II Guerra Mundial até meados da década de 1970 – para logo após explicar as décadas de crise, sendo que o boom dos anos dourados culminou com a crise no final dos anos de 1970. Hobsbawm (2003, p. 393) diz que “*a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise. E, no entanto, até a década de 1980 não estava claro como as fundações da Era de Ouro haviam desmoronado irrecuperavelmente*”. Os anos dourados foram caracterizados pelo sistema de economia mista, com forte atuação do Estado no planejamento e na administração da modernização econômica, aumentando fortemente a demanda do setor produtivo. Aqui temos a máxima da relação Estado-capital, que aliados, tornam o sistema capitalista mais forte. Ao que Hobsbawm (2003,

¹¹ Para um estudo mais aprofundado da origem das crises no interior do sistema capitalista ver Bernardo (1991).

p. 264) prossegue, “*as grandes histórias de sucesso econômico em países capitalistas no pós-guerra, com raríssimas exceções (Hongkong), são histórias de industrializações sustentadas, supervisionadas, orientadas e às vezes planejadas e administradas por governo [...]*”. A economia mista é então realizada através do “compromisso” dos governos com a oferta de empregos, com a seguridade social e previdenciária, e em consequência, promovendo a demanda para o setor produtivo (grifo nosso). Na verdade o “compromisso” do governo era para com os capitalistas e não com os trabalhadores, tanto que na seqüência, Hobsbawm (2003, p. 276) afirma que

essa combinação baseou-se num consenso tácito entre patrões e organizações trabalhistas para manter as reivindicações dos trabalhadores dentro de limites que não afetassem os lucros, e as perspectivas futuras de lucros suficientemente altos para justificar os enormes investimentos sem os quais o espetacular crescimento da produtividade da mão-de-obra da Era de Ouro não poderia ter ocorrido.

Hobsbawm (2003, p. 255) destaca que os anos dourados pertenceram aos países de economia central, que moviam cerca de três quartos da produção mundial, “*A Era de Ouro foi um fenômeno mundial, embora a riqueza geral jamais chegasse à vista da maioria da população do mundo – os que viviam em países para cuja pobreza e atraso os especialistas da ONU tentavam encontrar eufemismo diplomático*”. Mas o autor destaca que a população mundial cresceu aceleradamente neste período, com a produção de alimentos acima da expectativa populacional, principalmente nos países de economia central. Porém, a produção de alimentos alcançou um patamar tão elevado nos países centrais que estes não sabiam o que fazer com o excedente, o que culminou na década de 1980 com a venda dos produtos agrícolas abaixo do custo, solapando os produtores dos países pobres. Hobsbawm (2003, p. 259) acrescenta outro elemento, ligado à produção do mundo industrial, que quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970, “*o modelo de produção em massa de Henry Ford espalhou-se para indústrias do outro lado dos oceanos. [...] Bens e serviços antes restritos a minorias eram agora produzidos para um mercado de massa [...]*”. Mas o autor diz que o que mais impressiona neste período é o surto econômico promovido pela revolução tecnológica, sendo estas intensivas em capital, exigindo pouca (quando não, substituindo) força de trabalho.

No desejo intermitente de manter o comando do sistema social, o sistema capitalista necessita manter o controle sobre a categoria dos trabalhadores, deles dependendo cada vez

menos. Por isso, a descrição abaixo pretende estabelecer em boa medida as razões da crise capitalista aqui tratada.

A grande característica da Era do Ouro era precisar cada vez mais de maciços investimentos e cada vez menos gente, a não ser como consumidores. Contudo, o ímpeto e rapidez do surto econômico eram tais que, durante uma geração, isso não foi óbvio. Pelo contrário, a economia cresceu tão depressa que mesmo nos países industrializados a classe operária industrial manteve ou mesmo aumentou seu número de empregados. Em todos os países avançados, com exceção dos Estados Unidos, os reservatórios de mão-de-obra preenchidos durante a depressão pré-guerra e a desmobilização do pós-guerra se esvaziam, novos contingentes de mão-de-obra foram atraídos da zona rural e da imigração estrangeira, e mulheres casadas, até então mantidas fora do mercado de trabalho, entraram nele em número crescente. Apesar disso, o ideal a que aspirava a Era de Ouro, embora só se realizasse aos poucos, era a produção, ou mesmo o serviço, sem seres humanos, [...], os seres humanos só eram essenciais para tal economia num aspecto: como compradores de bens e serviços. (Hobsbawm, 2003, p. 262, grifos nossos)

O sistema capitalista precisa de um contingente que ele possa alijar no intuito de sempre regular o volume total dos salários. Se o contingente de trabalhadores (e também dos trabalhadores com qualificação alternativa, no caso, como grifado na citação acima, as mulheres casadas) estiver esgotando-se, essa classe pode se fortalecer, pressionar os salários e automaticamente, reduzir as taxas de lucros, tão desejadas para manter a reprodução do sistema capitalista.

Durante os anos dourados, o sistema capitalista teve um grande aliado, o Estado do Bem-estar, ou, o *Welfare State*, que, porém, fracassou na tentativa de equilibrar o nível salarial com o nível de demanda, ocasionando inflação altíssima no final do período. “*O equilíbrio da Era do Ouro dependia de uma coordenação entre o crescimento da produção e os ganhos que mantinham os lucros estáveis. Um afrouxamento na ascensão contínua de produtividade e/ou aumento desproporcional nos salários resultariam em desestabilizações*” (Hobsbawm, 2003, p. 279). Para agravar esse fato, os gastos com a seguridade social (manutenção de renda, assistência e educação) se tornaram a maior parte dos gastos públicos totais, o que comprometia em muitos casos, mais de 60% do orçamento na seguridade social, e isso, aos poucos foi originando uma crise no interior do sistema.

A explosão salarial dessa época, ameaçando as taxas de lucro, e o aumento do consumo provocando inflação altíssima, pareciam determinar em grande parte, a origem da crise. Ao que os neoliberais, ávidos para ocupar um espaço dominante na ordem social, afirmavam que

a economia e a política da Era do Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, que por sua vez impediam o aumento dos lucros, “*verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista*” (Hobsbawm, 2003, p. 399).

Assim, o aperto financeiro dos governos e a necessidade das empresas privadas de restabelecer os níveis de taxa de lucro, determinaram, nas décadas de crise, a dispensa massiva de trabalhadores, ao que se denominou desemprego estrutural, acirrando a crise do sistema capitalista.

Rebuscando a divisão mundial do trabalho, pode-se inserir Arrighi (1997) neste contexto, ao mesmo tempo buscando explicações para a crise capitalista e reforçando a argumentação de Hobsbawm (2003).

Arrighi (1997) mostra que, a acentuada competição econômica entre as empresas e os estados do núcleo orgânico que se seguiu à reconstrução do domínio do mercado mundial – uma reconstrução completada no início da década de 1970 – tendeu a induzir os estados e empresas do núcleo orgânico a cortar drasticamente seus custos, significando um desvio das articulações econômicas com a semiperiferia e um vínculo maior com localidades periféricas.

O autor destaca que no final da década de 1960, início de 1970, a expansão produtiva do capital em países centrais começa a enfrentar lucros decrescentes, tanto pelos aumentos de salários quanto dos preços de matérias-primas importadas (choque do petróleo de 1973), fazendo com que a lucratividade da expansão produtiva do capital desses países declinasse e o capital buscase valorização em novas direções (Arrighi, 1997)..

Diante dessas circunstâncias, duas direções principais estavam abertas à expansão capitalista: 1) a expansão produtiva, que podia continuar em localidades mais periféricas que não haviam sido afetadas pelos custos crescentes da mão-de-obra ou que haviam se beneficiado dos preços mais elevados de produtos primários; 2) a expansão produtiva podia cessar e os lucros e outros excedentes pecuniários podiam ser investidos na especulação financeira, com o objetivo de adquirir bens de produção e reivindicar receitas governamentais a preços baixíssimos. Durante a maior parte dos anos 1970, esse dois tipos de expansão sustentaram-se mutuamente, gerando um fluxo maciço de capital e de outros recursos em direção aos Estados de renda média e baixa. Nos anos 1980, ao contrário, o segundo tipo de

expansão eclipsou o primeiro e levou a um grande retorno dos recursos financeiros e outros para os países centrais (Arrighi, 1997).

O movimento em ambas as direções (para localidades mais periféricas e longe delas) foi ainda mais violento, porque, nos anos 1970, a maioria dos governos do ocidente – em primeiro lugar, o governo norte-americano – continuou a buscar a expansão produtiva no interior de seus domínios territoriais sem perceber que essa expansão estava minando a lucratividade, minando o sistema capitalista. À medida que a lucratividade dos países centrais era empurrada ainda mais para baixo pelas políticas governamentais, o capital voou na direção de localidades mais periféricas e para formas de investimento – tais como depósitos em dólar em banco selecionados na Europa Ocidental – que estava fora do alcance dos governos (Arrighi, 1997).

O autor ressalta que a disjunção entre o capital dos países centrais e as políticas de governo desses países criou as condições para o progresso econômico geral dos anos 1970

a única vez em 50 anos, em que regiões e jurisdições de média e baixa renda parecem ter estreitados as diferenças de renda que a separavam do núcleo orgânico. Foi nessa época que instituições capitalistas do núcleo orgânico inundaram estados de renda baixa e sobretudo, média, com oferta de linhas de crédito praticamente ilimitado para investimentos produtivos ou improdutivos, joint ventures e outras formas de ajuda para a instalação de unidades produtivas que competissem entre si e com localidades do núcleo orgânico. Nem os estados comunistas foram discriminados. Ao contrário, alguns foram os principais beneficiados dessa súbita cornucópia e se movimentaram rapidamente para se ligar aos circuitos globais do capital, assumindo algumas das obrigações financeiras mais pesadas do mundo. (Arrighi, 1997, p. 96)

A abundância de meios desfrutada por estados periféricos e semi-periférico, ou seja, de renda baixa e média, levou a uma generalização e intensificação dos esforços competitivos de desenvolvimento, orientados para uma forma ou outra de industrialização. Esses esforços, por um lado, agravaram a escassez mundial de insumos que eram fundamentais para seu sucesso, e, por outro, criaram uma super abundância de seus produtos mais típicos, depreciando assim, seu valor no mercado mundial. Mais cedo ou mais tarde, chegaria o momento em que somente os mais competitivos desses esforços colheriam os benefícios da industrialização, enquanto que os outros ficariam em dificuldades, com benefício muito aquém dos custos, inclusive os do serviço da dívida adquirida no processo (Arrighi, 1997).

Além disso, a abundância de meios desfrutados por Estados periféricos e semi-periféricos nos anos 1970 tendeu a eliminar a disjunção entre as predisposições especulativas do capital dos países centrais e as políticas de seus governos. Quanto mais capital escorria para os estados de renda média e baixa, mais os governos centrais percebiam que suas tentativas de direcionar o capital para expansão produtiva no interior de seus domínios eram não apenas ineficazes, mas estavam levando a uma generalização dos esforços de desenvolvimento que ameaçava a estabilidade da hierarquia de riqueza sobre a qual se assentava seu poder. Ao mesmo tempo, quanto mais a valorização do capital dos países centrais passou a depender da alienação das receitas e bens dos estados periféricos e semi-periféricos, mais exigiu a ajuda dos governos centrais para legitimar e fazer cumprir a alienação (Arrighi, 1997).

O autor destaca que no início da década de 1980 os governos centrais, numa tentativa de virar o jogo, passam a oferecer máxima liberdade de ação a instituições capitalistas engajadas na especulação financeira e encorajaram ainda mais essa tendência, alienando seus próprios bens e receitas futuras por valores irrisórios. Além do mais, tais governos, agindo separadamente ou de comum acordo, puseram à disposição do capital dos países centrais toda a ajuda que estava em seu poder oferecer, para induzir os Estados periféricos e semi-periféricos a honrar suas dívidas. Arrighi (2003) salienta que a *belle époque* do final do século XX culminaria então em um aprofundamento da crise dos processos globais de acumulação de capital.

Sobre essa crise capitalista, Antunes (2002) também traz suas argumentações, destacando pelo menos seis razões, das quais quatro¹² serão citadas nessa seção: a hipertrofia da esfera financeira, o esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista de produção, a queda da taxa de lucro e a crise do *Welfare State*, esta última destacada também em Montañó (2003) como a crise no padrão de intervenção social.

As quatro razões interligam-se e reforçam-se. No final da década de 1960 a produção excedeu o consumo, acarretando perda de lucratividade, principalmente nas indústrias de transformação, dando espaço para a expansão do capital financeiro no final da década de 1970. Neste mesmo período, os países beneficiados com custos de produção menores, ganharam fatias de mercado de outros países ocasionando a queda nas taxas de lucros destes últimos.

¹² As outras duas razões destacadas por Antunes (2002, p. 30) são: maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas e o incremento acentuado das privatizações.

Essa tendência decrescente da taxa de lucro levou a crise no padrão de produção fordista/taylorista, que ao sucumbir, levou junto toda a estrutura de regulação e intervenção estatal (Brenner, 1999, apud Antunes, 2002).

Analisando-as separadamente, com base em Antunes (2002), a esfera financeira ganha relativa autonomia frente aos capitais produtivos, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação. A ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora e contra as condições vigentes durante a fase de apogeu fordista/taylorista possibilitava e incentivava a expansão dos capitais financeiros especulativos. *“Uma vez encerrado o ciclo expansionista do pós-guerra, presenciou-se, então, a completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, além da forte expansão dos capitais financeiros especulativos”* (Antunes, 2002, p. 32).

Quanto às causas da queda da taxa de lucro, Antunes (2002, p. 29) cita o aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós 1945; e a intensificação das lutas sociais dos anos 1960, *“que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a redução dos níveis de produtividade do capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro”*.

Referindo-se ao esgotamento do padrão de acumulação fordista/taylorista de produção, Antunes (2002) diz que ocorreu devido a sua incapacidade de responder a retração do consumo que se acentuava, comprimindo as margens de lucro. O autor diz que na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava.

Para Antunes (2002), quanto à crise do *Welfare State*, esta foi dimensionada pela crise fiscal, devido aos gastos trabalhistas e sociais. Neste ponto recorda-se que o sistema capitalista alia-se ao Estado para manter o controle social, o que torna lógico que uma crise no interior das relações estatais poderá ocasionar, ou impulsionar, uma crise também no sistema capitalista. Sobre isso, Mézáros (2002, p. 106) declara que o fim da ascensão do capital está na possibilidade do desmantelamento do Estado moderno *“O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras do Estado moderno. Portanto não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas”*.

Em termos de Brasil, mesmo reconhecendo que o Estado de Bem Estar Social não chegou a consolidar-se, em função do país apresentar um capitalismo tardio, Montaño (2003, p. 34, grifos do autor), diz que, é no período de 1964 a 1975 que políticas de massas são desenvolvidas, com a instituição de mecanismos de formação de um patrimônio dos trabalhadores, proteção aos trabalhadores rurais e benefícios aos trabalhadores urbanos, consolidados na constituição de 1988¹³. Como visto anteriormente, essa pesada carga leva a crise no sistema capitalista, e no Brasil não seria diferente.

Desta forma, em resposta à crise capitalista inicia-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, com o advento do neoliberalismo, com a privatização do estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a reestruturação da produção e do Estado, ou seja, uma reestruturação produtiva e estatal capitalista. Esse é o assunto da próxima seção.

2.3 Reestruturação produtiva e estatal: alternativas para manutenção do sistema capitalista

Em linhas gerais, a saída à crise capitalista deflagrada nos anos 1970, ocorreu no interior dos setores onde a crise foi gerada. No caso, o setor produtivo que se apresentava onerado com a explosão salarial e o setor estatal, onerado pelos elevados encargos sociais. Ao menos, esse foi o discurso dominante. Porém, essencialmente, por trás das mudanças requeridas está o esforço das empresas e do Estado em defender a continuidade do sistema capitalista. A partir desse ponto de vista será explorado o tema da reestruturação capitalista, iniciando-se pela reestruturação produtiva, apresentando logo após a reforma do Estado.

Embora pareça que a reestruturação produtiva ocorreu na simples substituição de métodos de produção, argumentos encontrados em Arrighi (2003), demonstram que a desarticulação do sistema de produção fordista/taylorista e do *Welfare State*, ocorrida no início da década de 1970, significou uma evidente guinada para um aumento de poder do capital financeiro frente ao Estado nacional. Essa guinada levou a explosão dos mercados financeiros

¹³ Segundo Montaño (2003, p. 4, grifos do autor) esse “pacto social” é abortado já no início da década de 1990, com o advento das práticas neoliberais.

em escala global e foi base para a consolidação do regime de acumulação flexível. Nesse remanejamento espacial dos processos de produção e acumulação, ressurgem a produção artesanal e as redes interfamiliares e a disseminação de coordenação via mercado, em detrimento do planejamento empresarial e governamental.

Assim, a década de 1980 foi marcada por mudanças significativas para o futuro do mercado de trabalho. A substituição dos métodos de racionalização da produção, baseados no fordismo/taylorismo, pela nova organização industrial baseada no Toyotismo¹⁴, aliados ao avanço tecnológico¹⁵, a automação, a robótica e a microeletrônica foram elementos determinantes desse processo de mudança e transformações ocorridas no mercado de trabalho nos anos 1980. A referida década presenciou, nos países de capitalismo central, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe trabalhadora sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu a sua materialidade e a sua subjetividade, afetando a sua forma de ser (Antunes, 2002).

Antunes (2002) coloca que no final dos anos 1970 verificou-se o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dado pela sua incapacidade de manter a taxa de produtividade elevada, e a ascensão do modelo Toyota de organização industrial, que em muitos setores substituiu o modelo anterior e em outros apenas mesclou-se a ele. Da mescla ou da substituição, surgem novos processos de trabalho, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado. Ensaia-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão de força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a gestão participativa, a busca da qualidade total, são

¹⁴Toyotismo é o processo de produção industrial característico dos anos 90, que mescla as técnicas do fordismo/taylorismo e acresce a flexibilização do mercado de trabalho. Fordismo é o processo de produção industrial em massa, com alta especialização do trabalho, enquanto que Taylorismo é o processo de produção industrial cronometrado, para aumentar a produtividade do trabalho fabril. Para uma melhor caracterização desses métodos de produção ver Antunes (2002).

¹⁵ De acordo com Hoffmann (1980), um fator explicativo no cenário da crise do emprego, sobretudo nos países capitalistas mais desenvolvidos, é o desemprego tecnológico. Segundo a autora, a criação acelerada de novas técnicas de produção e de novos produtos, a rápida obsolescência de algumas atividades, a súbita mudança de prioridade naqueles Ramos cuja demanda é função da estratégia governamental, deixaria parte da mão-de-obra despreparada, no sentido de que sua qualificação específica se torna repentinamente obsoleta, e não pode ser, de imediato, convertida a novas especializações.

expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do terceiro mundo industrializado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (Antunes, 2002).

Esta intensificação das práticas de reestruturação produtiva das firmas e a abertura comercial iniciada no final dos anos 1980 foram responsáveis por mudanças importantes no mercado de trabalho brasileiro: ampliação de desemprego, redução de postos de trabalho industrial, mudança nos requerimentos de qualificação dos trabalhadores e sinais nítidos de precarização das condições de trabalho de número significativo de trabalhadores. Como se pode observar as mudanças ocorrem no sentido do enfraquecimento da classe trabalhadora e no fortalecimento do sistema do capital.

Uma das conseqüências desta reestruturação produtiva foi o crescimento do setor de serviços. De acordo com estudos do Sebrae (2002), nas últimas décadas, o crescimento do setor de serviços tem sido acentuado na maioria dos países, inclusive aqueles em desenvolvimento, pois a base de demanda desse setor repousa em pessoas com necessidades e recursos financeiros disponíveis.

Segundo Melo et al (1998, p. 687),

A importância do setor de serviços neste século é explicada por dois movimentos distintos: a) no processo de desenvolvimento, a expansão da produção industrial e da agropecuária exigiu um aumento das atividades de distribuição de mercadorias e dos serviços financeiros, Ramos de atividades estritamente relacionados com a produção de bens. Nesse caso, a expansão destes serviços seria uma resposta às necessidades de construção dos segmentos modernos; b) a urbanização nos países periféricos foi acompanhada, de modo geral, por um aumento da força de trabalho nos serviços e na construção civil, devido à expulsão de mão-de-obra, resultante da utilização de novas técnicas nos segmentos arcaicos e à incapacidade de geração de postos de trabalho pela indústria de transformação.

No Brasil, segundo o IBGE, o setor serviços representa 58,3% do PIB, absorvendo 57,2% da mão-de-obra disponível no mercado. Em Santa Catarina, este setor responde por 40,1% do pessoal ocupado no mercado de trabalho, sendo que o comércio e indústrias catarinenses ocupam 59,9% juntos. Ocorre que o setor de serviços tem absorvido grande parte da mão-de-obra que migra de outros setores, especialmente o industrial. Isso se deve ao fato

de que em países em desenvolvimento, ao implantarem a inovação tecnológica e a gestão moderna em suas empresas, acabam excluindo uma boa parte dos trabalhadores com baixa qualificação profissional. Outros fatores ainda contribuem para o aumento desse contingente de pessoas disponíveis para o mercado de trabalho, como o crescimento da expectativa de vida, a redução da mortalidade infantil e o aumento da população. Entretanto, tais fatores também levam à busca de mais serviços para serem produzidos e consumidos. Isso tem levado ao crescimento do setor de serviços como um todo (Sebrae, 2002).

O setor de serviços nos países em desenvolvimento tornou-se uma esperança para ajudar a vencer a crise do emprego, caracterizada pelo aumento do desemprego industrial e público. Porém, Bredariolli e Stefano (2002) apontam que o crescimento do setor de serviços não bastaria para resolver, sozinho, o desemprego de 7,3% da população economicamente ativa¹⁶ pois não adianta o setor de serviços crescer, mesmo sendo responsável por 50% do total do emprego, se a indústria e a agricultura não acompanharem. São esses dois setores os que têm capacidade de gerar renda. Para Rifkin (1995), a esperança de que o setor de serviços absorverá a mão-de-obra desempregada está sendo esmagada, uma vez que a automação e a reengenharia já estão tomando o lugar dos seres humanos também neste setor.

Ainda, segundo Antunes (2002, p. 111),

[...] é necessário lembrar que as mutações organizacionais e tecnológicas, as mudanças nas formas de gestão, também vêm afetando o setor de serviços, que cada vez mais se submete à lógica do capital. Veja-se, por exemplo, o caso da intensa diminuição do trabalho bancário e da monumental privatização dos serviços públicos, com seus enormes níveis de desempregados, durante a última década.

Conforme o exposto, a brusca queda de oferta de emprego no setor industrial não está sendo compensada pela expansão do setor de serviços, uma vez que este também se encontra em ritmo reduzido de crescimento, o que colabora para o aumento dos índices do desemprego estrutural.

¹⁶ Segundo dados obtidos no IBGE, a taxa média de desocupação no ano de 2003 foi de 12,3%, sendo que na região sul ficou em torno de 8%.

Alcançando a década de 1990, ganha destaque a globalização¹⁷ da economia, com a ênfase nos benefícios da abertura comercial. Associa-se a este processo à interdependência e à integração constantes dos mercados, ao aumento das trocas internacionais de bens e serviços, à desregulamentação e à abertura dos mercados vinculados à economia com práticas neoliberais, bem como à expansão acelerada de informações e de novas tecnologias nas áreas de microeletrônica e redes (Matos, 2005 p. 19). Como lembrado por Ramos e Reis (1998, p. 529) “[...] a abertura comercial, a privatização das empresas estatais do setor produtivo e estabilização de preços aumentaram o grau de concorrência na economia, tanto externa como interna, obrigando as empresas a perseguir padrões de eficiência e competitividade [...]”. Assim, a crise do mercado de trabalho acentua-se com os problemas da mudança da ordem econômica: o neoliberalismo econômico.

Montaño (2003) apresenta o projeto neoliberal como resposta à crise do capital. O autor argumenta que a ordem neoliberal se desdobra em frentes articuladas, quais sejam, a reestruturação produtiva, o combate ao trabalho e a reforma do Estado. A reestruturação produtiva já foi apresentada, vale portanto, aludir rapidamente ao combate ao trabalho e a reforma do Estado.

Uma expressão que Montaño (2003) rebusca em Mota (1995) e que é interessante para entender a ofensiva contra o trabalho, é a “*cultura da crise*”. Em contexto de crise, a tendência da queda da taxa de lucro leva o capitalista a aumentar a exploração da mais valia, objetivando, por exemplo, a redução dos direitos trabalhistas. Por sua vez, o trabalhador ameaçado pelo possível desemprego, “*tende a se preocupar mais por manter, em algum nível, os direitos adquiridos (conquistados historicamente) do que por lutar por um projeto alternativo ou trabalhista, o que fragiliza na luta/negociação com o capital*” (Montaño, 2003, p. 27).

Assim, o combate ao trabalho, com a finalidade de aumentar a taxa de lucro, concretizou-se através da intensificação do trabalho e eliminação ou redução de benefícios salariais conquistados pelos movimentos trabalhistas,

¹⁷ Embora com outros nomes, o processo de globalização da economia ocorreu em vários períodos, apontados por Matos (2005, p. 18): “[...] período entre 1870 e 1913, caracterizado pela grande mobilidade de capitais e mão-de-obra, juntamente com o apogeu comercial advindo da dinamização de conexões por meio do transporte a vapor (náutico e ferroviário) e do telégrafo. [...] Depois da segunda guerra mundial, [...], pela notável expansão comercial, com variedades de modelos de organização econômica e limitada mobilidade de capitais e mão-de-obra, e também pelo esforço de criar órgãos internacionais de cooperação. [...] O último quartel do século XX [...] pela gradual generalização do livre-comércio, pela expansão das empresas transnacionais e pela grande mobilidade de capitais, evidenciando-se uma tendência à homogeneização de modelos de desenvolvimento e as restrições ao movimento de mão-de-obra”.

estabelece-se, assim, a 'flexibilização' (precarização) dos contratos de trabalho, o esvaziamento ou atenuação da legislação trabalhista, a retirada dos direitos sociais e até políticos, do horizonte da cidadania e dos trabalhadores, a subcontratação/terceirização das relações de trabalho, [...], redução do poder sindical [...], a automação, que combinada com o aumento do desemprego estrutural, leva a uma constante redução salarial, e precarização das condições de trabalho e emprego. (Montaño, 2003, p. 25-26)

Quanto à reforma do Estado, o autor afirma que esta se articula com o projeto de liberar, desimpedir e desregular a acumulação de capital, estimulando a lógica concorrencial de mercado em detrimento do controle social da lógica democrática. Nesse processo, conta com a orientação do Consenso de Washington¹⁸, expresso em um conjunto de medidas para “fortalecer” as economias capitalistas em crise, das quais destacam-se: a disciplina fiscal, quem em função da redução dos gastos, influenciou na redução dos investimentos na economia e na geração de empregos; e a privatização, culminando com o desemprego de muitos trabalhadores nas empresas estatais.

Combinadas, as reestruturações produtiva e estatal, ampliaram a situação caótica do mercado de trabalho dos últimos anos. Como exposto anteriormente, o setor público, que ao lado do setor privado é responsável pela geração de empregos, limitou sua capacidade empregadora, ao aderir às medidas preconizadas no Consenso de Washington.

No Brasil, a participação do setor público na criação de postos de trabalho até 1980 foi baixa, em virtude do dinamismo do setor industrial que se expandia. Devido a grande oferta de emprego no setor industrial, a atuação do Estado se limitava à área social. Porém, com a crise econômica da década de 1980, quando começa a retração da oferta de empregos no setor privado, o setor público assume um papel anticíclico e aumenta a sua participação no total das ocupações (IMPORTÂNCIA..., 2004).

De acordo com Mattoso (2004), durante a década de 1980, considerada a década perdida, a deterioração do mercado de trabalho foi atenuada pela ação positiva do Estado na economia. Mas, na década de 1990, o alto grau de endividamento gerou no país uma grave crise fiscal, e em função disto, se fez necessário uma contenção do crédito, do gasto público e dos salários, o que produziu recessão e baixo crescimento da economia e refletiu na redução da oferta de empregos. A adoção de princípios preconizados pelo Consenso de Washington

¹⁸ Os princípios mais marcantes do Consenso de Washington foram a liberalização comercial e financeira e a privatização e desregulamentação da economia. Ver a respeito Tavares e Fiori (1993) e Ricúpero (1999).

resultou na retração dos empregos formais, na expansão da informalidade, da precarização das condições e relações de trabalho e na expansão do desemprego. Entre 1995 e 1997 foram destruídos 140.080 empregos públicos (Mattoso, 2004). Com a privatização dos serviços públicos, em 1998 e 1999, este número aumentou ainda mais. Atualmente, a participação de trabalhadores do setor público brasileiro está em torno de 11,% do total da população economicamente ativa (IMPORTÂNCIA..., 2004). Há indícios de que esse número atualmente seja menor se levado em consideração o aumento da terceirização de alguns setores estatais.

Assim, a reestruturação produtiva e a crise fiscal do Estado foram elementos que contribuíram para a eliminação de muitos postos de trabalho, o que desencadeou no desemprego estrutural, em âmbito mundial. Para além do desemprego, está a economia, a redução dos custos e o aumento da produtividade permitido pela nova configuração do mercado de trabalho, ocasionando um fôlego a mais ao sistema capitalista, após mais um choque ocasionado pela sua natureza contraditória.

A revigoração do sistema capitalista acarretou para a classe trabalhadora a queda de seu padrão de vida, crescendo, nesse contexto, a atuação de entidades não-governamentais. Para Montañó (2003) a transferência ao terceiro setor da responsabilidade de intervenção na questão social não ocorre porque as entidades do terceiro setor podem apresentar maior eficiência que o Estado, nem apenas por reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal, mas fundamentalmente por motivos que apóiem o projeto neoliberal

[...] retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão quanto à políticas sociais (estatais) de qualidade; criar uma cultura de auto culpa pelas mazelas que afetam a população, e de auto-ajuda e ajuda mútua para seu enfrentamento; desonerar o capital de tais responsabilidades, criando, por um lado, uma imagem de transferências de responsabilidades e, por outro, a partir da precarização e focalização (não-universalização) da ação social e estatal e do “terceiro setor”, uma nova e abundante demanda lucrativa para o setor empresarial. (Montañó, 2003, p. 23, grifos do autor)

Assim, para além das saídas diretas da crise, encontram-se os seus subprodutos. No ínterim de sua reestruturação, o sistema capitalista lança mão de subterfúgios, tais como, a utilização da força de trabalho dos trabalhadores com qualificação alternativa, como as mulheres, e o repasse do custo social aos próprios trabalhadores, através do que se denomina contemporaneamente como terceiro setor.

2.4 Reflexos da reestruturação capitalista: expansão do terceiro setor e aplicação massiva da força de trabalho feminina como subprodutos

A expansão das atividades do terceiro setor e a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho serão melhores compreendidas se situadas no contexto da reestruturação capitalista, conforme descrita na seção anterior. Pretende-se mostrar nesta seção, que tanto a expansão do terceiro setor quanto à aplicação da força de trabalho feminina são subprodutos dessa reestruturação e por isso, funcionais ao sistema capitalista. Como visto anteriormente, o resultado da ofensiva capitalista na sua reestruturação, condicionou uma nova configuração no mercado de trabalho, caracterizada de um lado, pela precarização da aplicação da força de trabalho, através do chamado aos trabalhadores com qualificação alternativa, no caso as mulheres, e, de outro, a exclusão de uma massa de trabalhadores do circuito produtivo.

Ao considerarmos as transformações ocorridas no papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho, Harvey (1996, p. 146), destaca:

Não apenas as novas estruturas do mercado de trabalho facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar e da subcontratação permite o ressurgimento de práticas e trabalhos de cunho patriarcal feitos em casa. Esse retorno segue paralelo ao aumento da capacidade do capital multinacional de levar para o exterior sistemas fordistas de produção em massa e ali explorar a força de trabalho feminino extremamente vulnerável em condições de remuneração extremamente baixa e segurança no emprego negligenciável. O programa Maquiladora, que permite que administradores e a propriedade do capital norte-americano permaneçam ao norte da fronteira mexicana, enquanto se instalam as fábricas, que empregam principalmente mulheres jovens, ao sul da fronteira, é um exemplo particularmente dramático de uma prática que se tornou generalizada em muitos dos países menos desenvolvidos e recém-industrializados (as Filipinas, a Coréia do Sul, o Brasil etc.). A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições de um segmento que hoje representa mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados.

A passagem acima, por si só, caracteriza o papel funcional que a aplicação da força de trabalho feminino presta ao sistema capitalista. Para reforçar esse pensamento, empresta-se de Mészáros (2002, p. 272), ao discutir os limites absolutos do capital, a máxima de que “*a entrada em massa das mulheres na força de trabalho durante o Século XX, em extensão tão significativa que hoje elas já chegam a constituir maioria nos países de capitalismo avançado, não resultou em sua emancipação*”. Segundo o autor, ao invés disso, “*apareceu a tendência de generalizar para toda a força de trabalho a imposição dos salários mais baixos a que as mulheres sempre tiveram de se submeter*”. Essa caracterização indica que a reestruturação capitalista, materializada na acumulação flexível *toyotista*, pautou-se também pela ampliação da exploração, em termos quantitativos, da força de trabalho feminina, servindo-se disso para amenizar as tensões de sua crise.

Além da substituição de força de trabalho com determinada qualificação por outra de “qualificação alternativa” - temática a ser explicada no próximo capítulo, sendo que por ora, leia-se “força de trabalho precarizada” - a reconfiguração do mercado de trabalho, também se efetivou através de cortes de trabalhadores. Esses dois caminhos culminam com a redução dos empregos formais e a precarização das relações de trabalho, resultados mais visíveis e diretos dessa reestruturação capitalista.

Numa sociedade em que o acesso aos bens e serviços, necessários à sobrevivência de todo ser humano, se dá através da compra e da venda, sendo estas intermediadas pelo dinheiro, cuja fonte principal para obtenção é o trabalho, torna-se fundamental “estar empregado”. Não apenas pelas necessidades materiais, mas também porque o mercado que se conforma em torno do emprego representa um espaço para relações sociais, e através dele tem-se a inclusão social. Considerando-se que o emprego representa o elo entre uma pessoa e o mercado de trabalho, pode-se afirmar que o mesmo torna-se elementar para manter as pessoas incluídas no circuito social. O emprego é o meio através do qual o indivíduo, na sociedade capitalista contemporânea, ascende ao status de cidadão. Assim, estar desempregado é estar submetido a uma condição indigna dentro de uma determinada coletividade, muitas vezes não tendo acesso as necessidades básicas de existência, quando são insuficientes ou mesmo inexistentes as subvenções sociais públicas.

Offe (1989) descreve que a crise do emprego dos anos 1980 significou uma redução drástica do potencial de absorção no mercado de trabalho, apontando para um maior refluxo

da parcela do tempo médio de trabalho no tempo de vida, ou pelo menos para o surgimento de uma parcela da população “marginalizada” da esfera da atividade remunerada. O autor, diante do fato de que o emprego é o meio com o qual as pessoas reproduzem sua existência e garantem sua dignidade na sociedade capitalista, considera que a redução relativa da capacidade de absorção do mercado de trabalho e dos efeitos motivadores e disciplinadores do trabalho remunerado tem como efeito imediato à exclusão social. Em uma sociedade onde as possibilidades de renda, de participação e de vida estão vinculadas ao trabalho remunerado (seja diretamente ou através de recursos públicos), aqueles que não conseguem se inserir de forma estável no sistema ocupacional, vendo-se frequentemente exilados em um vazio institucional, estão ameaçados com o estigma do fracassado, do descartável, e por isso prejudicados em suas condições de vida (Offe, 1989).

Com a perda dos empregos, as relações sociais se fragmentam e desmoronam. Para os trabalhadores que ficam parcial ou totalmente à margem da sociedade capitalista quando transformados em exército de reserva (muitas vezes permanentemente) resta apenas apelar para outras formas de sobrevivência. Observe-se que nem se discute viver bem, mas sobreviver, porque, segundo Gelinski e Arienti (1998, p.6), despejados de seus empregos, os trabalhadores criam “*estratégias de sobrevivência*” dedicando-se à atividades informais, ou ainda, à atividades do Terceiro Setor, que não possuem vínculos nem com o estado nem com o mercados nossos. Neste ponto se chega ao primeiro subproduto da reestruturação capitalista supracitado: a expansão do terceiro setor.

À primeira vista, observando a conceituação do terceiro setor, pode-se inferir que este é um movimento autônomo, pois se caracteriza por ser um ramo de economia social, que, em “contraposição” a idéia de economia de mercado, visa atingir objetivos sociais e não o lucro (Rosa, 2003). Suas características fundamentais, não possuir finalidade lucrativa e não possuir finalidade governamental, o diferencia respectivamente do setor privado e do setor público. Devido a grande ênfase nessa última característica, as entidades que o compõem são denominadas popularmente Organizações Não-Governamentais, as ONGs¹⁹, e cuidam de problemas ligados à educação, saúde, meio ambiente, assistência social, abuso de álcool e drogas e outros. Essa última referência é substancial para entender o verdadeiro sentido da

¹⁹ Juridicamente, essas instituições assumem duas formas: associação ou fundação. As entidades que compõem o Terceiro Setor podem ser classificadas em dois grupos: Organização Não-Governamental (ONG) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) (Rosa et al, 2003).

ampliação do terceiro setor, pois esses são os problemas sociais gerados no processo da reestruturação produtiva capitalista quando da redução ou precarização dos empregos. Por isso, não coincidentemente que as atividades do terceiro setor se expandem a partir da década de 1980. Nesse processo, o terceiro setor passa a demandar trabalho remunerado e a acompanhar os setores tradicionais da sociedade na oferta de emprego e geração de renda, amortecendo as tensões da crise do sistema capitalista, sendo a funcionalidade a verdadeira função do terceiro setor, segundo Montaño (2003).

Paralelamente à expansão das atividades relacionadas ao que se denomina terceiro setor, deu-se a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho, que buscam na sociedade capitalista, a emancipação através das conquistas no campo econômico, mas essa inserção não foi desacompanhada de questões sociais. Diferenças salariais relativas ao salário masculino e a dupla jornada de trabalho são exemplos das dificuldades encontradas. São justamente essas permissividades que fazem com que a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho possa ser considerada um subproduto da reestruturação capitalista.

A ligação entre os temas – emancipação feminina e terceiro setor - se dá justamente por que o terceiro setor está demandando fundamentalmente força de trabalho feminina. Em uma pesquisa realizada na grande Florianópolis (SC) em junho de 2003 verificou-se que 75,6% dos trabalhadores remunerados empregados no terceiro setor era composto de mulheres, porém os salários concentravam-se na faixa de um salário mínimo (Ramos, 2004). A explicação para tantas mulheres nas atividades ligadas a esse terceiro setor pode residir no fato de que elas têm, historicamente, desempenhado funções de assistencialismo, mas a explicação para os baixos salários pode estar na condição funcional que esse novo setor tem na sociedade capitalista.

Para fechar essa seção, pode-se dizer que a reestruturação capitalista tem como produtos diretos a precarização da força de trabalho e a ampliação dos mecanismos de controle sobre a força de trabalho através do *toyotismo*, e ainda, o ataque às conquistas históricas da classe trabalhadora. Para amenizar as tensões criadas por esses produtos, vale-se da inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho e a expansão do terceiro setor, tornando-os seus subprodutos, ao passo que funcionais ao sistema capitalista, reafirmam as relações de exploração e opressão do capital. Esta funcionalidade será rebuscada e caracterizada ao longo dos próximos capítulos.

CAPÍTULO III

O TRABALHO FEMININO NO CAPITALISMO

3.1 Mulheres, estruturas e sistemas sociais: a força do patriarcado e do sistema do capital

A atuação das mulheres em diversas esferas da vida - política, econômica, social, religiosa - esteve delimitada por estruturas e por sistemas sociais, respeitando-se a vigência desses no tempo e no espaço. Por estrutura adota-se a definição Braudeliana do somatório de várias ocorrências, ou seja, “*a ocorrência repete-se e, ao repetir-se, torna-se generalidade, ou melhor, estrutura*” (Braudel, 1997, p. 17). Especificamente para essa pesquisa, a estrutura a ser abordada é o patriarcado. Por sistemas sociais, seguindo a definição de Wallerstein (1985), entenda-se o conjunto que engloba as estruturas, os grupos associados e as regras de limitação e coerência. Para o estudo em questão, o sistema social em foco é o sistema capitalista²⁰.

A estrutura mais relevante para o estudo do caso feminino é o patriarcado. O patriarcado, conforme Safiotti (2004, p. 44), “[...] é o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens”. Como se processou a consolidação dessa estrutura ao longo do tempo pode ser entendida à luz das sociedades igualitárias, onde a divisão sexual do trabalho determina a coleta para as mulheres (que ocorria diariamente) e a caça aos homens (que ocorria duas a três vezes na semana) (Safiotti, 2004). As mulheres dedicavam-se a coleta em virtude de poderem assim ficar mais próximas de seus filhos, que as acompanhavam na atividade. Crianças faziam barulho, choravam e se a atividade fosse a caça, a permanência da criança ao lado da mãe estaria inviabilizada. Em virtude da coleta ser uma atividade diária, a mulher tornava-se simbolicamente indispensável ao grupo, fato que incomodava o homem, responsável pela caça, atividade pouco relevante para o produto da comunidade. Ainda contribuía para o poderio da mulher o fato de gerar e dar a luz aos filhos. A caça, por ser esporádica, concedia ao homem um tempo ocioso, o que permitiu que esses utilizassem a

²⁰Estruturas e sistemas sociais interligam-se e conformam uma superestrutura social. Capra (1997, p. 92) analisa que “(...) o sistema social está ligado ao modo pelo qual as estruturas sociais constroem as ações dos indivíduos, está ligado, portanto, às questões de poder e, em específico, às relações de classes que envolvem produção”.

criatividade para planejar e introduzir um sistema baseado em decisões preponderantemente masculinas, destronando as mulheres de sua situação superior. Para Safiotti (2004, p. 72), “[...] os homens desfrutando de tempo livre [...], criaram os sistemas simbólicos que inferiorizaram socialmente as mulheres. Tais sistemas operacionalizavam-se, materializando-se em práticas sociais, em mercadorias, em rituais religiosos, além do infanticídio, do aborto seletivo de fetos femininos etc.”. Esse processo para instauração do patriarcado teve início em 3100 a.C. e se consolidou em 600 a.C. (Safiotti, 2004). Durante os séculos subseqüentes, a mulher agonizou nas amarras dessa estrutura, nutrindo interiormente o anseio pela emancipação.

Mas o que acarretou à mulher, que antes era responsável pelo destino de seu grupo, a implementação do patriarcado? As mulheres passam a um papel secundário, praticamente à subespécie, dentro da sociedade. Cabe-lhes o papel de coadjuvante, enquanto aos homens cabe o papel principal na determinação social, econômica e política. Pode-se evidenciar que nem mesmo coadjuvante no caso social e político, uma vez que, dependendo da estruturação societal, as mulheres não podiam participar de rodas sociais, ficando reclusas a esfera do lar, imersas na submissão ao pai ou ao marido. Na política, só a partir do século XIX é que se registram avanços no sufrágio feminino. Somente na vida econômica tem-se evidência da permanente participação da mulher, por que mesmo indiretamente, quando cuida da casa e dos filhos para que o homem possa trabalhar na fábrica, a mulher está participando do processo econômico produtivo. A mulher participa economicamente em sociedades pré-capitalistas em que a família era a unidade produtora, participa na sociedade capitalista quando viabiliza o trabalho do marido na fábrica e quando assume empregos precários e a dupla jornada como condição *sine qua non* da garantia de sua participação no mercado de trabalho.

Capra (1997) afirma que as estruturas vão determinar características dos sistemas sociais, sendo que a medida que as estruturas evoluem ou se modificam, os sistemas também evoluem ou se modificam. Isso significa que as estruturas contêm em si elementos determinantes necessários a manutenção dos sistemas sociais e que estes mudam a partir de mudanças (ou rupturas) nas estruturas. No caso do patriarcado, que traz em si o determinante exploração-dominação homem-mulher, torna-se um elemento atraente e corroborador no processo de consolidação de um sistema social em bases capitalistas que traz também o determinante dominação-exploração, porém na esfera capital-trabalho. O que os aproxima é

justamente esse determinante dominação-exploração. Se a mulher romper com a estrutura patriarcal, modificará o sistema. Numa relação causal, pode-se imaginar que a mulher não pode romper com a estrutura patriarcal sem romper com o sistema capitalista.

O sistema social, relevante para essa pesquisa, enquanto massificador da força de trabalho feminino, é o sistema capitalista. A abordagem desse corte não diminui a dominação-exploração da mulher em sistemas pré-capitalistas, porém, somando-se todas as condições históricas de marginalização da mulher, o sistema social contemporâneo contém os elementos de todos os outros acrescidos de juros e correções em unidades exploratórias.

Safiotti (1979, p. 234) salienta que a formação econômico-social capitalista, estágio mais avançado das sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção, se configura como aquela que, por ter desnudado o fundamento econômico de si própria, necessita construir a mais ampla e bem elaborada capa sob a qual ocultar as injustiças sociais. Assim, na defesa de valores como o equilíbrio da família, o bom andamento dos serviços domésticos, a preservação dos métodos tradicionais de socialização dos imaturos, o respeito ao princípio moral da distância entre os sexos, e recorrendo a critérios tais como debilidade física, instabilidade emocional e pequena inteligência femininas, atribui-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário e a mulher torna-se o elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas.

Para Mészáros (2002), durante a ascensão histórica do capital, a maioria dos seres humanos foram excluídos da repartição do avanço produtivo. Logicamente que dentre essa maioria encontrem-se as mulheres. Essa repartição desigual em que se estrutura o capitalismo leva a movimentos em prol da igualdade social, onde todos se beneficiem do sistema sócio-produtivo. Porém, Mészáros (2002, grifos nossos) diz que a igualdade que se apregoa é “preenchida de vento”, ou seja, é “vazia”, uma vez que o antagonismo homens/mulheres fomenta o sistema social vigente e essa divisão das pessoas em grupos e classes antagônicas é condição necessária para a manutenção do controle da reprodução sociometabólica sob o sistema do capital. Mészáros (2002) prossegue manifestando a necessidade de implementação de uma igualdade substantiva²¹ para que todos os seres humanos se beneficiem dos avanços produtivos dentro desse sistema, sendo que não pode haver nenhum modo de satisfazer a

²¹ Para Mészáros (2002), homens e mulheres precisam regular o relacionamento vital entre si para ser viável uma emancipação que seria, não em benefício de uma classe específica, mas de toda a sociedade.

exigência da emancipação feminina sem uma mudança substantiva nas relações de desigualdade social estabelecidas.

Quando a esfera é a produção, o sistema capitalista beneficia-se duplamente da situação da mulher. Primeiro, a situação de inferioridade ou submissão da mulher balizada pelo patriarcado torna-a um trabalhador mais conformado frente a situações de exploração-dominância, ou seja, é algo com a qual elas se acostumaram a lidar. A pequena capacidade reivindicatória da mulher faz com que ela se comporte mais ou menos passivamente nas relações de trabalho, impedindo-a de assumir posições estratégicas que poderiam melhorar sua posição de barganha no mercado de trabalho²². Nessa situação, pode-se verificar uma grande armadilha do capitalismo e retrocesso para a luta emancipatória da mulher, porque um ser que é inferiorizado tende a se contentar com pequenos benefícios que parecem um grande avanço, isso pode significar um enfraquecimento na luta para romper com a situação vivenciada. A segunda situação advém da primeira, se a mulher está acostumada com situações adversas ela se reportará menos em situações de demissões, o que torna a força de trabalho feminina da mulher de fácil manipulação, facilitando em períodos de ciclos econômicos, ou seja, se a hora é para cortar salários, corta-se os salários femininos²³, funcionando a mão-de-obra feminina como reguladora do volume total de salários. O sistema regula a vida de seus sociáveis, ora inserindo-os ora excluindo-os dos processos produtivos.

Ainda, deve-se atentar para a base jurídica igualitária em que o sistema capitalista se assentou e que evidenciou, nas palavras de Mészáros (2002), ser “*reduzida ao direito de vender (por meio de um “contrato livre”) a sua propriedade, em que podemos incluir qualquer arte, ofício ou ciência*”. No caso da mulher, a liberdade funcionaria apenas na esfera da determinação da sua força de trabalho como mercadoria, pois seus direitos civis e políticos são negados, limitando sua esfera de atuação (Safiotti, 1979).

²²Mas Safiotti chama a atenção que mesmo uma maior capacidade de reivindicação não é suficiente para melhorar o emprego da força de trabalho feminina, uma vez que o desemprego e o subemprego são problemas estruturais do sistema capitalista. Safiotti (1979) levanta a questão de que os elementos impeditivos do trabalho da mulher, como por exemplo, a maternidade, pode ser uma justificativa para o alijamento do elemento feminino da estrutura de classes, que não dispõe de emprego para toda a sociedade. Nessa perspectiva, mantida essa estrutura de classes e realizada a emancipação completa da mulher, haveria necessidades de se selecionarem outros caracteres naturais que pudessem funcionar como marcas sociais a fim de justificar a marginalização da estrutura de classes de certas categorias.

²³Quanto a essa segunda implicação, se vista a luz da era flexível, há como contestá-la, uma vez que a situação precária a que a mulher se submete é determinante na contratação de salários, sendo portanto, os homens os eliminados da esfera da produção nos ciclos econômicos.

Assim, a atuação da mulher na mais variadas esferas sociais esteve “limitada” de um lado pelo patriarcado e de outro pelo sistema social vigente. Isso implica que as conquistas das mulheres foram, muitas vezes, adequadas aos interesses especiais que cada classe tem em certo estágio capitalista, o que limitou o horizonte das vitórias feministas.

3.2 Emancipação Feminina: as lutas e o horizonte limitado das vitórias

Antes de entrar no mérito das conquistas é interessante explanar duas visões de emancipação feminina: a emancipação pequeno-burguesa e a emancipação socialista. Descrever essas duas óticas, além de ajudar a entender o processo de emancipação feminina dentro ou para além do sistema social vigente, já adianta elementos para se analisar o processo de emancipação feminina através da inserção massiva dessa força-de-trabalho no Terceiro Setor, objeto do próximo capítulo.

A emancipação pequeno-burguesa, segundo Safiotti (1979), trata a questão feminina como autônoma, ou seja, desvinculada de outras lutas. Em algum momento, como por exemplo, nos Estados Unidos, meados do século XIX, as feministas juntaram-se ao movimento abolicionista: *“ao lutar contra a escravidão do negro, as mulheres examinam sua condição à luz das idéias abolicionistas e organizam um movimento de reforma das instituições que a colocavam numa condição relativamente próxima à do negro”* (Safiotti, 1979, p. 119). Porém, o feminismo americano mostrou-se limitado pelo capital. A explicação encontrava-se no momento histórico vivido pelo sistema social em mutação, onde a propriedade da terra cedia espaço para a empresa industrial e a família deixava de ser a unidade produtora, com isso, a mulher é excluída do mundo da propriedade. A autora diz que, *“sendo a propriedade uma via possível de afirmação na sociedade capitalista, é o acesso a ela que as mulheres reclamam em sua declaração de direitos”* (Safiotti, 1979, p. 119).

Nas palavras da autora pode-se perceber a entonação do movimento feminista americano nessas bases:

Na América, nenhuma vinculação estreita entre o movimento de libertação da mulher e o socialismo condiciona a emancipação feminina à coletivização da propriedade. A grande maioria das líderes feministas pertencia aos estratos sociais médios e pretendiam ampliar o campo de sua atuação, cavar espaço num mundo androcêntrico, inovar pela expansão da estrutura capitalista. (Safiotti, 1979, p. 122)

Traduzindo: as mulheres optaram por lutar no e pelo sistema. À medida com que os direitos iam sendo alcançados nas sociedades industrializadas, mulheres que pertenciam aos estratos médios acomodaram-se a uma situação de igualdade parcial com os homens, levando ao enfraquecimento do movimento feminista rumo a total libertação da mulher. Ainda, essa acomodação feminina somada a atuação do feminismo pequeno-burguês no sentido de ampliar os direitos da mulher e as oportunidades de emprego remunerado de sua força de trabalho sem extrapolar os limites impostos pela estrutura econômica dos países capitalistas sinalizam uma concordância velada com a estrutura de classes (Safiotti, 1979).

Pela ótica da emancipação socialista, a questão feminina subordina-se à luta do proletariado, ou seja, a luta de classes, com destaque para a França, onde o movimento feminista ressurgiu no século XIX, insuflado por idéias socialistas de Saint Simon, Fourier e Cabet, aproveitando o momento histórico em que o proletariado reclamava sua liberdade; e destaque também para Flora Tristan, que vinculou a libertação da mulher a libertação do proletariado²⁴ (Safiotti, 1979).

Embora o movimento baseado no sistema socialista apresente-se mais realista, uma vez que benesses vindas do sistema capitalista não implicam a ruptura do sistema dominação-exploração homem/mulher²⁵, a análise subjacente a essa pesquisa é a do movimento feminista baseado no pensamento pequeno burguês que vê como emancipação as conquistas salariais e de jornada de trabalho.

De qualquer forma, representadas em um ou outro movimento, as feministas lutaram por espaços sócio-político-econômicos ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX, ora fracassando, ora obtendo sucesso. Alguns desses movimentos podem ser conferidos, resumidamente no quadro abaixo.

²⁴A Alemanha tentou unificar os dois movimentos em 1865, com a criação da Associação Geral das Mulheres Alemãs, mas desentendimentos entre os interesses do feminismo pequeno-burguês e o feminino revolucionário da classe operária impediram a unificação do feminismo (Safiotti, 1979).

²⁵Um modelo completo para a emancipação feminina passa necessariamente pela ruptura com a estrutura do patriarcado e a ruptura com o sistema social capitalista, por que o patriarcado impõe a divisão em classe (gênero) que viabiliza a reprodução do capital, então, se a mulher romper com estrutura de classes, inviabiliza o sistema.

Quadro 2: Panorama de movimentos feministas e seus resultados em países selecionados

Países Selecionados	Século	Acontecimentos	Representantes	Resultados
França	XVIII	Declaração do direito da Mulher	Olimpe de Goules	Tentativa frustrada em função de que a revolução foi dirigida pela burguesia. Olimpe de Goules foi condenada a morte
	XIX	movimento socialista vinculando a libertação da mulher à libertação do proletariado	Flora Tristan (idéias socialistas de Saint Simon, Fourier e Cabet)	Sua obra serviu de base para a luta das mulheres por seus direitos na revolução de 1848
	XIX (1848) XX	Revolução Francesa	Movimentos feministas	Permitiu que a mulher fosse elegível, mas não eleitora. Pouco avançou em termos da melhor organização do trabalho feminino. voto feminino
Inglaterra	XIX	Proposta do Voto Feminino	Stuart Mill	Proposta rejeitada. Os ingleses consideravam que a mulher era uma subespécie destinada à procriação.
	XX	Woman Social and Political Union - Luta armada nas ruas e sedes do governo	Família Pankhurst	Sem resultados positivos às feministas
	XX (I Guerra Mundial)	Mulheres inseridas em atividades bélicas	Contingente feminino	voto feminino
Estados Unidos	XIX	Proclamação dos direitos da mulher	Movimento feminista	Alguns estados (Wyoming, Idaho e Utah) concederam direito a voto
Alemanha	XIX	Associação Geral das Mulheres Alemãs	Movimento feminista	Sem resultados positivos às feministas
	XX (I Guerra Mundial)	Atuação em campos de trabalho masculino	Contingente feminino	voto feminino
Brasil	XX	Manifesto Feminista - luta por direitos políticos	Bertha Lutz	Resultados regionalizados
		II Congresso Internacional Feminista	Movimento feminista	Conquista do voto feminino

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base em Saffioti (1979).

O quadro acima mostra, em vários países, a luta feminina pela emancipação, praticamente paralela em todos os casos. O que se pode perceber através das informações contidas neste quadro é que o resultado mais expressivo foi o voto feminino no século XX em

todos os países. Porém, o que pode parecer uma grande vitória, na verdade fez parte do movimento do sistema capitalista que tem o Estado como seu aliado. Para entender o benefício do voto às mulheres, recorre-se a Bernardo (1991), que ao falar sobre integração econômica, alude a duas formas de Estado: Estado Amplo – constituído por mecanismos da produção de mais-valia - e Estado Restrito – constituído pelas relações entre capitalistas. Estas duas formas de Estado se integram a partir do conceito de corporativismo, onde o Estado Amplo coopta o Estado Restrito. De acordo com o autor, *“foi esta a razão de fundo a permitir que o voto, legalmente restrito às classes dominantes enquanto o Estado Restrito prevaleceu, pudesse universalizar-se à medida que os aspectos mais decisivos do poder eram assegurados pelas instâncias cooptadas do Estado amplo”*, assim, não somente as mulheres, mas *“todos puderam passar a votar porque, evidentemente, as instituições eleitas tinham uma ação cada vez menos importante”* (Bernardo, 1991, p. 169-170).

O sistema legislativo é um outro nó para a emancipação feminina desatar. Mészáros (2002, p. 284) diz que *“as apologeticamente idealizadas “regras conhecidas do jogo” (que se diz garantirem a liberdade do indivíduo) não são apenas “gerais e formais” e aplicadas segundo o aprovado princípio formal de igualdade para qualquer pessoa particular [...]. Elas também são substantivas e discriminadoras”*. Assim, os grupos que apresentam desvantagens estruturais, como as mulheres, sofrerão com a opressão da legislação.

Mészáros (2002) coloca que o fato do movimento social democrata reformista, no século XIX, ter adotado a idéia de lutar por privilégios dentro do sistema capitalista, em vez de questionar o sistema socioeconômico, acarretou que a idéia de igualdade fosse subordinada a considerações de imparcialidade e justiça, sendo essas quaisquer benesses que o capital desejasse conceder de sus margens flutuantes de lucratividade. Desse modo, *“Implorar a um sistema de reprodução sociometabólica profundamente perverso – baseado na pernicioso divisão hierárquica do trabalho – a concessão de ‘oportunidades iguais’ para as mulheres (ou para o trabalhador), quando ele é estruturalmente incapaz de fazer isso, é transformar em zombaria a própria idéia de emancipação”* (Mészáros, 2002, p. 289).

As conquistas obtidas pelos movimentos feministas ao longo dos últimos três séculos não foram suficientes para consolidar a emancipação feminina, por isso, numerosas organizações locais e nacionais lutam ainda hoje pela ampliação dos direitos civis e pela

promoção social das mulheres. Essa luta que nunca chega ao fim atesta que a emancipação feminina dentro da sociedade capitalista é ilusória.

3.3 Trabalho feminino no capitalismo: a (des) ilusão da emancipação

Inicialmente, uma discussão que se faz necessária para a continuidade dessa pesquisa é no campo da limitação do trabalho feminino pelo trabalho masculino, ou seja, como a atuação da mulher no mercado de trabalho pode ser limitada pela atuação do homem. Para isso é fundamental antes de tudo verificar se existe alguma relação conceitual do termo trabalho que o defina como esfera exclusivamente masculina, ou seja, se associa o fator sexo na atribuição das atividades laborais, estabelecendo tratamento diferenciado quando realizado por homens e mulheres ao longo do tempo. De acordo com Saffioti (1979, p. 233), “*o emprego efetivo da força de trabalho, quer de homens, quer de mulheres, configura-se de diferentes modos nos diversos tipos de formação econômico-social*”, porém, constata-se, em diversos estudos do mundo do trabalho²⁶, a intensificação dessas diferenças na prática laboral da sociedade capitalista. Entretanto, essa constatação é passível de ser refutada teoricamente, bastando apenas apresentar a reflexão de Saffioti (1979) que descarta a possibilidade do trabalho ser inerente ao sexo masculino. A autora destaca que a atividade trabalho, nas diferentes formas que assume ao longo da história, não é senão o resultado histórico da luta do ser humano (homens e mulheres) com a natureza no processo social de produção de sua vida. O trabalho industrial, nas sociedades capitalistas, neste sentido, não é nem inerente ao homem, nem a mulher; é simplesmente um momento da evolução histórica da humanidade, um modo histórico determinado de humanizar a natureza e de reificar as relações sociais (Saffioti, 1979).

Nessa perspectiva teórica elaborada pela autora o trabalho não é atividade exclusiva para os homens, podem, sim, ser executado tanto por homens como por mulheres, o que tornaria as condições da aplicação da força de trabalho feminino livre de qualquer processo de marginalização. Mas na perspectiva prática, ou seja, no dia-a-dia percebe-se que o efetivo

²⁶ A literatura apresenta diversos estudos sobre a desigualdade de inserção da mulher no mundo do trabalho. Para maiores detalhes ver Cortazzo (2004), Sebastiani (2003), Costa e Oliveira (2004), Blau e Kahn (2000), Chaves (2002), Matos e Machado (2004) e Lavinias (2001).

emprego da força de trabalho feminino no mercado é permeado de posições e remunerações inferiores ao trabalho masculino. Por que a distância entre a teoria e a prática?

Comparar a condição da mulher em estruturas sociais diversas ajuda a entender a posição inferior da mulher na estrutura capitalista, se esta decorre de uma necessidade estrutural do sistema de produção ou de mera persistência de uma tradição cultural, ou ainda, de ambos.

A mulher sempre contribuiu para a produção de bens e serviços em qualquer tipo de sociedade. Saffioti (1979, p. 32) diz que *“a mulher das camadas sociais diretamente ocupadas na produção de bens e serviços nunca foi alheia ao trabalho. Em todas as épocas e lugares tem ela contribuído para a subsistência de sua família e para criar a riqueza social”*.

Em Nogueira (2004) tem-se que da Antigüidade e da idade média são escassos os relatos e histórias sobre a condição feminina. Mas as tarefas comuns às mulheres nesses períodos estavam ligadas a uma esfera que Dedecca (2004) refere-se como a esfera da reprodução social²⁷, ou seja, cuidados com as crianças, adolescentes, entre outras tarefas domésticas. A exceção era o trabalho das mulheres solteiras que se dedicavam a lavar e a tecer. No período medieval ensaiava-se a dupla jornada, pois as mulheres dos camponeses e servos trabalhavam com seus maridos nas atividades da agricultura e ainda eram responsáveis pelas tarefas domésticas (Nogueira, 2004). Na modernidade capitalista o trabalho feminino expande-se, com mulheres solteiras e casadas realizando atividades fora de suas casas, engrossando a exército ativo da indústria.

Numa retrospectiva da contribuição laboral das mulheres em diversos estágios sócio-produtivos, Saffioti (1979) aponta, na idade média, a presença das mulheres no campo, nas manufaturas, minas, tecelagem e no lar; na idade moderna, elas atuavam no emprego doméstico, nas guildas e no lar; já na idade contemporânea, as mulheres aparecem trabalhando na agricultura, na indústria, no comércio (serviços) e no lar.

Enquanto a família existiu como uma unidade de produção, a mulher desempenhou papel econômico fundamental. De acordo com Nogueira (2004), esse período que antecedeu a revolução industrial foi marcado por grande turbulência, mais especificamente, grandes

²⁷ Dedecca (2004) apresenta um ensaio sobre o trabalho e proteção social, em que alude ao uso do tempo no capitalismo, quando este aparece em pelo menos duas dimensões: para reprodução econômica e para reprodução social. *“O tempo para reprodução econômica envolve aquele destinado ao trabalho remunerado e ao gasto com o deslocamento para sua realização. O tempo para reprodução familiar ou social incorpora, basicamente, as atividades de organização domiciliar, de lazer e sono”* (Dedecca, 2004, p. 1).

mudanças no campo político, econômico, religioso e cultural, que promoveram modificações nas relações entre homens e mulheres e acentuando também as profundas desigualdades entre as classes. Nessa época, as mulheres que pertenciam às classes privilegiadas já reivindicavam sua liberdade de expressão de seus pensamentos e espaço nas questões políticas, filosóficas e científicas. No caso das mulheres que pertenciam às classes menos privilegiadas alcançavam essa liberdade de pensamento inserindo-se na marginalidade, nas funções de prostitutas, criminosas, feiticeiras e amotinadoras. Quanto a esta última função, Nogueira (2004) destaca que talvez tenha sido uma das primeiras formas de luta pela emancipação feminina.

Quando a família deixa de ser o centro da economia, ou seja, perde o status de unidade produtiva, divide-se as funções domésticas e as funções diretamente econômicas entre os sexos. Essa divisão sexual do trabalho gera independência econômica individual em grande escala para o homem e em muito pequena escala para a mulher, uma vez que as funções domésticas, por serem desvinculadas da relação econômica²⁸, inibem a determinação da mulher como pessoa economicamente independente (Saffioti, 1979; NOGUEIRA, 2004).

Na idade moderna, a migração campo-cidade, processo acentuado com a consolidação da burguesia e do início da revolução industrial, vem a resultar no surgimento do proletariado feminino (Nogueira, 2004). Mas o preconceito operava como ceifador da admissão feminina nas fábricas e muitas mulheres voltavam-se então às atividades domésticas, trabalhando em casas de famílias ricas. Nesse período, apenas as mulheres casadas com comerciantes podiam participar da vida mercantil. Sua liberdade de atuação também estava condicionada somente a atividades do comércio. Nas outras esferas a mulher era considerada menor e incapaz, necessitando a tutela de um homem, marido ou não. Saffioti (1979) acrescenta que em contrapartida a essa proteção oferecida pelo homem, a mulher colaborava no trabalho e comportava-se de modo submisso. Esses elementos marcaram as sociedades de família patriarcal.

Com a consolidação da Revolução Industrial ocorre o desenvolvimento tecnológico voltado para a produção de mercadorias e a acumulação de capital, onde a mulher vai ganhar espaço, uma vez que a maquinaria permite dispensar o uso da força muscular. Então a fragilidade da mulher não justifica mais o seu distanciamento de certas atividades fabris.

²⁸ Estudos recentes apontam para a inclusão das atividades não-remuneradas nos cálculos do Produto Interno Bruto. Sobre isso ver Gelinski e Pereira (2005).

Segundo Nogueira (2004, p. 8) “[...] junto com o advento da maquinaria, deu-se o ingresso definitivo da mulher no mundo do trabalho”. Mas a inserção massiva da mulher no mercado de trabalho não é condição suficiente para garantir a igualdade entre os sexos. Esse período é caracterizado por dupla desvantagem social: no nível superestrutural - subvalorização da capacidade feminina pelo mito da supremacia masculina; no nível estrutural - o desenvolvimento das forças produtivas marginalizou a função produtiva da mulher. Com relação ao sistema capitalista, Saffioti (1979, p. 35) afirma que este “lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços”.

Saffioti (1979, p. 33-34) escreve que com a evolução dos modos de produção intensificou-se a marginalização da força de trabalho feminina: “o sistema produtivo de bens e serviços de uma sociedade constitui seu núcleo, aquilo que define seu tipo estrutural. (...) pode-se afirmar que as possibilidades de integração da mulher na sociedade variam em razão inversa do grau de desenvolvimento das forças produtivas”. A autora justifica essa afirmação a partir da análise da produtividade do trabalho. Enquanto a produtividade do trabalho é baixa, ou seja, num processo de criação de riqueza social lento, não se impõe à sociedade a necessidade de se excluir as mulheres do sistema produtivo. A autora observa, porém que as bases para sua expulsão já está dada, uma vez que o seu trabalho apresenta-se como subsidiário.

Tanto na economia feudal, quanto no estágio inicial do capitalismo, a força de trabalho feminina encontrou sérias barreiras, porém, cada sistema novo que entra em operação conduz a uma etapa mais avançada de exploração e marginalização da mulher no sistema produtivo. Assim, o sistema capitalista em fase inicial impunha posições subalternas e menos compensadoras do que a economia agrária da época feudal. Fundamentando dessa maneira, é de se esperar que com o avanço das forças produtivas o sistema capitalista aprofunde a marginalização da força de trabalho feminino, uma vez que este sistema intensificou a produtividade do trabalho ao longo do tempo.

Conforme Saffioti (1979), implementar um novo modo de produção impõe custos para certos setores sociais, e esse custo tende a incidir sobre as camadas ditas inferiores da ordem antiga. Por isso, a cada novo modo de produção, torna-se claro a divisão de classes sociais e a exploração econômica de que uma classe é alvo por parte da outra. No caso do sistema

capitalista, “o primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente” (Saffioti, 1979, p. 36).

De acordo com a revisão da literatura, pode-se considerar que a condição da marginalização da força de trabalho feminina, assim como a intensificação através das passagens de um modo de produção a outro, foi decorrente de uma mescla entre uma necessidade estrutural do sistema de produção e da persistência da tradição cultural. Assim, as oportunidades sociais oferecidas aos contingentes femininos variam em função da fase de desenvolvimento do tipo social em questão ou, em outros termos, do estágio de desenvolvimento atingido por suas forças produtivas, atendendo as interesses alheios aos das mulheres. Esses interesses impõem às mulheres um grau, um meio termo de emancipação social, ou seja, uma quase emancipação, concretizada em pequenos benefícios, suficientes para mantê-las submissas ao sistema capitalista. Mas não pode haver um grau ou meio-termo na emancipação, ou é ou não é. O grau ocasiona a (des) ilusão da emancipação feminina. O meio-termo leva às mulheres a sujeitarem-se a salários inferiores aos dos homens, para as mesmas funções, e à realização da dupla jornada de trabalho, realidade ainda atual no mercado de trabalho.

3.4 Mulheres no mercado de trabalho: “qualificação alternativa” em função das questões de gênero

A presença da mulher no mercado de trabalho não é novidade, pois ela contribui para a produção de bens e serviços em qualquer tipo de sociedade. Isto foi caracterizado na seção anterior. Focando o estudo na contemporaneidade, especificamente a partir da década de 1970, pode-se expressar numericamente, através da exposição de algumas pesquisas, essa inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho.

Houve, no Brasil, um acréscimo de 25 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2002. Se em 1976, 28 em 100 mulheres trabalhavam, o século XXI iniciou com a metade das mulheres trabalhando ou procurando um trabalho (Fundação Carlos Chagas, 2004), sendo que, segundo Hoffmann e Leone (2005, p. 39) “[...] entre 1981 e 2002, a taxa de atividade feminina elevou-se de 32,9% para 46,6%, ou seja, um acréscimo de 13,7 pontos percentuais em 21 anos”. De

acordo com Gelinski (2005, p. 9), “para o Brasil a taxa de participação masculina entre 1990 e 2001 está em 86,4% contra 53,2% das mulheres. No entanto, enquanto a variação anual média na participação do trabalho masculino tem sido de -0,48% ao ano, a das mulheres tem sido positiva em 0,43% e com fortes indícios a continuar aumentando”. O quadro abaixo apresenta a estruturação da população ativa, de acordo com o sexo, ao longo das últimas décadas.

Quadro 3: Estrutura da população economicamente ativa (PEA), por sexo, no Brasil, no período 1970-2002.

ANOS	HOMENS		MULHERES	
	Taxa Atividade	(%) na PEA	Taxa Atividade	(%) na PEA
1970	71,9		18,2	
1976	73,6	71,2	28,8	28,8
1980	74,6	68,6	32,9	31,3
1983	74,8	67,0	35,6	33
1985	76,0	66,5	36,9	33,5
1990	75,3	64,5	39,2	35,5
1993	76,0	60,4	47,0	39,6
1995	75,3	59,6	48,1	40,4
1997	73,9	59,6	47,2	40,4
1998	73,6	59,3	47,5	40,7
2002	73,2	57,6	50,3	42,5
2004	73,2	56,9	51,6	43,1

Fonte: elaborado por Gelinski (2005) a partir da Fundação Carlos Chagas (2005)

Como se pode observar no quadro acima, há uma tendência decrescente da participação masculina no mercado de trabalho em substituição pela força de trabalho feminina, que aumentou consideravelmente nas últimas duas décadas do século XX, passando de 31,3% da PEA em 1980 para 40,7% no final do século passado. Enquanto algumas pesquisas expressam números que confirmam a maior inserção e expansão do trabalho feminino, outras traduzem o tratamento que esta força de trabalho recebe no mercado. Galeazzi et al (2003, p. 9) aponta que o aumento da participação da força de trabalho feminina no mercado de trabalho “tem sido acompanhado de segregações e discriminações que as colocam em condições menos favoráveis no campo profissional”. Os reflexos disso são

percebidos nas diferenças salariais, onde “os rendimentos salariais da mulher são, em geral, muito inferiores aos dos homens. Em 1990, dos trabalhadores que ganhavam até meio salário mínimo, 62% eram mulheres, e dos trabalhadores que ganhavam de 5 a 10 salários mínimos, 73% eram homens” (ALVES, 2005). Sebastiani (2003, p. 94) aponta que “no início dos anos 80, as mulheres representavam 31,3% da população economicamente ativa PEA, passando para 41,4% em 1999”. Porém, a autora acrescenta que essa ampliação não suprimiu a desigualdade salarial entre homens e mulheres, mesmo considerando a escolaridade média maior por parte da mulher: “a persistência de menores rendimentos para as mulheres,[...], indica a existência de discriminação em função do gênero no mercado de trabalho”²⁹ (idem, p. 95).

Aos baixos salários, acrescenta-se a dupla jornada de trabalho das mulheres. Como relatado por Kurz (2005, p. 1), “[...] onde as mulheres nas últimas décadas entraram em massa, seja no sector público ou no privado, foram duplamente socializadas [...] na forma de uma dupla carga (filhos e carreira, objecto de prazer e prestadora de serviços)”. Já Olinto e Oliveira (2004) assinalam que, no início do Século XXI, 60% das mulheres cônjuges são definidas como economicamente ativas, fato que contrasta com as décadas de 1980 e 1990, quando as mulheres apresentavam respectivamente, 20% e 37,6% da população economicamente ativa PEA.

A expansão e as condições em que se dão o emprego da força de trabalho feminino podem estar vinculadas à “qualificação alternativa” que esta apresenta. O que seria essa qualificação? Basicamente, seria uma qualificação passível de ser submetida às condições de precarização e maior exploração, em virtude de seus salários geralmente serem inferiores aos trabalhadores do sexo masculino. Sendo assim, o que explica que a mulher pertença a uma categoria de qualificação alternativa? Essa resposta passa pela condição histórica da mulher na sociedade, uma vez que a sua atuação em diversas esferas da vida - política, econômica, social, religiosa - esteve delimitada por estruturas e por sistemas sociais, respeitando-se a vigência desses no tempo e no espaço.

Como explorado na primeira seção deste capítulo, a estrutura mais relevante para o estudo do caso feminino é o patriarcado, que acarretou às mulheres um papel secundário,

²⁹ Interessante notar, para análises da discriminação salarial a partir do gênero, os custos do trabalho feminino em contraste com os custos da manutenção do trabalho masculino. Para isso, ver Pochmann (2005), onde o autor verifica que estes custos estão muito próximos desde a década de 1990.

praticamente à subespécie, dentro da sociedade. Porém, mesmo sob essas condições a mulher participa economicamente em sociedades pré-capitalistas e na sociedade capitalista, participação essa que suscita um duelo entre os sexos, levantando as questões de gênero.

A discussão sobre gênero ganha evidência na vitrine do mercado de trabalho. É quando a mulher torna-se uma concorrente na disputa pelo emprego que sente o peso da diferença, que a princípio, deveria ser apenas anatômico. Para Silva (apud Galeazzi et al, 2003, p. 9) “*os estereótipos de ‘ser homem’ e ‘ser mulher’, definidos historicamente, reproduzem-se no mercado de trabalho e expressam-se na feminização/masculinização das tarefas e ocupações, determinando a existência dessa inserção desigual*”, caracterizando uma divisão sexual das tarefas. Sebastiani (2003) coloca que o gênero refere-se às relações sociais de sexo, historicamente construídas e que perpassam as demais relações sociais, sendo que a discriminação do gênero dá-se a partir do que foi atribuído como inerente a cada um dos sexos. Olinto e Oliveira (2004, p. 3) corroboram esse argumento quando afirmam que

a naturalização do trabalho da mulher e seu papel primeiro na esfera privada da família acaba dificultando a sua participação no espaço público do trabalho em igualdade de condições com os homens. A noção de divisão sexual do trabalho é, assim, crucial para a compreensão do trabalho da mulher, que engloba tanto a sua participação no mercado de trabalho como o trabalho reprodutivo desenvolvido na esfera privada da família.

Assim, quando se analisam os números do mercado do trabalho, separando os rendimentos por gênero, podemos perceber essa inserção desigual da mulher pela maior exploração a que são submetidas, pois é corriqueiro que os salários por elas recebidos sejam inferiores aos salários masculinos, considerando mesmos postos de trabalho, escolaridade e número de horas trabalhadas. Isso evidencia que o caráter patriarcal e machista da sociedade está na base da marginalização profissional das mulheres (Alves, 2005).

Quadro 4: Percentual da média salarial real por hora das mulheres em relação ao dos homens, na região Metropolitana de Porto Alegre (RS).

Discriminação	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Total de assalariadas	85,1	90,6	90,1	91,6	91,2	91,1	90,8
Direção e Planejamento	82,5	87,7	88,1	85,8	83,7	84,9	83
Direção e gerência	75	81,8	79,4	67,9	75,8	68,6	74,8
Planejamento e Organização	84,2	88,1	90,3	92,4	86,2	87,9	84,4
Execução	79,7	86,9	87,7	88,4	90	89,4	92,9
Qualificados	104	105,5	121,1	112,6	111,6	116,3	118,8
Semi-qualificados	74,8	79	78,8	80,2	83,2	81,9	88
Não-qualificados	71,3	73,2	74,6	78,8	79,1	79	73,9
Apoio	85,3	82,9	86,7	88,5	87,6	85,2	84,7
Não-operacionais	103,8	96	95,6	100	92,7	92,1	94,1
Serviços de escritórios	69,4	62,1	67,3	68,5	68,6	71,2	63,9
Serviços gerais	96	100	92,6	99,4	96,8	95,6	92,1

Fonte: adaptado de Sebastiani (2003), baseado em PED-RMPA – Convênio FEE, FGTAS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

O quadro 4, que trata de uma realidade específica, exemplifica essa situação. Observando-o percebe-se que em praticamente todas as modalidades de ocupações, com exceção da execução (qualificados), a mulher recebe um salário inferior ao do homem, sendo que, para o ano de 2000, os extremos podem ser verificados em serviços gerais (95,6%), como situação mais equilibrada; e direção e gerência (68,6%), como situação menos equilibrada, que expressa uma situação de maior desigualdade.

Essa diferenciação na remuneração do trabalho feminino em relação ao masculino é assegurada pelo sistema patriarcal, o qual é servil ao sistema capitalista. De acordo com Kurz (2005, p. 1), “*o capitalismo sempre foi, também, uma economia das relações entre os sexos*”. Sendo assim, “*na economia oficial, as mulheres são, em regra, mais mal pagas do que os homens, e, se quiserem subir, têm que produzir mais do que eles*”. Ou seja, a mulher precisa apresentar uma produtividade maior que a do homem para justificar um salário igual. Essa característica de elevar a produtividade a custos menores é a fórmula do sucesso do sistema baseado na produção capitalista, e isso é alcançado através do determinante dominação-exploração. O fato de o patriarcado ser baseado na dominação-exploração homem-mulher é funcional ao sistema no sentido de fomentá-lo, uma vez que permite que as mulheres sejam sujeitadas a condições adversas da aplicação de sua força de trabalho. A situação de inferioridade ou submissão da mulher balizada pelo patriarcado a transforma em um trabalhador mais conformado frente a situações de exploração-domação, tendo em vista o

longo processo histórico da opressão feminina. Parece, assim, que a pequena capacidade reivindicatória da mulher faz com que ela acabe se comportando mais ou menos passivamente nas relações de trabalho, impedindo-a de assumir posições estratégicas que poderiam melhorar sua posição de barganha no mercado³⁰.

A construção desse cenário tem o intuito de demonstrar a funcionalidade que a força de trabalho feminina representa para o capitalismo. Uma vez que o pressuposto para efetivar a reestruturação produtiva capitalista, analisado no capítulo 2, foi a redução dos custos vinculados à produção e que esta redução esteve associada a cortes de salários - via corte de trabalhadores ou substituição de força de trabalho -, a contratação da mulher tornou-se atrativa, em função da herança patriarcal que a condicionou a ser uma força de trabalho de qualificação alternativa.

Além da qualificação alternativa, a função histórica da mulher na área de assistência social a tornou uma força de trabalho especial para ser aplicada em um setor que se expande e fortalece durante o processo de reestruturação capitalista: o terceiro setor. Caracterizar a funcionalidade deste setor ao sistema capitalista, para isso detém-se o próximo capítulo.

³⁰Mas Safiotti (1979) chama a atenção para o fato de que mesmo uma maior capacidade de reivindicação não é suficiente para melhorar o emprego da força de trabalho feminina, uma vez que o desemprego e o subemprego são problemas estruturais do sistema capitalista. A autora também levanta a questão de que os elementos impeditivos do trabalho da mulher, como por exemplo, a maternidade, pode ser uma justificativa para o alijamento do elemento feminino da estrutura de classes, que não dispõe de emprego para toda a sociedade. Nessa perspectiva, mantida essa estrutura de classes e realizada a emancipação completa da mulher, haveria necessidades de se selecionarem outros caracteres naturais que pudessem funcionar como marcas sociais a fim de justificar a marginalização da estrutura de classes de certas categorias.

CAPÍTULO IV

O TERCEIRO SETOR DA ECONOMIA

4.1 O fortalecimento da Sociedade Civil na figura das Organizações Não-governamentais (ONGs): introduzindo o tema do terceiro setor

Antes de entrar no mérito conceitual do Terceiro Setor, assunto que será abordado na terceira seção deste capítulo, é interessante destacar, embora superficialmente, o conceito de sociedade civil. Este por sua vez remete à contextualização das organizações não-governamentais (ONGs). E ambos auxiliarão no entendimento do ordenamento de um terceiro setor na sociedade.

O conceito de sociedade civil foi amplamente discutido por clássicos filósofos e pensadores das questões sociais. Trevisol (1995) faz uma revisão completa sobre o conceito de sociedade civil, passando por Hobbes, Bobbio, Locke, Kant, Rousseau, Hegel, Marx, Gramsci e Habermas, destacando, por fim, a definição dos autores contemporâneos, Cohen e Arato, que apontam a sociedade civil como o conjunto das instituições especializadas que visam reproduzir e transmitir a cultura, promover a interação social (construir solidariedade) e criar identidades. Ainda baseado em Cohen e Arato, Trevisol (1995, p. 73) aponta que

ao aprofundar a distinção entre Estado, mercado e sociedade, os autores limitam o conceito de sociedade civil aos grupos e movimentos da sociedade que se colocam fins o máximo possível generalizáveis, ou seja, que os objetivos postos sejam passíveis de aceitação pela coletividade. [...] as associações que reivindicam apenas a realização de interesse particularistas (grupos de interesses como associações empresariais, grupos corporativos) não podem ser denominados sociedade civil.

Segundo Trevisol (1995, p. 75), no século XX o conceito de sociedade civil ganha ênfase com o fortalecimento dos movimentos sociais.

Influenciados pelas idéias gramscianas e, principalmente, pelas experiências autoritárias que marcaram as décadas de 60 e 70 em quase

todos os países latino-americanos, os intelectuais viam nos movimentos da sociedade civil a possibilidade concreta de construir uma base política e normativa para uma transformação social mais ampla.

Quanto a esses movimentos sociais citados pelo autor, alguns eram originários do descontentamento com a ordem vigente e o desejo pela construção do socialismo, o que gerava identidade entre pessoas que passavam a compor os grupos que formariam então os movimentos. Alguns grupos não apresentavam conteúdo político socialista, visavam apenas combater o autoritarismo social, cultural e político, onde “*em se tratando de uma época marcada pela negação de todos os direitos, a luta pelo fim do autoritarismo político era a mais evidente*” (Trevisol, 1995, p. 76).

Esses movimentos fortalecem-se ainda mais com o processo de democratização iniciado na década de 1980 nos países da América Latina, sendo que uma idéia básica une autores como Coehn, Arato, Wolfe, Habermas, Keane e Weffort, em torno da identificação da sociedade civil: “*espaço de poder, de articulação e, fundamentalmente, como um lugar onde os indivíduos exercem sua cidadania direcionada para a solução dos problemas da comunidade*” (Trevisol, 1995, p. 77).

Fernandes (1995, grifos do autor) salienta que, com o fortalecimento da sociedade civil em nível global, o Estado (setor público) e o mercado (setor privado), deixam de atuar exclusivamente em questões como o desenvolvimento político, social ou econômico, passando a dividir este espaço com um terceiro ator social, a sociedade civil, que, nas palavras do autor, aparece como um “*terceiro setor*” com força de interferência na definição das políticas públicas.

Montaño (2003) alerta para o reducionismo que a convenção de terceiro setor como expressão de sociedade civil pode apresentar. O autor diz que, como posto em Gramsci, a sociedade civil é uma esfera, que ao lado da sociedade política, compõe o Estado. Pode-se inferir, a partir dessas colocações que, se a sociedade civil faz parte do Estado, então o terceiro setor não poderia se apresentar como um “setor” autônomo na sociedade, mas sim, um “subsetor” do Estado. Mas Montaño (2003, p. 128, grifos do autor) também chama a atenção para o fato de que as práticas neoliberais atuais necessitam da desregulação social, do desmonte de mecanismos estatais que limitam a liberdade do mercado, e da mercantilização da sociedade civil, o que implica na constituição de “*uma sociedade civil (considerada como*

o não-estatal) caracterizada por uma cidadania de “livres” possuidores/consumidores”. Ao que Tenório (2004, p. 50) corrobora ao escrever que “mais recentemente com o enfraquecimento do setor público, sob a proposta de ‘Estado mínimo’, a solução encontrada foi delegar e/ou descentralizar para o setor público não-estatal, a minimização das mazelas sociais corroídas sob um pensamento único, o mercado superando a política”.

Esta sociedade civil organizada, denominada por Fernandes (1995) como terceiro setor, é constituída por grupos específicos de interesse coletivo, aos quais designa-se internacionalmente Organizações Não-Governamentais ONGs³¹. Esclarecendo o termo ONG, Matos (2005) diz que este surgiu em canais internacionalizados, sendo que, de acordo com Rosa et al (2003, p. 31), “*não há no direito brasileiro qualquer designação de ONG, não há uma espécie de sociedade definida em lei chamada ONG no Brasil, mas um reconhecimento supra legal, de cunho cultural, político e sociológico que está em vigor mundo a fora*”.

Assim, o que as identifica como tal é o fato de serem um fenômeno mundial em que a sociedade civil se organiza para executar atividades de caráter público (Ramos, 2004). As ONGs são marcadas fortemente por duas características³²: não possuem finalidades lucrativas e não representam governo, sendo o termo Organização Não-Governamental designado devido à ênfase nesta última característica. Assim, não fazem parte da administração direta ou indireta, já que não são empresas paraestatais, pois são entidades privadas que prestam serviços privados de caráter ou de interesse público. O termo Organização Não-Governamental originalmente enfatizava o caráter “não-governamental”, de instituições que não representam governos nas Nações Unidas. Chamou-se assim às organizações internacionais que, embora não representassem governos, pareciam significativas o bastante para justificar uma presença formal na Organização das Nações Unidas (ONU). Como exemplo, pode-se listar o Conselho Mundial de Igrejas e a Organização Internacional

³¹ Com as mudanças institucionais e a especialização das ONGs, atualmente elas podem ser constituídas sob a designação de OSCIP que “é um tipo de qualificação criada em 1999 que tem como principal conquista o favorecimento das relações de parceria entre órgãos públicos e organizações da sociedade civil por meio do termo de parceria” (Rosa et. al., 2003, p.52). O referido termo foi instituído pela lei nº 9.790/99, sendo um instrumento jurídico de fomento e gestão das relações de parceria entre as OSCIPs e o Estado, para agilizar o gerenciamento dos projetos e melhor controle dos resultados, para também garantir a utilização dos recursos estatais de acordo com fins públicos. Assim, as OSCIPs são ONGs oficiais e legais, marcadas pela transparência administrativa (Rosa et. al., 2003).

³² As ONGs assemelham-se às organizações do setor público por tratarem de questões de interesse público e diferenciam-se por não representarem governo; e assemelham-se ao setor privado por serem pessoa jurídica de direito privado, diferenciando-se por não possuir finalidade lucrativa.

do Trabalho. Por extensão, com a formulação de programas de cooperação internacional para o desenvolvimento, estimulados pela ONU, nas décadas de 1960 e 1970 cresceram, na Europa ocidental, ONGs destinadas a promover projetos de desenvolvimento no Terceiro Mundo. Na procura por parceiros em projetos do âmbito não-governamental, as ONGs européias fomentaram o surgimento de ONGs no continente americano. No Brasil, essas organizações surgem no cenário marcado pela ditadura militar e caracterizam-se pela luta em favor da democracia e do desenvolvimento, além de assessorar os movimentos sociais (COMO..., 2003).

Essas instituições inovaram por combinar voluntariado³³ com trabalho assalariado, atuando como mediadoras de parcerias entre a comunidade local organizada, setores públicos e privados, e implementando ações sociais em áreas como educação, saúde, saneamento, meio-ambiente, geração de renda. Também inovaram por articular organizações e possibilitar um novo tipo de associativismo: filantrópico-empresarial-cidadão (Matos, 2005). O novo tipo de associativismo se contrapõe ao antigo associativismo, que atuava na linha de ações politizadas e de oposição.

Matos (2005) é abordada neste trabalho por tratar, em sua obra, o histórico, ou melhor, a trajetória da ONGs, priorizando o âmbito nacional e as questões de gênero. A autora destaca um ponto importante a ser observado, qual seja, o espírito de atuação dos grupos, na década de 1950 e 1960 (as lutas dos negros, as campanhas pacifistas, os movimentos feministas, dos homossexuais, dos estudantes e de outras categorias que lutavam pelos direitos sociais, políticos, culturais, entre outros), cujo caráter se distanciava do perfil caritativo ou filantrópico dos dias atuais.

Assim, nas décadas de 1960 e 1970 a atuação de movimentos dava-se em oposição aos governos militares (luta pelos direitos dos presos políticos, contra as torturas e por melhorias sociais, tais como, creches e escolas); na década de 1980, “*as articulações passaram a ser institucionalizadas, adquirindo concretude organizacional*” (Matos, 2005, p. 26); chegando à década de 1990, alterações nas formas de mobilização mudam a natureza das ONGs, e estas passam a “*promover mobilizações pontuais, locais, atuando a partir de demandas específicas,*

³³ Ser voluntário significa participar positiva e ativamente na sociedade, oferecendo de forma desinteressada o tempo e a disponibilidade para ajudar os outros, ou simplesmente para reforçar a defesa de causas nobres.

plurais, com objetivos humanitários, [...], trazendo à tona as questões de gênero, geração, raça-etnia, com o intuito mais de afirmação do que de contestação” (Matos, 2005, p. 26).

As alterações supracitadas ocorreram, segundo Matos (2005, p. 27), na década de 1990, em função das agências (OIT, CRUZ VERMELHA INTERNACIONAL, UNESCO E FAO) patrocinadoras de apoio voltarem a atenção para o Leste Europeu, o que acarretou às ONGs latino-americanas uma grande crise econômico-financeira *“que gerou a necessidades de mudanças internas, a busca de acesso a outros fundos e canais, alteração de procedimento, procura de auto-suficiência, crescimento da necessidade de qualificação de quadros na busca de eficiência e produtividade na gestão de projetos e das próprias entidades. O discurso das ONGs foi se alterando, abrindo-se para a parceria e a cooperação com o Estado e as empresas”*.

Procurando reforçar os apontamentos de Matos (2005) sobre a construção do histórico das ONGs no Brasil, apresenta-se a contribuição de Scherer-Warren (2004, p. 21), que destaca três momentos do associativismo civil:

Quadro 5: Momentos do associativismo civil no Brasil, décadas de 1960 a 1990.

PERÍODO	ACONTECIMENTOS
A – de 1964 a 1973	Fechamento político pelo regime ditatorial, onde muitas organizações civis foram reprimidas politicamente, desmanteladas e/ou extintas
B – de 1974 a 1983	Período de abertura e transição à democracia, em que há uma retomada das mobilizações sociais e uma revitalização do espírito associativista, com o surgimento dos novos movimentos sociais e de organizações pela defesa da democracia.
C – de 1984 a 1993	Período de institucionalidade da democracia, em que há o surgimento de um novo tipo de associativismo vinculado à ampliação dos direitos de cidadania, à participação na esfera pública e à realização de parcerias com a esfera governamental.

Fonte: elaborado pela autora a partir de Scherer-Warren (2004)

No período A, destaque para o associativismo feminino, estudantil e sindical, que foram reprimidos pelo regime ditatorial, inclusive com a prisão de líderes desses movimentos.

O movimento estudantil ainda resistiu cinco anos após o golpe militar de 1964, mas como as manifestações estavam ocorrendo em vários locais do Brasil, o governo decretou o Ato Institucional nº 5, em 1968, proibindo as manifestações públicas de caráter político. As marcas das prisões que ocorreram nessa época refletiram-se no desencorajamento de novas associações por mais de uma década (Scherer-Warren, 2004).

No período B, a autora destaca que várias iniciativas da sociedade civil começaram a projetar-se no cenário nacional, destacando-se os movimentos contra o autoritarismo do regime, contra a carestia e contra a anistia, por melhorias urbanas, o novo sindicalismo no movimento operário e no seio do funcionalismo público e a emergência de grupos dos denominados novos movimentos sociais, especialmente os feministas

Em 1979, com a Lei de Anistia, os exilados políticos começaram a retornar ao país, e muitos desses foram organizadores ou participantes de ONGs, que se tornaram, no Brasil das décadas seguintes, grandes referências para o associativismo 'a serviço do movimento popular' como, por exemplo, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), coordenador da mobilização nacional "Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria", projetada através da figura carismática de Betinho. (Scherer-Warren, 2004, p. 24)

O período C tem como marco fundamental os movimentos das diretas Já e Pró-Constituinte, com mobilização em todo o território nacional, sendo a preocupação fundamental a institucionalidade democrática. No final do período surgiu o Movimento pela Ética na Política e pela Moralização das Instituições Públicas. Com isto, a sociedade civil, que muitas vezes teve que atuar na clandestinidade no período A, ou no anonimato legal no período B, passou a buscar sua institucionalidade para uma maior gestão da coisa pública (Scherer-Warren, 2004).

Analisando o exposto até aqui, pode-se articular pelo menos duas considerações sobre o perfil das entidades que se multiplicaram na década de 1990 até os dias atuais e que compõem o terceiro setor da economia. Essas considerações levam em conta o fato de que as ONGs articulam-se com as organizações públicas e privadas já constituídas na sociedade.

Em primeiro lugar, contrastando ONGs *versus* setor público, pode-se verificar que houve a transição de oposição para a situação, ou seja, as ONGs deixaram o papel de requerentes de transformação social para trabalhar em prol das causas da ordem vigente. Em segundo lugar, contrastando ONGs *versus* setor privado, percebe-se que a necessidade de

sobreviver através das parcerias com o mercado forçou as ONGs a adaptarem-se a modelos de gestão e produtividade, aproximando-as da lógica empresarial capitalista.

Assim, de instrumentos de transformação social, passaram a meros instrumentos com finalidade instantânea de reprodução da sociedade capitalista, emprestando funcionalidade ao sistema do capital. Essas relações das ONGs com os setores público e privado serão melhores elaboradas na próxima seção.

4.2 Terceiro setor *versus* setores público privado: paliativos na reforma do Estado e relações determinantes na responsabilidade social empresarial

Necessário também para entender o conceito de terceiro setor é entender as articulações que as entidades que o compõem tem com os outros dois setores da sociedade, o público e o privado. Pelo fato de que as ONGs enfatizam mais o caráter público e o aspecto não governamental, inicia-se a articulação pela ótica ONGs *versus* setor público. Logo após, interliga-se as ONGs *versus* setor privado, aludindo ao aspecto de responsabilidade social empresarial RSE. Para fazer essas considerações, primeiro deve-se lembrar que as ONGs estão dividindo espaço com as organizações públicas e privadas já constituídas na sociedade, relacionando-se com elas através de parcerias, convênios, aquisição de bens e serviços ou prestação de serviços. A partir desse íterim, torna-se possível fazer um balanço das relações estabelecidas entre as ONGs e os setores público e privado.

Por algum tempo, os setores público e privado ainda suscitavam alguma esperança à superação dos problemas relacionados ao mundo do trabalho, quando o primeiro era intensivo no fomento à atividade econômica e o segundo expandia suas atividades através do setor de serviços. Porém, no que se refere às atividades comerciais, inseridas no setor de serviços, a esperança se desfaz se concordarmos com a afirmação de Rifkin (1995), de que a possibilidade do setor de serviços absorver força de trabalho foi esmagada pela automação e a reengenharia que já estão tomando o lugar dos seres humanos também neste setor. Quanto às atividades do estado social, Kurz (2005, p. 2) assinala que “[...] na economia de crise desde o fim dos anos 90, o estado social recua nos sectores de cuidados e assistência [...]”, cujas atividades são “*terceirizadas*” para a sociedade em geral, através das atividades realizadas pelas organizações que compõem o terceiro setor.

Antes de estabelecer as relações ONGs e setor público, deve-se clarear as funções assistencialistas que são atribuídas historicamente ao Estado. Mészáros (2002, p. 110, grifos do autor) caracteriza este aspecto quando destaca que dentro da perspectiva de uma função reguladora, benéfica para a dinâmica capitalista, “*cabe a ele prover algumas necessidades reais do conjunto social (educação, saúde e habitação e manutenção da chamada “infra-estrutura” ao fornecimento de seguridade social) [...]*”. Atuando em “prol das causas sociais”, o Estado escamoteia a sua função de mercantilizador da força de trabalho e de facilitador no processo de circulação do capital (grifos nossos).

Sobre as relações, no primeiro caso, terceiro setor *versus* o setor público, pode-se dizer que a ligação íntima entre as ONGs e o Estado está no fato de que as primeiras atuam num campo em que o segundo predomina: a causa social. Por isso, comumente na literatura, associa-se o crescimento do número de ONGs à mudança do foco da atuação do Estado, que passa a regulador da economia, retraindo a atuação na esfera assistencialista.

De acordo com a visão acima, para se entender o fenômeno das organizações não-governamentais que se espalham em ritmo crescente no país³⁴, é também necessário relembrar a reforma do Estado, necessária para o processo de revitalização do sistema capitalista.

Recordando a “aliança” entre Estado e capital, Mészáros (2002, p. 121) aponta que “*como parte constituinte da base material do sistema abrangente do capital, o Estado deve articular sua superestrutura legal e política segundo suas determinações estruturais inerentes e funções necessárias*”. Desse ponto de vista, tem-se que a reforma do Estado pode ser entendida como uma necessidade estrutural do sistema, no caso a globalização, onde os países entram numa espécie de sistema em rede, e têm que padronizar suas políticas para que o capital tenha mais ou menos a mesma eficiência. Nesse cenário, uma forma de Estado que imponha obstáculos a circulação do capital em escala suficiente para a sua reprodução deve ser substituído por um Estado “liberal”. Mészáros (2002) salienta que o princípio estruturador do Estado, não importando a forma, é de garantir a reprodução do sistema capitalista.

Antunes (2002) relata que, desmontando-se o Estado de Bem-Estar Social (ou o que existiu dele), as entidades do terceiro setor preenchem em alguma medida as lacunas

³⁴ Farina (2005) aponta que o surgimento massivo de ONGs no Brasil, na década de 1990, (aproximadamente 139 mil ONGs) foi motivado pelas idéias levantadas na Eco 92.

decorrentes deste desmonte, uma vez que têm o intuito de prestar serviços sociais, o que acaba aproximando os termos em suas definições básicas.

Até a década de 1980, as instituições sem finalidades lucrativas organizavam-se com o intuito de fazer pressão para que políticas públicas fossem realizadas em determinadas áreas, como assistência social, meio ambiente e educação. Porém, a partir daí, as grandes transformações ocorridas no capitalismo mundial trouxeram um novo posicionamento a essas entidades. Como já mostrado em Matos (2005), na década de 1990, estas organizações não-governamentais mudaram de natureza em função das alterações nas formas de mobilização, passando de oposição para posição. A crise do mundo do trabalho, que acarretou a queda do padrão de vida de parte significativa da população trabalhadora, colocou em pauta temas como solidariedade, filantropia e trabalho voluntário, viabilizados através destas organizações.

Mais tarde, com a expansão dessas atividades, o trabalho voluntário torna-se insuficiente para atender a grande demanda de assistência social, sendo necessárias a especialização e a profissionalização das entidades na prestação desses serviços, uma vez que não basta apenas a boa vontade de uma dúzia de voluntários para que uma organização não governamental seja viável (Ramos e Gelinski, 2004). Afinal, por menor que seja a entidade, exige-se uma estrutura mínima para condicionar o seu bom funcionamento, que envolve a contratação de alguns funcionários para a administração, para a organização dos voluntários e para o atendimento direto dos beneficiados. Nesse ínterim, postos de trabalho são criados, rendas são geradas e, para os anos 1990, uma nova formatação dessas entidades é apresentada, na qual o objetivo geral passa ser “*trabalhar filantropicamente para o bem comum e melhorar a qualidade de vida da sociedade*”. Esses fins sociais aproximam o primeiro setor (o Estado) do terceiro setor, de forma a quase confundi-los.

As ONGs, assim, vêm realizando atividades sem finalidades lucrativas, visando a finalidade social, corroborando com o Estado. Porém, nem sempre foi assim. Um ponto a ser revisto é o de que as ONGs mudaram sua posição: nas décadas de 1950 e 1960 eram ONGs de protesto e reivindicações, sem a ênfase no caráter filantrópico. A partir da década de 1980 se expandem as ONGs filantrópicas e de parcerias com o Estado. A atuação das ONGs na última década do século XX dá-se, conforme Matos (2005, p. 26, grifos nossos) “com o intuito mais de afirmação do que de contestação”, ou seja, a necessidade de sobreviver através das parcerias com o Estado transformou o objeto original de “*transformação social*” que ainda

podia se observar até meados da década de 1960, qual seja, “*buscar soluções alternativas à ordem social vigente*”, alterando-o para “*buscar alternativas dentro da ordem vigente*”, aliviando as ondas de protesto. Este fato tem, no mínimo, duas implicações relevantes:

1. A transformação social não está comprometida?
2. como se designar não-governamental com tantas parcerias sendo estabelecidas com o Estado?

Sobre o item 1, em Matos (2005) tem-se que a criação e expansão das ONGs devem ser vistas como um fenômeno social e histórico, facilitando a conexão internacional e a inserção local, a intermediação entre as instituições globais e as organizações de base no intuito de colaborar com os esforços na promoção da transformação social. Mas, o que se vê são atos que corroboram com o *status quo*, e além, assistencialismo que não promete mudança, não consolida a transformação que levará a emancipação do ser social. Se as ONGs estão buscando as soluções dentro do sistema, o papel que lhes cabe é funcional ao sistema e não de transformação.

Sobre o item 2, Montañó (2003) levanta a questão de que até que ponto uma instituição consegue manter uma posição neutra sendo financiada por um determinado governo. Pode ser que o apoio não seja explícito, mas implicitamente está a promessa velada de que mediante manifestação contrária os recursos estariam cortados, a fonte secaria. Esse item tem conexão direta com o item 1, uma vez que se há aliança, mesmo que implícita, entre as entidades “transformadoras” da sociedade e o Estado, então a transformação está comprometida.

Do exposto anteriormente, pode-se inferir que as ONGs não nascem, necessariamente, da retração do Estado nas questões sociais, mas certamente, este é o motivo pela qual as ONGs se expandem, considerando as ONGs pós década de 1980.

Na situação das ONGs *versus* o Setor Privado, pode-se inferir que também existe uma ligação íntima, fato que pode ser constatado mais claramente a partir dos perfis de ONGs adotados pós-1980, onde estas assumem publicamente as parcerias do setor privado por motivos de força maior (sobrevivência financeira). No caso do Estado, é mais fácil perceber a ligação, por que elas já nascem íntimas, mesmo na época que eram opositoras, por que o campo de atuação era o mesmo, o campo social. Mas com o mercado é diferente, se há algo que os assemelha na aparência está no simples fato de que o registro legal da ONG é como pessoa jurídica de direito privado, mas sua finalidade é completamente outra, uma vez que, em

contraposição a idéia de economia de mercado, visa atingir objetivos sociais e não o lucro. A explicação para esse apelo explícito da parceria entre ONGs e setor privado perspassa por uma mudança também no âmbito empresarial, que conduziu as empresas a apresentarem a responsabilidade social empresarial, tornando-se assim, as ONGs instrumentos valiosos para persuadir o consumidor na aquisição de determinadas mercadorias.

Relembrando uma passagem de Matos (2005) na seção anterior, a falta de apoio dos organismos internacionais forçou as ONGs a procurar outras parcerias para financiar seus projetos. Nesse ínterim, as empresas, que queriam investir em responsabilidade social, encontraram no apoio às ONGs, uma ótima oportunidade de polir sua imagem (FARINA, 2005). Mas essas parcerias trariam implicações para as ONGs no seu processo interno de organização. Essas implicações dizem respeito ao fato de que as empresas são lucrativas e agem de acordo com a racionalidade econômica, assim, para que um projeto tenha apoio ele deve transpirar credibilidade, devendo, pois, dar o retorno esperado.

Farina (2005) aponta que as instituições que financiam os projetos sociais priorizam as ONGs que apresentam projetos com sustentabilidade, ou que sejam transparente na sua forma de gerir os recursos. Afinal, a imagem do financiador também está em jogo. Assim, as ONGs cada vez mais precisam incorporar a gestão estratégica, a contratação de profissionais para prever os orçamentos e elaborar os projetos e ainda, investir no marketing social, item que será aludido logo adiante.

Fontes (2001) trata da importância do marketing social, o qual considera importante no processo de transformação social. O autor justifica essa importância no fato de que o marketing social, à medida que se vincula às estratégias de gestão, poderá ser um instrumento potencializador de políticas nacionais e internacionais, garantindo o bem estar social. Mas Fontes (2001) alerta para o uso inadequado do marketing social, como no caso de algumas empresas que utilizam seus investimentos sociais (valendo-se da RSE) para alavancar seus negócios, enquanto que a finalidade do marketing social é alavancar a transformação social.

O discurso da transformação social em Fontes (2001) torna-se pouco convincente frente ao fato que as ONGs aproximam-se cada vez mais da postura empresarial. Em função da necessidade de obter esses recursos, oriundos do setor privado, as ONGs iniciam o processo de adaptação. Farina (2005) coloca que as ONGs incorporaram as práticas empresariais na sua administração há muitos anos, sendo que algumas entidades já começam a procurar atestados

de qualidade e ferramentas de gestão corporativas, das quais pode-se citar: ISO 9001 (certificação internacional de qualidade na gestão empresarial), Seis Sigma (mede a performance de um processo de confecção de um produto, serviço ou transação), *Balanced Scorecard* (balanço social da empresa), *benchmark* (compara rentabilidades entre investimentos, produtos e taxas, determinando os melhores desempenhos) e 5S (gerenciamento participativo para melhorias na qualidade de vida no ambiente de trabalho)³⁵.

Souza (2004) procura desenvolver um programa de RSE, sob uma perspectiva sistêmica com o intuito de auxiliar as organizações a fazerem a gestão de sua RSE. A autora chega a citar que algumas empresas acabam utilizando a RSE apenas para tornarem-se competitiva e para melhorar sua imagem, mas sua tese trata positivamente o tema, de acordo com o discurso dominante. Souza (2004, p. 5) diz que a responsabilidade social já consta da agenda empresarial desde a década de 1970, sendo que, “o que está mudando é a forma como está sendo vista, ou seja, deixando de ser uma questão de filantropia para tornar-se parte de seus objetivos estratégicos”. A autora destaca que o assunto está sendo estudado sob a perspectiva da gestão. Nesse caso, quem está à frente é o Instituto Ethos, que tem vislumbrado possibilidade social sob a perspectiva da gestão através do *Balance Scorecard*.

Para caracterizar melhor a profissionalização das ONGs pode-se referenciar a questão da área de projetos, instrumentos com os quais as entidades captam recursos financeiros para a continuidade de suas atividades. Fontes (2001, p. 28, grifos do autor) assinala que são criadas instituições para receptarem doações, citando o caso de um trabalho desenvolvido com crianças de rua em toda a América Latina e sudeste asiático nos anos de 1980

Em grandes cidades dessas regiões, como Santa Fé de Bogotá, Rio de Janeiro, Jakarta, entre outras, doações do mundo inteiro financiaram o desenvolvimento de milhares de projetos destinados a essa população. Durante esse período, a ‘indústria da criança de rua’ teve uma expansão impressionante. Profissionais do mercado assistencialista promoveram índices elevados, totalmente fora da realidade, para a busca de novos recursos.

De qualquer forma, a cultura dos projetos assistencialista, na medida que traz “benefícios para os doadores”, ganha cada vez mais espaço dentro da sociedade. A expressão

³⁵ Para um melhor entendimento desse termo, acessar www.ipem.sp.gov.br.

“benefícios para os doadores” quer significar que esses projetos, mesmo que apóiem uma instituição sem finalidades lucrativas, devem apresentar aspectos lucrativos para quem os financia. Esse fato foi ressaltado por Fontes (2001, p. 29): *“o doador estabelece as prioridades de financiamento e as áreas onde os recursos deverão ser empregados. A instituição que quiser receber os recursos deverá submeter-se a uma série de pré-requisitos e políticas estipulados pelo órgão doador nacional ou internacional”*. Ou seja, receberão os recursos as ONGs que atenderem às necessidades dos empresários capitalistas. O lucro desses doadores poderá estar vinculado a um preço maior a ser cobrado pelo produto, justificado ao consumidor pela RSE, ou, mantendo-se o preço, o lucro pode advir de uma maior fatia de mercado em virtude do atrativo da RSE.

Ainda, vale destacar que as parcerias entre as ONGs e o setor privado não se detém ao setor produtivo, às questões da responsabilidade social dessas entidades. Atualmente, as parcerias se manifestam no setor financeiro, na bolsa de valores. Em Freire (2004, p. 14) pode-se constatar essa afirmação: *“da mesma forma como tem crescido a preocupação por parte das empresas em priorizar ações relacionadas com o conceito de responsabilidade social, avança, também, um movimento no mercado financeiro no sentido de vincular a rentabilidade à prática de conceitos éticos, sociais e ambientais”*. Iniciados nos Estados Unidos EUA, os fundos de ações de empresas comprometidas com causas sociais, ambientais ou com governança corporativa estão sendo adotados por diversos países, sendo que nos EUA, essas aplicações movimentam US\$ 2 trilhões de dólares, e no Brasil, já existem oito fundos de investimento social, movimentando R\$ 90 milhões de reais³⁶.

Portanto, as relações que as entidades do terceiro setor estabelecem com os setores público e privado vai ao encontro da necessidade destes setores de se adaptarem às novas exigências operacionais do sistema capitalista. Assim, com a caracterização da relação que as ONGs conformam com os outros setores da sociedade, pode-se partir para a definição de terceiro setor.

³⁶ Para conhecer a distribuição desses recursos nos diversos tipos de fundos, ver tabela em Freire (2004).

4.3 O Terceiro Setor da economia: conceituação e origens dessa mitológica transformação social

A definição de sociedade civil e de organização não-governamental abordadas na primeira seção deste capítulo, bem como a visão contemporânea da ação das ONGs e sua relação como Estado e com o mercado, exposta na segunda seção, foi necessária para que se possa entender e contextualizar o conceito de terceiro setor.

Dentre as mudanças que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, configura-se uma grande transformação em duas das mais destacadas esferas sociais - política e economia – qual seja, a consolidação de um novo setor na sociedade: o Terceiro Setor. O adjetivo mitológico é aqui utilizado pela observação de que o “*fabuloso*” mundo criado a partir deste setor parece dar novo sentido a existência humana, quando na verdade apresenta-se funcional ao sistema capitalista. Na literatura, têm-se os prós e os contras, ou seja, alguns autores defendem a bandeira do terceiro setor como transformação positiva para a sociedade, enquanto que outros o colocam como uma forma de manutenção do *status quo* capitalista, sendo que estes últimos reforçam o pensamento expresso nesta pesquisa.

Segundo Lechat (2002), para encontrar as origens do terceiro setor no Brasil, pode-se partir do quadro das condições socioeconômicas e políticas das últimas décadas e falar dos embates da sociedade civil frente à crise capitalista e ao desemprego estrutural. Conforme exposto no segundo capítulo, os setores público e privado foram durante muito tempo os responsáveis por demandar trabalho, absorvendo a força de trabalho do mercado. Porém, a partir dos anos 1980 restringe-se a criação de postos de trabalho cujo alcance global atinge todos os setores da economia, gerando o que se denominou desemprego estrutural. Houve uma mudança na composição do emprego, caracterizada pela redução do emprego industrial e o crescimento do setor de serviços. Mesmo assim, o setor terciário não consegue atender a demanda por emprego da população trabalhadora. Diante dessa crise as pessoas, que se viram privadas de seus empregos, ou seja, privadas de suas fontes de sobrevivência e dignidade, precisaram procurar outros meios para garantir sua subsistência (Ramos, 2004).

As duas últimas décadas do século XX foram marcadas pelo alto nível de desemprego causado, em grande parte, pela revolução no processo de produção capitalista, que incorporou os novos métodos de organização da produção do Toyotismo. Este método utiliza-se de novas

técnicas de gestão da força de trabalho (trabalho em equipe, células de produção, times de trabalho) objetivando alcançar a redução do tempo de trabalho através da sinergia entre os trabalhadores e assim, reduzir o quadro de funcionários ou evitar novas contratações. Se no ápice do fordismo/taylorismo media-se o desempenho de uma empresa pelo seu número de empregados, na era do Toyotismo, as empresas que merecem destaque são aquelas que possuem o menor contingente de trabalhadores e que, mesmo assim, tem os maiores índices de produtividade (Antunes, 2002). Uma das conseqüências deste enxugamento dos postos de trabalho foi o baixo nível de renda a que foram submetidas algumas famílias, acarretando e aprofundando problemas sociais, tais como: drogas, alcoolismo, abandono de crianças, etc. Concomitante, o Estado passou por reformas com tendência a minimizar a sua atuação na esfera pública, o que incluía a redução da assistência social. Diante de um quadro social problemático e crescente, a sociedade sente a necessidade de tomar as rédeas e procurar mecanismos para amenizar o sofrimento das camadas que já não conseguem garantir o mínimo para a sua sobrevivência, e é dentro dessa perspectiva que se fortalecem as entidades que vão aos poucos compor um novo setor na sociedade: o terceiro setor.

A designação do termo terceiro setor é recente³⁷, mas as instituições que o compõem são de variadas datas. Para ficar na contemporaneidade, pode-se restringir o intervalo de 1950 em diante. As instituições das décadas de 1950, 1960, 1970 e 1980 existiam em números inexpressivos, mas com a explosão dessas entidades na década de 1990, foi necessário limitar um espaço onde se pudesse agrupá-las. Tomando por parâmetro os setores já existentes e as características constantes em cada um deles, definiu-se um terceiro setor na sociedade. Matos, (2005, p. 39) lembra que o termo Terceiro Setor é uma categoria em construção e por isso passível de ambigüidades, mas não pode ser considerado categoria neutra, uma vez que tem sua origem nos Estados Unidos da América. *“Deve-se reconhecer claramente a origem norte-americana (third sector), tendo como inspiração o modelo dos non-profits, encontrando-se carregada das referências da cultura política dos Estados Unidos, marcada pelo associativismo e pelo voluntariado baseados no individualismo liberal”*.

Fernandes (apud Tenório, 2004, p. 42) relata que alguns autores contrariam a designação de terceiro setor, argumentando que este setor deveria ser o primeiro, pois *“a sua antecedência lógica e histórica’ prevaleceria sobre o Estado e o capital”*. Sobre isso,

³⁷ O termo terceiro setor é divulgado no Brasil com a publicação de Fernandes (1994): *Privado, Porém Público*.

Montaño (2003) alude como uma debilidade teórica³⁸ do termo “terceiro setor”: “*se este é identificado com a sociedade civil e se, historicamente, é a sociedade que produz suas instituições, o Estado, o mercado, etc, há clara primazia histórica da sociedade civil sobre as demais esferas; o ‘terceiro setor’ seria na verdade o ‘primeiro’*” (Montaño, 2003, p. 54, grifos do autor).

Com todas as suas debilidades teóricas, o conceito desse setor está para todos os gostos. Assim como há uma infinidade de organizações que o compõe, há uma infinidade de (in) definições a seu respeito. De acordo com Chavez (2005), usualmente é tratado pelo que não é: não governamental e não lucrativo. A autora acredita que o terceiro setor possa ser definido como “a ação voluntária privada para o bem público”, delimitando como bem público o que responde às necessidades coletivas e universais, sem intenção de gerar lucro, reinvestindo os benefícios nos propósitos coletivos (Chavez, 2005, p. 3). Destaca, ainda, uma curiosidade do terceiro setor, que em muitos casos apresenta propósitos contraditórios, por exemplo, algumas organizações se definem como pró-vida e outras defendem o direito do aborto.

Segundo a definição do discurso dominante pode-se dizer que o terceiro setor caracteriza-se por ser um setor sem fim lucrativos, composto por grupos de mútua ajuda, associações de bairros, instituições e fundações, sendo estas entidades denominadas de organizações não-governamentais. Organizações, essas, que cuidam de problemas ligados à educação, saúde, meio ambiente, assistência social, abuso de álcool e drogas, e outros. O objetivo destas entidades é trabalhar filantropicamente para o bem comum e melhorar a qualidade de vida da sociedade. Assim, o Terceiro Setor caracteriza-se por ser um setor de economia social, que, em contraposição à idéia de economia de mercado, visa atingir objetivos sociais e não o lucro (Ramos, 2004).

Chavez (2005, p. 1) levanta a questão das mudanças rápidas que vêm ocorrendo no mundo contemporâneo, levando à necessidade de adequação do terceiro setor

De fato, nunca na história da nossa civilização vimos sinais de mudanças mais rápidos do que estamos vendo agora. [...] os governos estão lutando para encontrar seu propósito e função, fronteiras nacionais estão perdendo a sua relevância. O acesso à tecnologia está mais descentralizado. O emprego adequado é difícil. Mudanças tecnológicas resultam em um

³⁸ Montaño (2003) alude ainda a outras três debilidades teóricas: quais entidades que compõem o terceiro setor; a confusão causada por um conceito débil de terceiro setor; e, o caráter não governamental e não lucrativo num contexto de alianças com o Estado e com as empresas.

crescente desemprego estrutural. Essas mudanças seguramente afetam a natureza e o papel do Terceiro Setor.

Muitos autores já despertaram para tratar desse assunto e são deles as exposições a seguir sobre as posições conceituais do terceiro setor. Gelinski e Arienti (1998) denominaram de estratégias de sobrevivência criadas pelos trabalhadores, cujas atividades não possuem vínculos nem com o estado nem com o mercado. As autoras estudam as atividades informais da economia como sendo estratégias de sobrevivência encontradas pelos trabalhadores dispensados com a crise do trabalho desencadeada na década de 1980. Em seus estudos, se depararam com o que acreditaram ser também atividades de sobrevivência: trabalhar no terceiro setor da economia. Kurz (1997, p. 152) prefere não conectar terceiro setor e setor informal, pois este último “*muitas vezes não passa de um mercado ilegal e brutalizado*”. Segundo o autor, o terceiro setor é composto de voluntários que se unem para conter a miséria social e barrar a destruição do meio ambiente, avançando em um espaço abandonado pelo mercado e pelo Estado por não representar grandes rentabilidades ou pelo baixo fluxo financeiro. Porém, Kurz (1997, p. 153) levanta a questão de se o terceiro setor tem condições de ser um novo paradigma de reprodução social, o autor mesmo responde

para que isso seja possível, ele terá de ir além da simples medidas paliativas ou de urgência, destinadas somente a fazer curativos leves nas feridas abertas pelas ‘mão invisível’ do mercado globalizado. Se não houver mais nenhum surto de crescimento econômico, como muitos ainda esperam, o terceiro setor precisará formular sua própria perspectiva de desenvolvimento para o século XXI, em vez de ser um mero sintoma passageiro da crise.

Oliveira (1997a, p. 2) denominou o terceiro setor como promotor do “*benefício da sociedade em geral, do bem público ou bem comum, em vez de beneficiar apenas seus instituidores, membros ou dirigentes, sejam pessoas físicas ou jurídicas, ou promover interesses corporativos*” e ainda, “[...] *embora não persigam o lucro, a viabilidade e a eficácia dessas organizações dependerá também do conjunto de normas que regem suas operações, preocupação comum quando se avaliam as condições de êxito de qualquer outro empreendimento*”. Oliveira (1997a, p. 6) diz que “*é ponto pacífico nos mais variados países que uma entidade serve ao bem público mesmo quando sua população meta é um segmento*

definido deste público [...]”. Por exemplo, as casas lares que abrigam apenas meninos ou apenas meninas de rua.

Antunes (2002, p. 112) alude rapidamente ao terceiro setor sem entrar no mérito conceitual. O autor atribui ao crescimento deste setor à *“retração do mercado de trabalho industrial e também da redução que começa a sentir o setor de serviços, em decorrência do desemprego estrutural”*. Mesmo admitindo a expansão do terceiro setor, o autor não crê neste como *“uma real alternativa transformadora da lógica do capital”* capaz de *“minar os mecanismos da unidade produtiva capitalista”*, uma vez que este se apresenta como

alternativa limitadíssima para repor as perdas de postos de trabalho causadas pela vigência da lógica destrutiva da sociedade contemporânea [...] o ‘terceiro setor’ não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital .
(Antunes, 2002, p. 113)

Para o autor, o fato de que o terceiro setor incorpora os homens e mulheres excluídos do mercado de trabalho no processo de reestruturação produtiva provê melhores condições de vida a esses, porém, o autor diz que *“[...] é bom não esquecer, também, que essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados”* (Antunes, 2002, p. 113).

Matos (2005, p. 39) define o terceiro setor como entidades que buscam *“atuar e se firmar por meio de ações propositivas e afirmativas, tendendo a se estruturar como empresas denominada cidadãs, por serem sem fins lucrativos”*. Esta autora tem certa resistência em considerar que as ONGs compõem o universo do terceiro setor, uma vez que o terceiro setor (novos associativismo) não acompanha as referências políticas das lutas das ONGs (antigos associativismo das décadas de 1960/1970), *“estando mais integrado como neoliberalismo e avesso às ideologias, já que desde suas origens essas iniciativas não se opuseram ao Estado, apesar de quererem se diferenciar como um setor à parte”* (Matos, 2005, p. 41). Porém, percebe-se que essa resistência em não fazer parte da aplicação do termo terceiro setor por parte das ONGs que trazem as marcas de ações politizadas - reivindicações por direitos sociais, políticos, culturais e por cidadania – sucumbe diante da necessidade de financiamento de suas atividades

Apesar de grande parte das ONGs ter buscado distinguir-se criticamente com relação a sua identificação com o terceiro setor, nos últimos tempos ampliaram-se suas necessidades de redefinir um universo de beneficiários e de alargar alianças com outros setores sociais do Estado/governo e do mercado/empresas, como as empresas e fundações do terceiro setor, o que chegou a levar as ONGs a se abrigarem sob o mesmo termo (Matos, 2005, P. 42).

Tenório (2004) prefere definir o terceiro setor diferenciando-o dos outros dois setores da sociedade.

O terceiro setor diferencia-se do primeiro setor e do segundo setor à medida que desenvolve atividades públicas através de associações profissionais, associações voluntárias, entidades de classe, fundações privadas, instituições filantrópicas, movimentos sociais organizados, organizações não-governamentais e demais organizações assistenciais ou caritativas da sociedade civil. (Tenório, 2004, p. 32)

Quanto às organizações que compõe o terceiro setor, Tenório (2004, p. 45) refere-se como *“aqueles agentes não-econômicos e não-estatais que procuram atuar, coletiva e formalmente, para o bem-estar da comunidade ou sociedade local, sub-regional ou regional, nacional ou internacional”*, inclusive as ONGs. Complementando, o autor presume que essa ação coletiva-formal pressupõe a democratização da maneira de agir desses agentes visando a emancipação da pessoa humana enquanto sujeito social, sob o exercício da cidadania. Nesse ponto, um parêntese. Pode-se questionar essa afirmação sob dois aspectos:

1) sob o ponto de vista das pessoas assistidas pelas ONGs, 2) Sob o aspecto de quem trabalha nas ONGs. Pela parte da assistência social, não apresenta emancipação humana enquanto sujeito social, pois recria dependência assistencialista tal qual sob o amparo estatal. No segundo aspecto, reproduz as mesmas condições de empregabilidade dos outros setores, principalmente no tocante ao emprego da força de trabalho feminino, que não aparenta evolução no seu processo de emancipação³⁹.

Voltando ao conceito de terceiro setor, um autor substancial para esse trabalho é Carlos Montañó, que discute em sua obra, Terceiro Setor e a Questão social, a funcionalidade deste setor ao sistema capitalista. Montañó (2003, p. 22) procura desmistificar, retirar o véu que encobre o que, na concepção do autor, é o verdadeiro conceito de terceiro setor

³⁹ Para maiores detalhes sobre a funcionalidade do Terceiro Setor ao sistema do capital e sua pouca relação com o conceito de emancipação ver (Ramos e Ouriques, 2005).

[...] o que é chamado de 'terceiro setor' refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de resposta às sequelas da 'questão social', seguindo os valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua.

O autor destaca que o fato do terceiro setor atuar no combate à pobreza e proteção dos recursos naturais, que são problemas pungentes na sociedade, acaba desviando a atenção para os verdadeiros fenômenos que estão ocorrendo, dos quais constam a desregulação da relação trabalho/capital, a anulação da perspectiva de superação da ordem, a precarização do trabalho e do sistema de proteção social ao trabalhador e ao cidadão carente e as conseqüências que a reestruturação capitalista trouxe ao trabalhador.

Todos os conceitos sobre o terceiro setor aqui revistos remetem de algum modo a uma posição política (liberal ou não, esquerda ou direita), que pode aparecer implícita ou explicitamente no texto. Gelinski e Arienti (1998), Chavez (2005), Oliveira (1997a), Matos (2005) descrevem o fenômeno como este aparenta. Kurz (1997), Tenório (2004), Antunes (2002) e Montañó (2003) procuram a essência do fenômeno. No caso deste último autor, o fato de levantar a questão do caráter funcional que o terceiro setor apresenta à ordem vigente, o que corrobora com a iniciativa desta pesquisa, fez com que fosse explorado mais no conjunto da pesquisa. Essa funcionalidade ao sistema do capital será discutida na próxima seção.

4.4 Trabalho no terceiro setor: funcionalidade ao sistema capitalista

Embora não aparente, as atividades que o terceiro setor desenvolve não são novas, ou seja, são atividades que já existiam anteriormente, só passaram de um setor para outro (ou do setor público – as atividades assistenciais; ou do setor privado – produção de serviços em áreas pouco atrativas)⁴⁰. Assim, não se pode considerar que o terceiro setor possua uma essência transformadora, pois apenas rearranjou o modo de fazer coisas que já existiam na sociedade, seguindo funcionalmente a lógica da ordem vigente.

⁴⁰ A produção de bens e serviços pelas entidades que compõem o terceiro setor está voltada às necessidades dos consumidores e não às rendas que o capital aplicado poderá trazer (Kurz, 1997).

Antunes (2002) associa a expansão do terceiro setor à reestruturação capitalista. Em seu livro *Os sentidos do trabalho*, o autor trata do desemprego estrutural desencadeado pela crise dos métodos de produção taylorista/fordista, aludindo que, como resposta a esse quadro emblemático, iniciou-se um processo de reorganização do capital e do sistema ideológico e político de dominação, culminando com o advento do neoliberalismo, sendo que nesse processo houve a privatização do estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal.

As conseqüências do desemprego estrutural, o qual Antunes (2002) descreve, foram amenizadas através das organizações da sociedade civil. Na França, a economia social já é responsável por mais de 6% do emprego total, enquanto que na Alemanha cresce a um ritmo mais rápido do que os setores público ou privado, com mais de 300 mil organizações voluntárias operando ao final da década de 1980. Na Itália, estima-se que mais de 15,4% da população adulta doe seu tempo a atividades solidárias. No Japão, milhares de organizações sem fins lucrativos funcionam atualmente, suprimindo as necessidades culturais, sociais e econômicas de milhões de pessoas. Na Inglaterra, o espírito voluntário também é altamente incentivado (Rifkin, 1995). Nos Estados Unidos, as ONGs movimentam US\$ 320 bilhões por ano e geram emprego remunerado para sete milhões de pessoas, o que representa 6,8% do total do emprego (TERCEIRO..., 2004).

No Brasil, de acordo com EMPREGO... (2002), o terceiro setor já reúne mais de 300 mil organizações não-governamentais, movimentando aproximadamente 12 milhões de postos de trabalho e 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB).

Todo esse cenário numérico dos empregos produzido pelas ONGs leva Antunes (2002, p. 114) a afirmar que

Como mecanismo redutor da barbárie do desemprego estrutural, elas cumprem uma efetiva (ainda que limitadíssima) parcela de ação. Porém, quando concebidas como um momento efetivo de transformação social em profundidade, elas acabam por converter-se em nova forma de 'mistificação' que pretende, na hipótese mais generosa, 'substituir' as formas de transformação radical, profunda e totalizante da lógica societal por mecanismos mais palatáveis e parciais, de algum modo assimiláveis ao capital.

Tão assimiláveis que Tenório (2004) revela a preocupação de que o terceiro setor volte-se completamente para as atividades do mercado. O autor chama a atenção para o que ocorre com certas ONGs que já participam de concorrências públicas e do financiamento de seus projetos por agentes

públicos e privados, “*correndo o risco de uma proposta de ação social transformar-se em uma metodologia de submissão às possíveis estratégias desses tipos de agentes*” (Tenório, 2004, p. 54). Na verdade, o que parece risco já é realidade, e o próprio autor cita algumas passagens onde destaca essas inter relações entre as ONGs e os setores público e privado, como na citação de Paiva (1998, p.50) e de Sogge (1998, p. 104-105) respectivamente: “*uma Missão Especial. Ministro pede ao banqueiro [...] que monte uma ONG para custear a campanha pela privatização*” e “*o espírito empresarial está crescendo de forma audaz. Porém, tem começado a calculada lógica do mercado a expulsar a compaixão como princípio organizador? Tem-se tornado essa lógica tão poderosa que podemos falar que as organizações se orientam pelas leis econômicas?*”.

Assim, Tenório (2004, p. 57) quer reforçar que, tal como o setor privado, o terceiro setor está prestes a enquadrar-se no mercado – “*sob o pensamento único, ao invés daquele a ele originalmente destinado, como agente social na sociedade*”. O autor faz essa afirmação baseado nas observações das parcerias que crescem também entre terceiro setor e setor privado, onde este último tem atuado sob a ótica da responsabilidade social:

[...] da também denominada cidadania empresarial, fato que já vem ocorrendo através de algumas empresas que promovem ações filantrópicas, publicam balanço social e outras iniciativas de caráter social, ecológicas, etc. A despeito da crítica a este setor de que ele atua somente objetivando estratégias de marketing ou de melhoria de sua imagem institucional para vender mais, no Brasil a cidadania empresarial tem atuado através de organizações como o Gife (Grupo de Institutos, Fundações e Empresas), ou do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Empresarial. (Tenório, 2004, p. 51)

Essa caracterização do autor é importante para entender a funcionalidade que o terceiro setor apresenta na sociedade capitalista, tanto nas questões de mercado, caracterizado pelas parcerias com o setor privado, quanto nas questões sociais, quando se alia ao Estado, amenizando as conseqüências da implementação do Estado da ordem neoliberal.

Montaño (2003, p. 19) centra sua tese no debate de que o terceiro setor desenvolve um papel ideológico de funcionalidade aos interesses do capital no processo de reestruturação neoliberal, “*promovendo a reversão dos direitos de cidadania por serviços e políticas sociais e assistenciais universais, não contratualistas e de qualidade, desenvolvidas pelo Estado e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória*”. O autor aponta as novas configurações da ordem capitalista nos países centrais, visando a instalação do neoliberalismo: combate ao trabalho, reestruturação produtiva e (contra) reforma do Estado.

A inter-relação entre os três elementos acima apontados pode ser resumida em dois aspectos: 1) são alternativas à crise do sistema capitalista, 2) são responsáveis pelo quadro de desemprego estrutural no final do século XX. Assim, os três elementos procuram amenizar a crise do capital, aumentando a crise do mercado de trabalho. Então, o terceiro setor aparece como amortecedor desta crise, uma vez que organiza um mercado de trabalho que absorve parcela significativa dos desempregados do período da reestruturação. Ou seja, é um subproduto da reestruturação capitalista.

Na questão do desemprego, Antunes (2002) já apresentou expressivos números da absorção da força de trabalho pelo terceiro setor. Com relação a questão social que é a bandeira do terceiro setor, Montañó (2003, p. 22, grifos do autor) aponta que

a função social da resposta às refrações da “questão social” deixa de ser, no projeto neoliberal, responsabilidade privilegiada do Estado, e por meio deste do conjunto da sociedade, e passa a ser agora de auto-responsabilidade dos próprios sujeitos portadores de necessidades, e da ação filantrópica, “solidária-voluntária”, de organizações e indivíduos. A resposta às necessidades sociais deixa de ser uma responsabilidade de todos (na contribuição compulsória do financiamento estatal, instrumento de tal resposta) e um direito do cidadão, e passa agora, sob a égide neoliberal, a ser uma opção do voluntário que ajuda o próximo, e um não-direito do portador de necessidade, o “cidadão pobre.

O autor descreve seis itens que demonstram a funcionalidade que o terceiro setor da economia confere ao sistema capitalista, baseado na ordem neoliberal, os quais seguem abaixo, resumidamente:

- 1) justificar e legitimar o processo de reestruturação da Seguridade Social e de responsabilização do Estado na intervenção social: no Brasil, justifica-se o desmonte da Seguridade estatal configurada na Constituição de 1988, onde a atuação das entidades do terceiro setor compensam as “*perdas de direito universais por serviços públicos de qualidade*” (Montañó, 2003, p. 234);
- 2) desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas às refrações da ‘questão social’ mediante políticas sociais estatais: a diminuição da intervenção estatal implica na “*passagem de uma responsabilidade do conjunto da sociedade em financiar esta ação social para uma auto-responsabilidade dos necessitados pela solução dos seus próprios carecimentos*” (idem). Para o autor, isto significa o

auto-financiamento dos próprios necessitados, no qual colabora a atividade voluntária;

- 3) despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as ‘lutas contra a reforma do Estado’ em ‘parceria com o Estado’: a demanda dos necessitados pela assistência social não está garantida em um setor cujo fluxos de recurso é precários, por isso, tornam-se necessárias as aliança com os setores público e privado. Essa aliança tende a reverter o processo de oposição das entidades da sociedade civil, “de lutas de classes, desenvolvidas na sociedade civil, passa-se a atividades de ajuda mútua em parceria com o Estado e o empresariado” (idem). Como reflexo destas parcerias, Montañó (2003, p. 237) destaca que “[...] enquanto a população se debruça exclusivamente no âmbito da sociedade civil, a direção central do governo fica nas mãos dos neoliberais; para o povo a participação no ‘terceiro setor’, o governo para o capital”, o que para o autor reduz a correlação de forças dos trabalhadores;
- 4) criar a cultura/ideologia do ‘possibilismo’: aliena-se os indivíduos pelo discurso dominante da falência nas instituições democráticas/estatais ou classistas (partidos e sindicatos), levando à descrença na ‘transformação social’ e nas utopias, “devendo a população *“se dedicar a fazer o que é possível de ser feito dentro das margens permitidas pelas ‘naturais’ tendências atuais”* (idem, p. 238);
- 5) reduzir os impactos (negativos ao sistema do aumento do desemprego: a criação de empregos no terceiro setor é evidente⁴¹, cujo efeito será amenizar o desemprego estrutural, alavancado pelo desemprego no setor industrial. Neste ponto, o autor diz que “[...] não queremos ignorar a relativa importância do ‘terceiro setor’ como estratégia de sobrevivência do trabalhador desempregado, apenas que este fato é instrumentalizado pelo capital para aplinar e apaziguar os ânimos, diminuir insatisfações, reduzir a conflitividade” (idem);
- 6) a localização e trivialização da ‘questão social’ e a auto-responsabilidade pelas respostas às suas seqüelas: a solidariedade universal é então transposta para a solidariedade individual, “o que era desenvolvido pelo aparelho do Estado passa agora a ser implementado no espaço local, o que era constitutivo de direito passa

⁴¹ Para conhecer os números em detalhes, ver Rifkin (1995), Antunes (2002) e Ramos (2004).

a ser atividade voluntária, fortuita, concessão, filantropia, passa a ser um não-direito do cidadão” (idem, p. 239).

Nestes termos, para o autor, a instrumentalização do terceiro setor pela estratégia neoliberal,

tem a função tanto de justificar e legitimar o processo de desestruturação da Seguridade social estatal, como de transformar a luta contra a reforma do Estado em parceria com o Estado, bem como tanto de reduzir os impactos negativos ao sistema do aumento do desemprego, quanto de tornar as respostas à ‘questão social’ em atividades cotidianas. (Montaño, 2003, p. 241, grifos do autor).

Portanto, baseado em Montaño (2003), pode-se inferir que função social é terceirizada aos trabalhadores, uma vez que o Estado precisa da formatação adequada dentro do projeto neoliberal que possibilite o capital reproduzir-se em escala mundial, significando o seu afastamento das questões sociais. Mais uma vez aparece a funcionalidade do terceiro setor ao sistema capitalista, com a atuação das ONGs na área de assistência social, em que, limitando-se as ações do terceiro setor às práticas sociais, esconde-se o verdadeiro sentido de sua existência, que é arcar com o custo social que a reestruturação capitalista impôs aos trabalhadores.

Em síntese, baseado na exposição de Antunes (2002), Tenório (2004) e, fundamentalmente, na análise de Montaño (2003), assinala-se que o terceiro setor é funcional ao sistema capitalista. Quer dizer, toda a sua estrutura vai se consolidando de forma a repetir e reproduzir as situações já vivenciadas nos setores tradicionais da economia. E ainda, essa precariedade se intensifica por ser um setor característico pela atuação das mulheres, um grupo reconhecidamente submetido às piores condições de trabalho e salários dentro dessa sociedade. Assim, a aplicação da força de trabalho feminino no setor reproduzirá os mesmos problemas verificados nos outros setores da sociedade, não apresentando contribuição para o processo emancipatório feminino. Essa tese será reforçada com uma pesquisa de campo realizada na região da grande Florianópolis e que será discutida no próximo capítulo.

CAPÍTULO V

O TRABALHO FEMININO NO TERCEIRO SETOR

5.1 Mulheres no terceiro setor: funcionalidade desmistifica emancipação feminina

Como já foi dito anteriormente, a participação da mulher no mercado de trabalho é acompanhada de adversidades com relação à aplicação de sua força de trabalho, ou seja, sua remuneração é inferior à remuneração masculina para a mesma atividade executada, os empregos para elas reservados são de baixo valor agregado ou subvalorizados, e, ainda, fornece ao sistema capitalista duas jornadas de trabalho, dentro e fora do lar. Diversos autores entre os quais, Costa e Oliveira (2004), Sebastiani (2003), Chaves (2002) e Lavinias (2001), verificaram em suas pesquisas estas diferenças, e alguns resultados serão abordados nesta seção para reforçar o aspecto funcional que a força de trabalho feminina apresenta no contexto da sociedade capitalista.

Estudos apontam que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho não determinou mudanças substanciais para as mulheres. Sebastiani (2003) mostra que no início dos anos 1980 as mulheres representavam 31,3% População Economicamente Ativa PEA, passando para 41,4% em 1999, mas que essa ampliação não representou a supressão das desigualdades a que elas estão sujeitas no mercado de trabalho. Com dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), a autora demonstra que, em 2001, o salário médio das mulheres foi de R\$ 625,00 e o dos homens R\$ 775,00, “sendo que 46,4% das mulheres possuíam pelo menos ensino médio completo e apenas 38,5% dos homens haviam alcançado o mesmo nível de escolaridade” (Sebastiani, 2003, p. 95). Esta diferença salarial atribuída às mulheres, apesar da maior escolaridade, será discutida logo adiante com base em Lavinias (2001).

Sobre a discriminação salarial por gênero, Chaves (2002) apresenta uma pesquisa para a Região Metropolitana de Porto Alegre RMPA, em 1998, em que, considerando os dados

referentes ao salário por hora das mulheres e dos homens, os resultados apontaram que as mulheres recebiam em média R\$3,79 por hora e os homens R\$ 5,10 por hora. Em 2000, a mesma pesquisa apontou um rendimento médio de R\$3,13 por hora para mulheres e R\$3,95 para os homens. Chaves (2002, p. 2) caracteriza que “*ocorre discriminação salarial se os empregadores pagam menos às mulheres do que aos homens com a mesma experiência e que trabalham sob as mesmas condições e nas mesmas funções*”. Chaves (2002) chama a atenção para a situação da mulher negra, que se situa ainda em condições mais precárias no mercado de trabalho. Em pesquisa realizada na RMPA, o autor verificou que, enquanto as mulheres brancas ganham 17,5% menos que os homens brancos, as mulheres negras ganham 36,1% a menos que os homens brancos.

Em relação à aplicação da força de trabalho feminina em postos de trabalho subvalorizados ou precarizados, Lavinias (2001) apresenta uma pesquisa, em âmbito nacional, caracterizando esta situação. A autora destaca que “*o diferencial de gênero que capacita as mulheres a disputarem espaço no mercado de trabalho com mais sucesso do que os homens, é seu nível médio de escolaridade (37%) e seu patamar de remuneração (25%) ainda inferior*” (Lavinias, 2001, p. 4). Ou seja, as mulheres estão bem instruídas, o que para as empresas da era flexível é um fator essencial, uma vez que sua marca é extrair do trabalhador não apenas o trabalho braçal, como também o trabalho intelectual⁴². O outro destaque da autora é para o patamar menor de remuneração, que como já visto anteriormente, está atrelado à “qualificação alternativa” da força de trabalho feminina. Esses elementos combinados tornam a força de trabalho feminina altamente atrativa e compatível com a fase flexível capitalista. Conforme Lavinias (2001, p. 5), esta feminização do emprego está sendo interpretada como uma tendência irreversível, uma vez que os interesses do mercado e da individualidade direcionam-se para outros fenômenos sociais, “*empurrando as mulheres para o mercado de trabalho*”. Dentro da perspectiva demonstrada até aqui, pode-se dizer que o que “empurra” as mulheres para o mercado de trabalho é o aspecto funcional desta força de trabalho.

Costa e oliveira (2004, p. 1) afirmam que essa feminização do emprego não é motivo para comemoração, uma vez que “*uma análise mais profunda sobre essa crescente inserção*

⁴² Em relação ao trabalho intelectual é exemplo característico o “*banco de idéias*”, em que as empresas, através da concessão de pequenos benefícios “compram” idéias dos trabalhadores no sentido de racionalizar as atividades de setores específicos. Assim, os trabalhadores “vendem” às empresas sua potencialidade intelectual para tornar a empresa mais eficiente, mais produtiva. Nesta racionalidade, muitas vezes, o trabalhador descobre alternativas que levam à extinção do próprio cargo.

revela a persistência da desigualdade em relação à condição masculina no que diz respeito às oportunidades, aos rendimentos e à qualidade de emprego". As autoras apresentam uma pesquisa nacional, para o ano de 2001, com a inserção das mulheres no setor industrial, comércio e de serviços. Destacando o setor industrial, tradicional em oferecer as melhores condições aos trabalhadores, demonstram que este não o faz em relação às mulheres, sendo que estas chegam a receber 60% do salário dos homens, nas regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Salvador (Costa e Oliveira, 2004).

Sobre a dupla jornada de trabalho, Lavinias (2001) aponta que as mulheres que preponderam no mercado de trabalho, nas últimas décadas do século XX, são maduras, e, casadas ou não, têm responsabilidades familiares. Numa pesquisa nas regiões metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre e Salvador, Costa e Oliveira (2004) verificaram que as mulheres casadas representam entre 40,5% e 49,0% do total de mulheres alocadas no setor de serviços⁴³ setor nas três regiões analisadas. Considerando que as mulheres são historicamente responsáveis pelos cuidados com a família, pode-se evidenciar que a sua inserção no mercado de trabalho a condicionou a dividir-se em duas jornadas de trabalho, dentro e fora do lar.

Diante da situação enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho, a emancipação vai se dissipando no horizonte capitalista. Porém, parece que se abrem possibilidades de avanço no processo emancipatório quando são abertos postos de trabalho às mulheres no terceiro setor da sociedade, onde elas, pelo histórico na divisão sexual das tarefas – as quais tem ligação com o assistencialismo -, garantem participação (quase que!) absoluta. Como destacado por Saffioti (1979) no primeiro capítulo desta pesquisa, às mulheres foram destinadas às funções de mantenedoras da ordem estabelecida, defensoras dos interesses da família e responsável pelo estreitamento dos laços comunitários. Isto implica, segundo a autora, o encaminhamento das mulheres para setores de atividades pouco atrativos aos homens, ou, ainda, para as atividades que envolvem auxílio ao próximo. Assim, o fato de as atividades do terceiro setor estarem ligadas predominantemente às áreas sociais, leva a forte presença feminina nesse setor. Porém, para configurar a possibilidade da emancipação feminina através do terceiro setor, necessita-se que, no mínimo, as dificuldades encontradas

⁴³ Para um estudo sobre a dupla jornada de trabalho que as mulheres enfrentam no mercado, ler Miranda e Gelinski (2005), onde as autoras pesquisam o impacto do horário livre do comércio na vida e na família das mulheres comerciárias de São José (SC).

pelas mulheres nos outros setores, tanto quantitativa como qualitativamente, sejam superadas. Ou seja, ao exercer as atividades relacionadas ao terceiro setor, as mulheres não deveriam estar sujeitas a aplicação de diferenças salariais, aos postos de trabalho precários e à dupla jornada.

Contudo, tudo indica que essas possibilidades são ilusórias. Como apresentado no capítulo anterior, o terceiro setor é funcional ao sistema capitalista. Sendo assim, é de se esperar que ele reproduza todas as conseqüências negativas, relativas às condições de existência dos trabalhadores, já destacadas nesta pesquisa. Uma constatação que reforça este fato pode ser observada em uma pesquisa realizada na região da grande Florianópolis (SC), para o ano de 2003.

Em pesquisa realizada em 2003, Ramos (2004), aponta a notória predominância das mulheres nessas atividades, sendo estas 75,6% da força de trabalho empregada. Como era de se esperar, em virtude das funções atribuídas ao sexo feminino, as áreas que concentram as mulheres são aquelas ligadas à assistência social, à educação e à saúde. Os homens, em sua pequena participação, aparecem ligados às áreas de lazer e meio ambiente. As instituições estudadas, num total de 10, mostravam a seguinte composição de postos de trabalho: professores e coordenadores técnicos – com ganho de 3 a 5 salários mínimos – e postos de auxiliares administrativos – cozinheira, serviços gerais, jardineiro, assistente de sala, motorista – com remuneração de um salário mínimo apenas. Os professores, geralmente contratados pela rede pública e emprestados às ONGs têm os salários mantidos pela prefeitura. A coordenação técnica só apareceu em duas das entidades pesquisadas, sendo que nas outras, a coordenação é feita diretamente pela presidência que é voluntária, ou seja, sem remuneração. Isso significa que os cargos com valores agregados mais altos não são freqüentes nessas ONGs, ficando a predominância àqueles cujo valor agregado é mais baixo. Quanto à duração da jornada de trabalho, essa acompanha o horário comercial do setor privado, sendo que prevalece o horário de trabalho de oito horas diárias. Porém, algumas mulheres, ou funcionários em geral, dedicam-se além das horas contratadas, uma vez que,

alguns realizam várias atividades fora desse horário, seja em reuniões ou eventos, com a justificativa de que, normalmente, o funcionário de uma organização sem fins lucrativos é identificado com a causa de sua organização e por isso a sua dedicação ao

trabalho é sempre maior do que um funcionário de uma empresa privada”. (Ramos, 2004, p. 31)

Constatações como essa permitem inferir que esta dedicação extra, associada à causa social, leva as mulheres a assumir responsabilidades ainda maiores do que se estivessem empregadas nos outros setores da economia.

A descrição acima é reforçada por Kurz (2005, p. 1), *“mais uma vez são as mulheres que, em projectos sociais auto-administrados e em organizações não governamentais (ONGs), asseguram em mais de 90 por cento dos elementos fundamentais da reprodução social, desde o saneamento básico até à organização do ensino escolar, com a ajuda de organizações estrangeiras de apoio*”. O autor destaca que nas favelas já se fala de uma *"nova sociedade matriarcal"*. Mas Kurz (2005) chama atenção para um problema ainda maior que está ligado a toda essa estrutura de carência que envolve a sociedade civil neste contexto de extrema miséria: o domínio, pelo homens, de uma economia que se reproduz na sombra e se assenta em drogas, armas e prostituição, para a qual utilizam as mulheres como válvulas de escape. Aliás, essa também é a função que Kurz (2005, p. 1, grifos do autor) atribui às mulheres frente ao Estado, *“por seu lado o Estado contenta as ONGs femininas com esmolas e, em contrapartida, enaltece-lhes os valores morais. [...] utilizam as mulheres como ‘escapes’ [...] e atêm-se aos seus serviços sociais voluntários ou miseravelmente remunerados*”. Assim, o autor diz que *“[...] tudo aquilo que Estado e Mercado já não conseguem segurar, volta a ser delegado na parte feminina da sociedade. As mulheres devem assegurar o funcionamento da economia-sombra, na família, na vizinhança e noutros sectores não remunerados, para que se mantenha uma fachada de normalidade social burguesa*” (Kurz, 2005, p. 1).

Identifica-se, nas entrelinhas das citações de do autor, dois fortes elementos que condicionam a mulher ao papel subsidiário na sociedade capitalista: o patriarcado, representado pelo domínio masculino, e a aliança Estado/capital, em que o Estado contribui para a alienação dos trabalhadores (as) de maneira a torná-los funcionais ao sistema.

No sentido de reforçar a hipótese que norteia essa pesquisa, que pode ser expressa na tentativa de desmistificar que a aplicação da força de trabalho feminino no terceiro setor contribui para o processo de emancipação social da mulher, a próxima seção apresentará uma pesquisa realizada em ONGs da região da grande Florianópolis.

4.2 Terceiro setor e trabalho feminino na região da grande Florianópolis: o mito se desfaz na realidade cotidiana

Pelas definições aparentes do terceiro setor e pela identificação social que este apresenta pode-se imaginar que trabalhar nesse setor significa trabalhar num espaço alternativo onde igualdade é pressuposto básico e o trabalho é amplamente valorizado. Porém, um estudo realizado em algumas ONGs na região da grande Florianópolis apontou uma realidade distante desta. A pesquisa feita através da aplicação de questionário à trabalhadoras-remuneradas nestas instituições demonstrou claros resultados de que as atividades ligadas ao terceiro setor não avançam, nem qualitativamente, nem quantitativamente, sobre as atividades dos outros setores da sociedade, em termos da aplicação da força de trabalho feminino, sendo antes de tudo, atividades funcionais ao sistema capitalista. Por esse motivo, dificilmente poderão contribuir no processo de emancipação feminina.

Para reforçar a hipótese de que a aplicação da força de trabalho feminino no terceiro setor da economia confere funcionalidade ao sistema capitalista, desmistificando o terceiro setor como espaço emancipatório feminino, procurou-se levantar alguns dados sobre as mulheres empregadas no terceiro setor. Para tanto, o questionário procurou focar as condições salariais e a jornada de trabalho feminina. Salienta-se que em funções do custo associado a essa pesquisa, não se pôde avançar na questão das diferenças salariais entre a aplicação das forças de trabalho feminina e masculina, sendo este item, por sua relevância no contexto de emancipação feminina, indicado para estudos posteriores. Assim, a interpretação dos resultados procurou buscar elementos que reforcem a argumentação exposta nos capítulos anteriores relacionadas às condições salariais precárias e a dupla jornada que a mulher é submetida nos dois outros setores da sociedade.

Através do contato com as ONGs chegou-se ao número de 22 questionários preenchidos, distribuídos em: 17 trabalhadoras-remuneradas, 01 trabalhadora-voluntária e 04 trabalhadores-remunerados, estes últimos foram considerados a título de algumas comparações. Para os primeiros resultados serão apenas analisadas as situações das 17 trabalhadoras-remuneradas, sendo a mulher voluntária e os homens analisados no final, na ocasião de algumas comparações. Além de apresentar os resultados da pesquisa de campo,

será realizado um paralelo a título de comparações, de acordo com o foco condições salariais e jornada de trabalho, com duas pesquisas já mencionadas na primeira seção deste capítulo, quais sejam, Lavinias (2001) e Leite (2002). Este paralelo tem a função de mostrar o quão próximo está o terceiro setor dos outros setores da economia, ou seja, apresentar que a característica de aplicação da força de trabalho feminina no terceiro setor não foge à regra dos outros setores consolidados na economia capitalista.

Aparentemente, apenas duas questões importariam a essa pesquisa: condições salariais e jornada de trabalho. Porém, um trabalho de pesquisa que fizesse apenas essas duas perguntas estaria limitado em seu contexto. Assim, embora não sendo objeto direto da pesquisa, outras questões foram inseridas para contextualizar a expressão das trabalhadoras-remuneradas no terceiro setor da região da grande Florianópolis, sendo por isso abordados 05 perfis no questionário: 1) perfil pessoal; 2) perfil da formação e atuação profissional, 3) perfil ocupacional, 4) perfil econômico-financeiro; e 5) perfil opinativo. Atendo-se aos resultados, estabelece-se a ordem dos perfis para a exposição do mesmo.

Os resultados do perfil pessoal apontaram que das 17 trabalhadoras-remuneradas entrevistadas, três são solteiras, onze são casadas, uma é separada, uma é divorciada e uma é viúva. Dessas mulheres, 15 estão na faixa etária entre 20 e 40 anos, enquanto que 02 estão acima de 40 anos. Onze trabalhadoras-remuneradas têm filhos, sendo que estes ficam na escola, na creche ou com familiares, enquanto elas trabalham. Em uma das ONGs localizada na parte continental de Florianópolis, duas funcionárias vêm de longe, de bairros como Campeche e Barra da Lagoa, distância que, de ônibus consome mais de duas horas diárias. Uma outra ONG, situada na Ilha de Florianópolis, tem funcionários oriundos do continente, sujeitos a dois ônibus diários.

No perfil da formação e atuação profissional das entrevistadas, a escolaridade distribui-se nos níveis: fundamental incompleto (01), ensino médio incompleto (01), ensino médio completo (02), nível superior incompleto (02), nível superior completo (06), especialização incompleta (02) e especialização completa (03). Entre as profissionais de nível superior, as áreas de formação profissional são: administração, serviço social, educação artística e artes cênicas, biblioteconomia, secretariado executivo, economia e educação. No nível médio, uma das entrevistadas tem curso profissionalizante de cozinheira.

Os motivos que levaram essas mulheres a trabalhar em uma ONG variam desde o estágio, em que uma das mulheres é aluna e ao mesmo tempo estagiária da ONG, até a real possibilidade de emprego, sendo que três mulheres foram atraídas à entidade pela oportunidade de emprego. Indicações de conhecidos e curiosidade sobre a ONG também constaram do rol de motivos, sendo que apenas uma revelou ser “*identificação com a instituição*”.

Sobre o último depoimento acima, que refere-se a identificação com a instituição, existe uma curiosidade detectada em Ramos (2004). A falta de identificação com a instituição, muitas vezes pode passar pelo desconhecimento do que realmente a instituição faz. Ocorre que muitas pessoas desconhecem o terceiro setor, desconhecem as ONGs. Algumas pensam que ONG é somente o Green Peace. Na pesquisa realizada por Ramos (2004) os próprios funcionários das ONGs (9,8%) revelavam que não sabiam que estavam trabalhando em uma “ONG”. Geralmente são atraídos para a entidade pela oportunidade de emprego⁴⁴, não chegam a questionar a finalidade da atividade a ser exercida. Para além do desconhecimento, está a confusão que alguns fazem a cerca do terceiro setor e do setor de serviços. O setor de serviços faz parte da divisão setorial microeconômica, onde as atividades econômicas são agrupadas em três setores: agricultura, indústria e comércio (serviços). O terceiro setor faz parte da divisão dos setores macroeconômicos: público, privado e terceiro setor. Para o caso em questão, ou seja, esta pesquisa realizada em 2005, quando questionados sobre o conhecimento que tinham antes de trabalhar numa ONG, quatro mulheres responderam que possuíam pouco conhecimento, seis revelaram que não tinham conhecimento e sete mulheres conheciam ou já trabalharam em outras entidades filantrópicas.

Conhecendo ou não o setor econômico em que estão inseridas, a impressão que se tem ao entrevistar as mulheres que trabalham no terceiro setor é de que elas idealizam o próprio trabalho, alienadas pelo discurso dominante da solidariedade. Isto pode ser observado nas respostas à questão 2.8 do questionário, que buscou comparações entre as funções que as mulheres desempenham nas ONG com as funções já exercidas em outros setores econômicos, quando exercidas. Os depoimentos revelam que as trabalhadoras-remuneradas consideram que estão melhores, mas, ao mesmo tempo, sentem-se desvalorizadas tanto quanto nos outros

⁴⁴ Ramos (2004) apontou que 45% dos funcionários das ONGs pesquisadas na região da Grande Florianópolis foram atraídos para essas instituições pela oportunidade de emprego e não por escolha pessoal.

setores da economia. Essa contrariedade nos depoimentos pode reforçar a confusão que o discurso dominante da solidariedade causa nas pessoas. Como aponta Montañó (2003), cria-se uma cultura da autculpa pelas mazelas que afetam a população e as pessoas incorporam o dever do bom cidadão sem questionar.

Assim, a desvalorização da aplicação da força de trabalho feminina no terceiro setor parece ser atenuada pelo quesito solidariedade que faz com que a mulher sinta um pouco de conforto frente a sua situação, ou não se sinta à vontade para questionar sua posição, uma vez que poderá significar estar indo de encontro aos princípios humanitários que elevam espiritualmente os cidadãos. Em uma das cenas do filme “Quanto vale ou é por quilo”, dirigido por Sérgio Bianchi, um dos personagens, responsável pelo marketing social de algumas ONGs, diz que “a classe ‘A’ sempre impôs seu padrão de consumo às outras classes e que hoje, a classe média quer ter o luxo de ter princípios”. Em seguida, o mesmo personagem apela para que a população faça a sua parte nas ações de cidadania, relacionando a solidariedade como forma de assegurar os bons princípios. Essa questão é delicada do ponto de vista que a solidariedade pode estar se consolidando em um produto, em mais uma mercadoria da sociedade produtiva capitalista. Ou seja, num exemplo simplista, pode-se imaginar um capitalista cometendo pequenos danos, como por exemplo contra o meio-ambiente, poluindo um lago com os dejetos de sua fábrica de cortes suínos. Mas esse capitalista poderá “comprar” sua imagem de bons princípios ao fazer uma doação ou financiar algum projeto de uma ONG da localidade.

Voltando a questão 2.8 do questionário, das dezessete mulheres entrevistadas, quinze mulheres trabalharam, anteriormente, em outros setores da economia. Uma mulher revelou que trabalhou em vários empregos, os quais considerou “*menos gratificantes*”. Outra entrevistada, que trabalhou em escolas particulares, diz que na ONG “*dá para ter clareza dos direitos, ver as oportunidades e ampliar a área de relacionamentos. Ser pró-ativo e se tornar um participante efetivo da ONG*”. Uma entrevistada que trabalhou no setor administrativo, financeiro e comercial de uma indústria de tecnologia da informação, em indústria de revestimento cerâmico, na área de seguridade diz que “*acredito que tem uma relação diferente, seu objetivo não é unilateral nem tão pouco somente econômico, claro que não se trata de filantropia, mas você trabalha para um bem comum. Visando o social, a comunidade, o meio ambiente*”. Entre as mulheres entrevistadas, uma revelou que “*gosto muito de*

trabalhar aqui nas organizações não-governamentais, são bem mais flexíveis e exercem um tratamento bem mais humano com seus colaboradores”. Em outra entrevista, uma das mulheres respondeu que é muito diferente porque *“a questão espiritual nos rodeia o tempo todo”*. São essas mesmas mulheres que vão responder mais adiante que acham que são pouco valorizadas no emprego na ONG.

Ainda sobre a comparação entre os setores, uma das entrevistadas que já trabalhou no setor público fez a comparação entre os setores e disse que se sente tão desvalorizada no terceiro setor quanto no cargo público que exerceu anteriormente. A essa afirmação soma-se o relato sobre as oportunidades de trabalho, pouco atrativas. Para uma das entrevistadas, as atividades do terceiro setor são *“difíceis e pouco valorizadas, pois ainda é muito forte a idéia do mercado pela busca de lucros financeiros e que o trabalho do terceiro setor consiste em doação pessoal”*. Outra mulher, que trabalhou como professora pública estadual e como assistente social de uma prefeitura diz que os empregos no setor público em relação ao emprego na ONG

são tão desvalorizados quanto, mas acho mais difícil trabalhar em setores públicos, pois as questões políticas partidárias são muito fortes e os tramites para viabilização de atividades e recursos muito mais complicados. Além disso no setor público não havia prioridade para planejamento, trabalhava-se constantemente na resolução de situações emergenciais e não havia tempo para planejamento de programas e projetos que atendessem a necessidade da população.

Percebe-se mais uma vez, no discurso desta entrevistada que o aspecto solidário soma a favor do sistema capitalista, uma vez que, mesmo sendo tão desvalorizada quanto nos outros setores, a mulher mascara para si própria a sua desvalorização profissional, interiorizando o discurso da solidariedade e da possibilidade de estar cumprindo com o *“dever de bom cidadão”*.

Quando questionadas sobre a satisfação de trabalhar no terceiro setor, as opiniões são as seguintes: para uma das mulheres, *“superou minhas expectativas”*; para outra *“estou satisfeita por trabalhar na área humana/trabalho social”*. Uma das entrevistadas, ligada a uma ONG ambiental revela *“estou satisfeita por que tenho aprendido muita coisa, e além de aprender posso contribuir para a sociedade e o meio-ambiente”*. Outras entrevistadas dizem que *“mais ou menos – as dificuldades financeiras é um fator que pesa bastante”* e ainda, *“apesar do trabalho braçal ser puxado, o conhecimento compensa”*. O conhecimento a que se

refere é a interação com os “clientes”⁴⁵ da ONG. Outra entrevistada diz que está bastante satisfeita “*por que ajudar o próximo é um dever*”. São essas mesmas mulheres que vão responder mais adiante que acham que mereciam ser mais valorizadas no seu emprego.

No perfil ocupacional das entrevistadas, as funções remuneradas distribuem-se de acordo com o que segue: estagiária (01), serviços gerais (02), cozinheira (01), funcionária administrativa (04), coordenadora de sala (01), professora (05), assistente social (01) e coordenadora técnica (02). Quanto aos treinamentos relacionados à gestão ou atividades no terceiro setor, os cursos variam entre condução, orientação e mobilidade (na ONG de portadores de deficiência visual). Uma das mulheres participou de um curso sobre a economia do Terceiro setor. A assistente social diz que a graduação em Serviço Social possibilitou conhecer a gestão do terceiro setor, enquanto que uma das mulheres fez curso de manipulação de alimentos. Das dezessete mulheres entrevistadas, dez não fizeram nenhum tipo de treinamento específico para desempenhar suas funções na ONG.

O tempo em que as mulheres entrevistas estão na função é bastante variado: entre 04 meses e 12 anos. O vínculo empregatício da maioria das entrevistadas é CLT. Apenas uma é contratada em estágio, enquanto que outra é prestadora de serviços (terceirizada) e quatro estão à disposição da prefeitura. Quanto ao horário de trabalho, cinco mulheres trabalham 20 horas semanais (as professoras), onze mulheres trabalham em regime de 40 horas semanais, enquanto que uma das entrevistadas trabalha 44 horas semanais, em regime de banco de horas. Essa entrevistada revela uma curiosidade que diz respeito ao discurso empresarial discutido em capítulos anteriores. Quando questionada sobre o horário de trabalho a resposta é “*de 2ª a 6ª feira das 08:30 h. às 12:00 h. e das 13:30 h. às 18:00 h. Aos sábados das 08:30 h. às 12:00 h. Trabalhamos com banco de horas, pois são comuns trabalhos extras nos finais de semana ou à noite*” (grifos nossos). Na linguagem empresarial “banco de horas” é a hora extra que não se reverte em espécie, mas em outras tantas horas de folga, a serem estabelecidas pela empresa.

Como se vê, os mecanismos de produtividade, dominantes na esfera privada mercantil, também estão presentes nesse suposto setor alternativo, em que a forma de contratação segue o ritual do que já existe. Segundo uma entrevistada por Ramos (2004, p. 30), “*como toda*

⁴⁵ A expressão clientes foi adotada por Ramos (2004) pela ausência de um termo específico para definir as pessoas que usufruem os serviços prestados pelas ONGs.

empresa privada, a ONG contrata funcionários pela CLT com carteira assinada e todas as obrigações trabalhistas de uma empresa privada. Os funcionários, desta forma, têm os mesmos direitos de qualquer funcionário de empresa como 13º salário, abono de férias e licenças”.

Todo esse quadro está sendo montado para caracterizar um pouco o universo das trabalhadoras-remuneradas nas ONGs da região da grande Florianópolis. Mas as questões mais relevantes para essa pesquisa são as que dizem respeito a condição salarial e à jornada de trabalho, estas serão abordadas na seqüência. Iniciando pela condição salarial, vale destacar o perfil econômico-financeiro das entrevistadas em cada uma das ONGs pesquisadas. Os resultados destacados são os concernentes às ONGs 1 e 2, que apresentaram o maior número de questionários preenchidos, sendo os resultados apontados individualmente. Salienta-se mais uma vez que os resultados desta pesquisa devem servir apenas para reforçar a hipótese da funcionalidade que a aplicação da força de trabalho feminina no terceiro setor confere ao sistema capitalista, não significando portanto resultados generalizados no tocante à intensidade, nuances, ou características e curiosidades que possam surgir numa amostra maior de ONGs a serem pesquisadas.

Inicia-se com a descrição da ONG1, em que foram aplicados nove questionários. Nesta instituição, o nível salarial das mulheres de ensino médio é de um salário mínimo, das mulheres com nível superior é de 5 a 6 salários mínimos e com especialização é de 3 e 4 salários mínimos. Na ONG2, também foram aplicados nove questionários, revelando que as mulheres com nível fundamental recebem um salário mínimo e as mulheres com nível superior completo recebem dois salários mínimos. Nesta instituição ocorre um fato curioso, enquanto uma mulher com escolaridade em nível de especialização recebe 1 ½ salários mínimos, outra, também com especialização, recebe quatro salários mínimos. Embora a primeira trabalhe 20 horas semanais e a segunda 40 horas semanais, na proporção renda/horas trabalhadas a diferença é de R\$ 7,50 por hora. Dos resultados acima pode-se ressaltar dois aspectos: 1) a diferença salarial das mulheres com nível superior e especialização de uma ONG para outra; 2) a diferença salarial entre as mulheres com nível de especialização na ONG2.

Uma possível explicação ao aspecto 1 é o fator “fonte de recursos” que faz com que uma entidade possa manter melhores salários aos seus funcionários. Em relação ao aspecto 2,

um fator explicativo pode ser as funções destinadas às trabalhadoras-remuneradas na ONG2. Por exemplo, a trabalhadora-remunerada especialista que recebe 1 e ½ salário mínimos é professora e atribui a sua baixa remuneração ao fato de que “o profissional da educação não é reconhecido”. A outra funcionária, com nível de especialização, trabalha como coordenadora técnica da instituição e recebe quatro salários mínimos. Embora haja uma distância considerável entre as duas remunerações, considerando o mesmo nível de escolaridade, esta última considera que seu salário está abaixo do salário de mercado, o que imprime ainda mais precariedade à situação da primeira.

Uma explicação para o caso da baixa remuneração às mulheres com escolaridade em nível de especialização, pode estar contida nas palavras de uma dirigente de entidade: “*o que acontece é que normalmente as ONG's trabalham com poucos recursos financeiros o que faz com que seus funcionários recebam salários normalmente menores do que os de mercado para as mesmas funções*” (Ramos, 2004, p. 26). Imagina-se, assim, que um setor precário vai reproduzir empregos precários: “*funcionários (21,5%) confessaram que esperam uma oportunidade nos outros setores devido às garantias e a remuneração serem maiores*” (Ramos, 2004, p. 34). A autora aponta que “*profissionais qualificados encontram uma alternativa ao desemprego dentro do terceiro setor, mas que em função dos baixos salários oferecidos, isto não se caracteriza em uma opção. Ou seja, estes profissionais estariam dispostos a deixar o setor se encontrarem um emprego melhor remunerado nos outros setores*” (Ramos, 2004, p. 34). De qualquer forma, a condição de desemprego das mulheres, e não somente delas, mas também de seus companheiros, as sujeitam a trabalhar em situações tão precárias de remuneração. Essas duas questões merecem um aprofundamento em estudos posteriores.

Neste ponto, pode-se fazer um paralelo com os outros setores da economia, com relação a rendas auferidas de acordo com a escolaridade, com o qual se pretende reforçar o entendimento de que o terceiro setor não foge às regras capitalistas na aplicação da força de trabalho feminina. Lavinias (2001) apresenta um gráfico para renda média mensal padronizada das mulheres por grau de escolaridade no Brasil Metropolitano, em que se percebe uma distância significativa de aproximadamente oito salários mínimos entre as mulheres que tem nível fundamental e as que têm nível superior (um salário mínimo para as mulheres de nível fundamental contra aproximadamente nove salários mínimos para as mulheres com nível

superior de ensino). Construindo o paralelo, pode-se referenciar o caso das trabalhadoras-remuneradas nas ONGs da região da grande Florianópolis, em que os salários estão muito próximos se considerada a distância da escolaridade entre as mulheres.

Nas ONGs 1 e 2, a média da renda mensal das mulheres com nível fundamental é de um salário mínimo, enquanto que a média das mulheres com nível superior é de 3 e ½ salários mínimos. A situação apresenta-se um pouco mais precária quanto às mulheres com especialização, pois estas apresentam renda média de três salários mínimos. Assim, entre o menor e o maior nível de escolaridade a diferença salarial está em torno de aproximadamente 2 e ½ salários mínimos. Para o caso destas ONGs, a aplicação da força de trabalho feminino apresenta-se ainda mais precário que os outros setores da sociedade.

Além do salário, alguns benefícios são concedidos às trabalhadoras-remuneradas, tais como vale-transporte e vale-alimentação. As mulheres do nível médio recebem o vale-transporte e tem a possibilidade de alimentar-se na própria ONG. Entre as oito mulheres de nível superior, seis recebem vale-transporte e entre as cinco mulheres com nível de especialização, uma recebe vale alimentação. Quatorze das mulheres entrevistadas contam apenas com a renda do emprego na ONG. Três mulheres apresentaram outras rendas oriundas de aluguéis de imóveis e do trabalho como cabeleireira. A renda aproximada das famílias em que a mulher tem nível médio é de dois a quatro salários mínimos. Entre as mulheres com grau superior e especialização, a renda varia de dois a sete salários mínimos, podendo ser inclusive maior que este último. Sobre o significado do salário para a renda da família como um todo, quatorze mulheres respondem que contribuem com a metade do orçamento doméstico, duas contribuem sozinhas e uma diz que seu salário não é expressivo para a renda familiar. Quando questionadas sobre a satisfação com a renda, apenas duas das entrevistadas responderam positivamente: a coordenadora de sala, graduada e com seis salários mínimos, respondeu que está satisfeita com a renda, e uma das professoras disse que o salário está compatível com o mercado. Enquanto que as outras quinze mulheres responderam que não estão satisfeitas.

Os porquês dessa insatisfação podem ser conferidos nos depoimentos das entrevistadas: as trabalhadoras-remuneradas de nível médio justificam que a renda é pouca em função do esforço realizado, por que além das atividades contratadas *“elas têm que dar apoio aos clientes da ONG”*; entre as trabalhadoras-remuneradas de nível de especialização, uma revelou que *“tenho certeza da minha dedicação profissional e gosto muito do que faço, mas*

me sinto insatisfeita com a remuneração. Em relação ao que trabalho e me dedico o meu salário é muito baixo". Num dos depoimentos tem-se que, *"trabalhar com a área humana é gratificante, mas também é desgastante, pois você tem seu horário fixo, mas seu comprometimento vai além dos horários fixos"*. Outra entrevistada diz que a insatisfação é pelo nível de escolaridade quando contrastados com os esforços realizados. Algumas argumentam que *"o salário está defasado"* ou que precisam *"ganhar mais para ajudar nas despesas"*. Uma das entrevistadas considera que a sua função não exige a aplicação de todo o seu conhecimento e treinamento, e que isso se reflete no baixo salário que recebe. Esta mesma trabalhadora-remunerada afirma que gostaria que seus conhecimentos *"fossem mais aproveitados pela instituição"*, pois considera que contribuindo mais, sua força de trabalho seria valorizada e o salário poderia ser compatível com seu nível de escolaridade. Já outra trabalhadora-remunerada argüi que o seu salário *"está abaixo de mercado"*.

Estas seriam algumas das constatações referentes às condições salariais das trabalhadoras-remuneradas no terceiro setor da economia. Pelo paralelo com a aplicação da força de trabalho feminina nos outros setores da sociedade pode-se perceber que as condições são pouco diferenciadas, podendo, em certos casos, apresentar maior precariedade. Parte-se, então para o segundo foco do questionário aplicado: a jornada de trabalho feminina no terceiro setor.

Com relação à dupla jornada, a comparação do terceiro setor com ou outros setores da economia também não evolui. Todas as trabalhadoras-remuneradas entrevistadas nessa pesquisa revelam a dupla jornada de trabalho. Nos outros setores, segundo uma pesquisa de Olinto e Oliveira (2004) mais de 60% das mulheres casadas estão em empregos com 40 (ou mais) horas semanais. Na comparação com a pesquisa nas ONGs, das 11 mulheres casadas 06 estão nessa faixa de horas trabalhadas na semana, o que representa aproximadamente 54% das entrevistadas. Esses resultados próximos, mesmo considerando uma amostra relativamente pequena de trabalhadoras-remuneradas entrevistadas, apontam que a jornada de trabalho está presente no terceiro setor.

As trabalhadoras-remuneradas apresentaram assim, em média 3 horas diárias para a realização das tarefas domésticas, sendo que uma refere-se ao sábado todo. Uma das entrevistadas trabalha como cabeleireira nas horas em que está em casa. Geralmente, nas atividades domésticas, as mulheres recebem alguma ajuda dos familiares. Com relação à

importância que essas mulheres atribuem ao trabalho fora de seus lares, uma entrevistada expressa o depoimento que segue: *“a vida profissional é necessária para o meu desenvolvimento humano, para a minha auto-estima, para que eu possa ser valorizada pela sociedade e exercer aquilo que tenho aptidão e me preparei para fazer”*. Percebe-se, pelo relato, quando a entrevistada diz *“para que eu possa ser valorizada pela sociedade”*, o peso da discriminação que a mulher carrega em seus ombros. A valorização do trabalho tornou-se tão atrelada a questões mercadológicas, que a mulher prefere ser reconhecida pelo trabalho fora de casa, não questionando o mérito que seu trabalho realizado dentro da esfera doméstica representa ao sistema capitalista de produção.

Em relação à jornada de trabalho, pode-se fazer uma comparação considerando a razão da escolaridade e a dupla jornada de trabalho. Lavinias (2001) aponta que o número médio de horas trabalhadas cresceu na década de 1990 e em particular nas atividades de maior nível de escolaridade, sendo ainda, as mulheres de menor instrução, as que realizam a jornada mais longa. Comparando com as trabalhadoras-remuneradas abordadas nesta pesquisa, as mulheres com maior escolaridade apresentaram, em mais de 50% dos casos, a jornada de trabalho igual ou superior (uma das mulheres que tem especialização trabalha com banco de horas) às mulheres que tem o nível fundamental. Este é mais um aspecto que reforça a precariedade dos postos de trabalhos gerados pelo terceiro setor da economia.

Ainda falta aludir de como essas mulheres se sentem em relação ao trabalho na ONG e em casa. Três, das dezessete entrevistadas respondem que é muito cansativo, *“fico cansada pois conciliar trabalho, casa é um processo administrativo que absorve tempo, paciência e dedicação”*, enquanto que quatro delas acha que vale a pena o sacrifício, pois, como uma delas afirma *“trabalhar com a realidade de uma comunidade influencia sua vida em casa, pois são muitos os ensinamentos apreendidos no dia-a-dia”*. Uma das entrevistada respondeu que *“ambos (os trabalhos) são de troca e ao mesmo tempo para pessoas especiais”*. Nas entrelinhas dos últimos dois depoimentos, ou no subconsciente dessas mulheres, aparece mais uma vez o discurso dominante da “solidariedade”, agora justificando a dupla jornada de trabalho.

Assim, da análise permitida pelos dados colhidos nas entrevistas às trabalhadoras-remuneradas do terceiro setor na região da grande Florianópolis, as condições salariais e jornada de trabalho não apresentaram evolução, ou elementos que permitam transformação

social no tocante às mulheres, quanto contrastadas com o que ocorre nos outros setores da economia. Quando muito, apresentaram-se mais precárias. Com isso, reforça-se a idéia de que a aplicação da força de trabalho feminina no terceiro setor não contribuirá no processo de emancipação, posto que é funcional ao sistema capitalista. Mas antes de finalizar, o questionário ainda abordou um quinto perfil, para colher opiniões das trabalhadoras-remuneradas nas ONGs pesquisadas.

Quanto ao perfil opinativo, duas foram as questões abordadas: a que você atribui a grande quantidade de mulheres trabalhando no terceiro setor e o que significa o trabalho fora de casa para você. Na primeira questão, as opiniões se alocaram em itens como flexibilidade de horários, disponibilidade de tempo, conquista do espaço feminino e como não poderia deixar de ser, *“ao histórico”, “coragem e virtudes”, “as mulheres tem mais paciência, tem o lado maternal. Ajuda nessas circunstâncias”, “a mulher tem mais calma para trabalhar com os deficientes. A mulher tem mais jeito para os serviços da cozinha, da limpeza”*. Um dos depoimentos traz que *“devido a ainda estar caracterizada como atividade voltada a dedicação pessoal e não como fonte de renda. Acho que isso é muito contraditório com a realidade da sociedade atual, onde as mulheres são chefes de famílias, governantes, profissionais, mães, esposas, etc., ou seja, exercem papéis extremamente significativos na sociedade, o que torna a remuneração menor em relação aos homens ainda mais injusta”*.

Em outro depoimento, uma das mulheres diz que é em função da sua *“competência e habilidade em lidar com a diversidade”*. Uma das mulheres escreve que *“a grande dedicação que a mulher tem e também a força e garra de dar conta de tudo o que assume”*. Outra entrevistada diz que *“atribuo ao fato do trabalho ser voltado à crianças, no cuidado com higiene, alimentação – tarefa não peculiar ao público masculino”*. Em outro caso, uma das mulheres responde que atribui *“à necessidade de trabalhar; por ser o terceiro setor que ‘abriga’ mais o sexo feminino”* (grifos da entrevistada). Oportunidade de emprego foi um item também citado nas opiniões. Para completar, uma das entrevistadas tocou no ponto desta pesquisa *“falta de opção de trabalho, emancipação”* (grifos nossos).

Sobre o significado do trabalho fora de casa, as opiniões foram em tom pessoal: *“importante para o meu amadurecimento como pessoa”, “realização profissional e pessoal todos buscamos, e acredito que o trabalho fora de casa nos possibilita alcançar isto. Além da atualização, conhecer pessoas, reciclar o conhecimento”* e *“visão de mundo”*. Mas também

em tom financeiro, com a questão econômica presente nas respostas de quatro das entrevistadas: *“dinheiro e experiência profissional”, “ajuda financeira”, “necessidade”, “complemento para a vida e para o sustento da família”*. Entre os depoimentos, mais um desabafo: *“É bom. Até os quinze anos eu pirei. Vivía vegetando, com a cabeça sem nada. Cultura mínima. Não fazia nada, o trabalho me ajudou na socialização”*.

Uma das entrevistadas disse que nunca parou para analisar porque tem tantas mulheres no terceiro setor, disse que não dá tempo. Sobre trabalhar fora de casa ela revelou que *“tem dias que gostaria de ficar em casa. Não tenho tempo pra pensar em mim, nem pra arrumar meus pés pra ir à missa. Meus pés precisam de faxina”*.

Ramos (2004) afirma que com predominância de ocupações precarizadas e remunerações entre 1 e 2 salários mínimos, o terceiro setor, em comparação com os outros setores já tradicionais na sociedade, não apresenta grandes diferenças. Ao encontro dessa afirmação, a caracterização do cenário cotidiano das mulheres nas ONGs da região da grande Florianópolis apresentou fortes elementos, com relação às condições salariais precárias e à dupla jornada de trabalho, que apontam para a funcionalidade da aplicação da força de trabalho feminina no terceiro setor da economia. Resta ainda fazer uma análise dos questionários preenchidos voluntariamente pela trabalhadora-voluntária e pelos trabalhadores-remunerados das instituições pesquisadas.

A trabalhadora-voluntária que participou da pesquisa tem entre 20 e 40 anos e é solteira. Quanto à escolaridade, está cursando o nível superior incompleto, sem revelar a área de formação. Trabalha vinte horas semanais, em regime de estágio: *“estou trabalhando com o que gosto e o mais importante, na área que estou fazendo a minha faculdade”*. Dois aspectos são interessantes nesta entrevista: o primeiro é que agora o trabalho voluntário aparece como um estágio, e o segundo é a tendência de que as mulheres canalizem suas potencialidades para o trabalho no terceiro setor. Quanto ao primeiro, observa-se que vai mudando a mentalidade do voluntário, ou seja, aquele que se dedica às causas sociais por disponibilizar de tempo e condições financeiras para tal empreendimento. Agora, o “voluntário” faz um “estágio” visando se efetivar na ONG como trabalhador-remunerado. No segundo aspecto, é importante ressaltar que o entusiasmo de se profissionalizar para trabalhar em entidades do terceiro setor poderá ser frustrado frente aos ganhos em termos salariais, em que em muitos casos, não acompanham nem mesmo os salários dos outros setores da economia.

Dos quatro homens que responderam ao questionário, três encontram-se entre 20 e 40 anos e um até 20 anos. Dois são solteiros e dois são casados. As outras questões que são relevantes às comparações dizem respeito com a escolaridade, a ocupação na ONG, o salário, e a jornada de trabalho. Com relação a esses itens foi levantado o que segue: dois trabalhadores-remunerados são de nível médio, sendo que um trabalha como garçom e outro como porteiro, recebendo um salário mínimo cada. Um outro tem nível fundamental, trabalha em serviços gerais, também recebendo um salário mínimo, e ainda, um trabalhador-remunerado tem nível superior incompleto em design gráfico, e trabalha nas atividades administrativas, recebendo dois salários mínimos. O funcionário das atividades administrativas tem jornada de trabalho de 44 horas semanais, ou outros três trabalham 40 horas semanais. Ou seja, o funcionário que cursa o nível superior trabalha quatro horas a mais semanalmente que os funcionários de nível fundamental e médio, sendo que a distância entre seus salário situa-se em um salário mínimo.

Três dos homens entrevistados colaboram com as atividades domésticas, o que caracteriza a dupla jornada de trabalho também para eles. Um deles revela que trabalha o sábado e domingo inteiro nas tarefas domésticas *“enquanto a mulher cuida da casa, das roupas e da comida, eu faço os pequenos reparos na construção, no pátio, corto grama, ajeito a fiação, faço pintura da casa, essas coisas de homem”*. Três deles ainda fazem outra jornada, caracterizada por eles como *“bico”*. Assim, um trabalha como garçom, outro como pedreiro/jardineiro e outro como *web designer*/músico.

Do quadro das entrevistas masculinas, percebe-se que também os homens realizam atividades precárias na aplicação da força de trabalho no terceiro setor, sendo também expostos à jornada dupla de trabalho. Essa constatação reforça a argumentação de Saffioti e Mézáros de que o sistema capitalista discrimina tanto os homens quanto as mulheres, cada um com uma intensidade ou de acordo com os interesses do capital.

Pelo exposto consegue-se perceber que a maior participação da mulher nas atividades do terceiro setor não provocou nenhuma transformação nas condições de aplicabilidade da força de trabalho feminina. Os dados disponíveis indicam que essas atividades são de baixos salários, precárias, instáveis. Acabam assim reproduzindo condições existentes nos outros setores econômicos. Isso sugere que o terceiro setor não contribuirá no processo de emancipação feminina.

Antes de finalizar, cabe destacar que em Benoit (2005, p. 4) encontra-se a máxima de que a opressão sexista une as mulheres e a sociedade de classes as divide, mas que há uma base sobre a qual é possível unificar a lutas das mulheres: “todas as mulheres são oprimidas enquanto mulheres (sic) pelo capitalismo”. Como esse pensamento indica, as mulheres precisam encontrar uma solução para além do sistema capitalista para enfim avançar no seu processo de emancipação social.

CAPÍTULO VI

CONCLUSÕES

6.1 Considerações finais

A luta das mulheres pela emancipação em relação ao sistema de dominação patriarcal passa, necessariamente, pela emancipação econômica, o que condicionou as mulheres à inserção no mercado de trabalho. Porém, neste mercado, a aplicação da força de trabalho feminina está sujeita a condições salariais precárias e dupla jornada de trabalho. Surge uma esperança para vencer essas adversidades com a criação de postos de trabalhos no terceiro setor da economia, preponderante na aplicação da força de trabalho feminina.

Para configurar a possibilidade da emancipação feminina através do terceiro setor, necessita-se que, no mínimo, as dificuldades encontradas pelas mulheres nos outros setores, tanto quantitativa como qualitativamente, sejam superadas. Ou seja, ao exercer as atividades relacionadas ao terceiro setor, as mulheres não deveriam estar sujeitas à aplicação de diferenças salariais, à distribuição discriminada de postos de trabalho e à dupla jornada. Porém, considerando o aspecto funcional que o terceiro setor apresenta ao sistema capitalista, pode-se esperar que o setor reproduza as mesmas condições de aplicação da força de trabalho feminina, minando o projeto de emancipação social da mulher que dele participa.

Partindo da explanação da reestruturação capitalista, imposta pela crise que afetou o sistema capitalista em suas bases, procurou-se desmistificar o terceiro setor como possibilidade de emancipação das mulheres que nele atuam. Explorando os produtos diretos da reestruturação, dos quais destaca-se a redução dos postos de trabalho e a precarização da força de trabalho, pode-se verificar um patamar que fica nas entrelinhas dessa reestruturação, os seus subprodutos, os quais aparecem com grande ênfase na literatura e na prática: a expansão das atividades do terceiro setor e a contratação massiva de mulheres no mercado de trabalho.

Como subprodutos, são funcionais ao sistema capitalista e essa ligação implica que, de uma ou outra forma, acabam reproduzindo as peculiaridades pertinentes ao capitalismo.

Assim, observando numa ótica em separado, a expansão das atividades do chamado terceiro setor são funcionais ao sistema uma vez que preenchem uma lacuna deixada pelo Estado do Bem Estar Social, fazendo assistência àqueles excluídos da esfera de produção capitalista. Por sua vez, a inserção massiva das mulheres no mercado de trabalho é funcional, uma vez que suas qualificações alternativas tornam-nas passíveis de ser utilizadas pela era da produção flexível. Mas pode-se aliar os dois subprodutos, o que os torna ainda mais funcionais ao sistema: as mulheres no terceiro setor.

Essa maior funcionalidade pode ser percebida com evidência nos resultados da pesquisa de campo em ONGs da região da grande Florianópolis, em que participaram dezessete trabalhadoras-remuneradas. Os resultados mais relevantes são os concernentes às condições salariais e jornada de trabalho.

Quanto às condições salariais das trabalhadoras-remuneradas nas ONGs pesquisadas, os resultados apontaram condições precárias, com salários baixos quando comparados os níveis de escolaridade. Nas ONGs 1 e 2, a média da renda mensal das mulheres com nível fundamental é de um salário mínimo, enquanto que a média das mulheres com nível superior é de 3 e $\frac{1}{2}$ salários mínimos. A situação apresenta-se um pouco mais precária quanto às mulheres com especialização, pois estas apresentam renda média de três salários mínimos. Assim, entre o menor e o maior nível de escolaridade a diferença salarial está em torno de aproximadamente 2 e $\frac{1}{2}$ salários mínimos, enquanto que nos outros setores é de aproximadamente sete salários mínimos. Para o caso destas ONGs, a aplicação da força de trabalho feminino apresenta-se ainda mais precário que os outros setores da sociedade.

Com relação à dupla jornada, a comparação do terceiro setor com ou outros setores da economia também não evolui. Todas as trabalhadoras-remuneradas entrevistadas nessa pesquisa revelam a dupla jornada de trabalho. Nos outros setores mais de 60% das mulheres casadas estão em empregos com 40 (ou mais) horas semanais, nas ONGs pesquisadas, verificou-se que das 11 mulheres casadas, 06 estão nessa faixa de horas trabalhadas na semana, o que representa aproximadamente 54% das entrevistadas. Esses resultados próximos, mesmo considerando uma amostra relativamente pequena de trabalhadoras-remuneradas entrevistadas, apontam que a jornada de trabalho está presente no terceiro setor.

A comparação das condições salariais e da jornada de trabalho entre os setores tradicionais da economia e o terceiro setor, permitiu reforçar a hipótese deste trabalho, pois

verificou que o terceiro setor reproduz as mesmas condições de aplicação da força de trabalho feminina que os outros setores da economia no tocante à condições salariais precárias e à dupla jornada de trabalho.

Ledo engano imaginar que a emancipação feminina possa se efetivar através do emprego de sua força de trabalho no chamado terceiro setor. Isso porque, como exposto, quer os analise separadamente, quer os analise em conjunto, tanto a expansão da utilização da força de trabalho da mulher quanto o crescimento do terceiro setor são mecanismos intrínsecos ao sistema capitalista. Assim, a possibilidade de emancipação feminina através do emprego de sua força de trabalho em atividades ligadas ao chamado terceiro setor acaba por se desmanchar no ar.

6.2 Para uma agenda de pesquisa sócio-econômica futura

Os temas centrais abordados nesta pesquisa - o terceiro setor da economia e as mulheres no mercado de trabalho – poderão ser explorados em diversos outros estudos, quer juntos, quer separados.

Estudar o terceiro setor é instigante ao pesquisador, uma vez que, o fato de ser um setor emergente na sociedade, desvendar seu funcionamento, suas finalidades e sua funcionalidade torna-se um desafio. A cada nova informação que se obtém formula-se novos questionamentos que determinam novas pesquisas. No percurso desta pesquisa algumas curiosidades surgiram e não puderam ser contempladas, como por exemplo: as parcerias feitas com o governo não descaracterizam as organizações ditas não governamentais? As parcerias com as empresas privadas poderão descaracterizar o caráter sem fins lucrativo dessas instituições? As ONGs são parceiras baratas para as prefeituras e para as empresas privada? Essa última pergunta implica no termo “economia”. Ou seja, as ONGs podem representar economia para o setor público e para o setor privado através da prestação de seus serviços. Questões como estas podem ser objeto de trabalhos futuros.

Além dessa perguntas, tem muito campo para avançar nas pesquisas do terceiro setor, como por exemplo: a) delimitar melhor o conceito de terceiro setor; b) definir melhor as organizações que o compõem; c) pesquisar a gestão e as estratégias de marketing dessas organizações e a implicação nos lucros das empresas que as financiam, e ainda, d) investigar o

comportamento das ONGs antes e depois de parcerias, quer com o setor público, quer com o setor privado.

No tocante às mulheres no mercado de trabalho, pode-se fazer uma abordagem sobre a discriminação salarial em função do gênero para a região da grande Florianópolis, uma vez que as pesquisas realizadas geralmente estão associadas às regiões metropolitanas de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador e Porto alegre.

Quanto às mulheres no terceiro setor da economia, tendo em vista que o setor está atraindo também a força de trabalho masculina, seria interessante uma pesquisa que verifique se haverá diferença salarial para as mulheres e homens empregados nas mesmas atividades. Ainda, uma pesquisa sobre o papel das ONGs feministas e o avanço na emancipação social feminina.

Referências

ABBEG, Claides. Como fazer levantamentos de dados. In: BÊRNI, Duílio de Ávila (org). **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ALVES, Rogério Alvim. **Discriminação no trabalho**. Disponível em: <http://www.brazilnewspaper.ca/edicoes/2005_03/capa.htm>. Acesso em 18 out. 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão desenvolvimento**. 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

BABONES, Salvatore J..The country- level income structure of the world economy. Journal of world-systems research, XI, I, july, 2005, 29-55.

BENOIT, Lelita Oliveira. Feminismo, gênero e revolução. Campinas, **Revista Crítica Marxista**, n. 11, 2000, Disponível em www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista., Acesso em 14.out. 2005.

BERNARDO, João. Economia dos conflitos sociais. São Paulo: Cortez, 1991.

BLAU, Francine D. & KAHN, Lawrence M. Gender Differences in Pay. Journal of economic perspectives. Vol. 14, n. 4. Fall 2000. Pages 75-99.

BRAUDEL, Fernand. **Civilização material, economia e capitalismo: seculos XV-XVIII**. São Paulo: Martins Fontes, 1995-96. (2a.tiragem 1997)

BRAUDEL, Fernand, 1902-1985. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Filipe II**. [Lisboa]: Martins Fontes, c1966- v.

BREDARIOLLI, Claudia e STEFANO, Fabiane. **O novo mapa do emprego: candidatos prometem criar 10 milhões de vagas, mas erram no foco das propostas**. **Revista Isto É**, 21.08.02.

BRENNER, Robert. A crise emergente do capitalismo mundial: do neoliberalismo à depressão?. In: **Outubro**, nº 3. São Paulo: Xamã, 1999.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de Mutação**. São Paulo: cultrix, 1982.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1997.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 2002.

CHAVES, André Luiz Leite. Estimativa da discriminação salarial, por gênero, para os trabalhadores assalariados da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre, **Revista Mulher e Trabalho**, 2002, volume 2, disponível em www.fee.org.br. Acesso em 18.10.2005.

CHAVEZ, Cynthia. **O que é terceiro setor?** Disponível em <http://www.3sector.com.br>. Acesso em 10 maio 2005.

COMO definir os grupos sociais organizados?. **Aids e sustentabilidade**. Disponível em <http://www.aids.gov.br/final/biblioteca/sustenta/introd.htm>. Acesso em 15 mar. 2003.

CORTAZZO, Inês e SCHETTINI, Patrícia. Uma pesquisa, na Argentina, sobre um velho fenômeno: a inclusão da mulher no mercado de trabalho. In: _____. Porto Alegre, **Revista Mulher e Trabalho**, 2004, volume 4. Disponível em: <http://www.fee.org.br>. Acesso em 18 de out. 2005.

CORTES, Soraya M. Vargas. Como fazer análise qualitativa de dados. In: BÊRNI, Duílio de Ávila (org). **Técnicas de pesquisa em economia**. São Paulo: Saraiva, 2002.

COSTA, Patrícia Lino e OLIVEIRA, Sirlei Márcia de. A inserção da mulher nos setores de atividade econômica dos mercados de trabalho metropolitanos: reafirmando as desigualdades. Porto Alegre, **Revista Mulher e Trabalho**, 2005, volume 5, disponível em: <http://www.fee.org.br>. Acesso em 20 de out. 2005.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Tempo, Trabalho e Gênero. In: COSTA, Ana Alice et al. (org). **Reconfiguração das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2004.

EMPREGO no terceiro setor: uma visão do Brasil e do mundo. **Carreira & Sucesso**, Florianópolis, 08.10.2001. Disponível em www.catho.com.br/jcs/inputerview, acesso em 13 de maio de 2002.

FARINA, Erik. Dá para recuperar. Revista Amanhã, Florianópolis, v.10, n. 210, p. 34, maio 2005.

FERNANDES, Rubem Cesar. **Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumara, 1994.

FERNANDES, Rubem César. Elos de uma cidadania planetária. **Revistas de Ciências Sociais**. São Paulo, n. 28, ano 10, 1995.

FONTES, Miguel. **Marketing social : novos paradigmas do mercado social**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

FREIRE, Mário José Correia. Gestão com responsabilidade social: a experiência brasileira e as perspectivas surgidas a partir do governo Lula. **Revista Brasileira de Administração**. Ano XIV, nº 46, setembro 2004.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. **Mulheres no mercado de trabalho**: grandes números. Disponível em: http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html Acesso em: 18 out. 2005.

GALEAZZI, Irene M. S. et.alli. Mulheres trabalhadoras: 10 anos de mudanças no mercado de trabalho atenuam desigualdades. Porto Alegre, **Revista Mulher e Trabalho**, 2003, volume 3, disponível em www.fee.org.br. Acesso em 18 out 2005.

GELINSKI, Carmen R. Ortiz G. **Emprego feminino em Santa Catarina**: algumas evidências. Florianópolis, UFSC, 2005. (Pesquisa em andamento).

GELINSKI, Carmen R.O. e ARIENTI, Patrícia F. F. **Setor informal e terceiro setor**: de estratégias de sobrevivência a novas modalidades de trabalho. In: 1er. Colóquio sobre las transformaciones territoriales. Santa Fé. Anais... Associação de Universidades Grupo Montevideo, 14 a 16 de outubro de 1998, p. 7-15.

GELINSKI, Carmen R.O. e PEREIRA, R. S. Mulher e trabalho não remunerado. Porto Alegre, **Revista Mulher e Trabalho**, 2005, volume 5, disponível em: <http://www.fee.org.br>. Acesso em 18.10. 2005.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Loyola, 1996.

HOBBSBAWM, Eric J. Era dos extremos: o breve século vinte: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOFFMAN, D e LEONE, E. T. **Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil**: 1981-2002. Disponível em <http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/sumarios/v14n2/140202.pdf>. Acesso em 10 out 2005.

HOFFMANN, Helga. **Desemprego e subemprego no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Ática, 1980. (Ensaio, 24)

IMPORTÂNCIA do setor público na geração de empregos. Disponível na internet: www.observatorio.sp.gov.br, Acesso em 18.01.2004.

KURZ, Robert. **As Mulheres dos Escombros da Crise**. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/>. Acesso em 15 mar 2005.

_____. **Os últimos combates**. 5. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

LAVINAS, Lena. **Empregabilidade no Brasil**: inflexões de gênero e diferenciais femininos. Brasília: IPEA, 2001. (Texto para discussão nº 826).

LECHAT, Noelle Marie Paule. **As raízes da economia solidária e seu aparecimento no Brasil**. 2002. Disponível na internet <http://www.ecosol.org.br/textos/noelle.doc>. Acesso em 18 nov. 2002.

MARGLIN, S. & SCHOR, J. *The golden age of capitalism*. Oxford: 1990.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica: Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005.

MATTOS, Raquel Silvério ; MACHADO, A. F. **Diferencial de rendimento por cor e sexo no Brasil (1987-2001)**. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET, 2005, Recife, 2005.

MATTOSO, Jorge. **Redução do emprego público: até quando?** Disponível em www.observatorio.sp.gov.br, Acesso em 22.01.2004.

MELO, Hildete Pereira de, et al. **O setor de serviços no Brasil: uma visão global**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2002.

MIRANDA, Rosemar; GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G.; Horário livre do comércio no município de São José (SC): impacto na vida e na família das mulheres comerciantes. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO**, 9. Recife, 2005. Anais... Recife, ABET, 2005. CD-Rom. Disponível em: <http://users.hotlink.com.br/reamaral/abet/comite06-04.pdf>. Acesso em 14 de dez. 2005.

MONTAÑO, Carlos. **A questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças**. Disponível em [www. Org.Br](http://www.Org.Br). Acesso em 14 out 2005.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da crise e seguridade social. Um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90**. São Paulo: Cortez, 1995.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho: entre a emancipação e a precarização**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004

OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

OLINTO, Gilda, OLIVEIRA, Zuleica Lopes Cavalcanti de. A inserção no trabalho segundo a condição na família: dados da PNAD 2001 para o Brasil urbano. Porto Alegre, **Revista Mulher e Trabalho**, 2004, volume 4, disponível em www.fee.org.br, Acesso em 18.10. 2005.

OLIVEIRA, Anna Cynthia. **O terceiro setor no Brasil**: uma agenda para o debate de reformas legais que o fortaleçam. Rio de Janeiro: Comunidade Solidária, 1997^a.

PAIVA, Esdras. **Veja**, São Paulo: Editora Abril, 25 nov 1998, p. 50-53.

POCHMANN, Márcio. Emprego e custo do trabalho feminino no Brasil no final do século XX. In: ABRAMO, Laís (Ed.). **Questionando um mito**: custos do trabalho. Brasília: OIT, 2005.

RAMOS, Ivoneti da Silva. **Terceiro setor como alternativa de emprego para mão-de-obra qualificada**: um estudo de caso em organizações não-governamentais em Florianópolis. Monografia. UFSC, 2004.

_____. **Relação Estado-capital**: análise espaço-temporal de uma aparente simbiose. (Pesquisa em andamento, 2005).

RAMOS, Ivoneti da Silva e GELINSKI, Carmen R. O G. **Ongs e Estado atuando na provisão de bens públicos**: pode o contribuinte estar sendo duplamente tributado? Atualidade Econômica. Boletim do departamento de Ciências econômicas. UFSC, jul/dez 2003.

RAMOS, Ivoneti da Silva e OURIQUES, Helton Ricardo. **Trabalho feminino no terceiro setor**: o mito da emancipação. Florianópolis, texto enviado ao Encontro Nacional de Economia Política em jan/2006.

RAMOS, Lauro e REIS, José Guilherme Almeida. **Emprego no Brasil nos anos 90**. In: A economia Brasileira em Perspectiva 1998. Vol. 2, cap. 12. Rio de Janeiro: IPEA, 1998.

RICUPERO, Rubens. **Para além do Consenso de Washington**. Gazeta Mercantil, Edição de 13.08.1999, p. A-2.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos**. São Paulo, Makron Books, 1995.

ROSA, Alexandre M, et al. **Marco legal do terceiro setor**: aspectos teórico e prático. Florianópolis, Tribunal de Justiça, 2003.

SAFFIOTTI, Helleieth. I.B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

_____. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? Campinas, **Revista Crítica Marxista**, n. 11, 2000, Disponível em www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista, Acesso em 14.10. 2005.

SARMIENTO, Susana. **Apesar da desigualdade no mercado, mulheres são maioria no terceiro setor.** Disponível em: <<http://www.cuca.org.Br/setor3mulher.htm>>. Acesso em 18 out. 2005

SEBASTIANI, Raquel Vieira. Gênero e desigualdade salarial. Porto Alegre, **Revista Mulher e Trabalho**, 2003, volume 3, disponível em www.fee.org.br. Acesso em 18.10.2005

SEBRAE. **Os desafios do setor de serviços.** Disponível na internet http://www.sebrae-sc.com.br/novos_destaque/edital/cap1.htm. Acesso em 18 nov. 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Associativismo Civil em Santa Catarina: trajetórias e tendências.** Florianópolis: Insular, 2004.

SILVA, Lorena Holzmann da. Divisão sexual do trabalho. In: CATTANI, Antonio David (Org.). Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.

SOGGE, David (Ed.). **Compasión y cálculo: un análisis crítico de la cooperación al desarrollo.** Bracelona: Icaria, 1998.

SOUZA, Zenira Pires de. **A Responsabilidade social empresarial sob uma perspectiva sistêmica.** Florianópolis: UFSC, 2004. Tese engenharia de Produção da UFSC.

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís. **(Des)Ajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Um espectro ronda o terceiro setor: o espectro do mercado.** 2. ed. rev. Ijuí: ed Unijuí, 2004.

TERCEIRO setor: nem público, nem privado. Disponível em www.observatorio.sp.gov.br, Acesso em 01.02.2004.

TREVISOL, J. V.. **O imaginário social da democracia: uma análise sociológica a partir de algumas organizações da sociedade civil de Florianópolis.** Florianópolis: UFSC, 1995. Dissertação

TRIVIÑOS, Augusto N. Silva (Augusto Nivalde Silva). **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **Capitalismo Histórico e civilização capitalista.** Rio de janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel Maurice. **O capitalismo histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANEXO 1

QUESTIONÁRIO APLICADO A TRABALHADORAS-REMUNERADAS EM ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS (ONGs) NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS (Ano de 2005)

1. Perfil Pessoal do entrevistado

1.1 Sexo:

<input type="checkbox"/> Feminino	<input type="checkbox"/> Masculino
-----------------------------------	------------------------------------

1.2 Idade:

<input type="checkbox"/> Até 20 anos	<input type="checkbox"/> Entre 20 e 40 anos	<input type="checkbox"/> Acima de 40 anos
--------------------------------------	---	---

1.3 Estado Civil

Solteiro (a) casado (a) Separado (a) Outro. Qual? _____

1.4 Tem filhos? (Caso a resposta seja negativa ir para item 1.6)

Não Sim. Quantos? _____

1.5 Onde/com quem ficam seus filhos enquanto você trabalha? _____

1.6 Bairro em que mora: _____

1.7 Possui casa própria?

Não Sim

1.8 Você divide o local que mora com outras pessoas?

Não Sim. Com quem? _____

2. Perfil da Formação e Atuação Profissional do entrevistado

2.1 Nível de escolaridade:

	Completo	Incompleto
Ensino Fundamental	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ensino Médio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Nível Superior	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Especialização	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mestrado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Doutorado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não possui ensino <input type="checkbox"/>		

2.2. Área de formação profissional: _____

2.3 Motivo que o levou a trabalhar em uma Ong: _____

2.4 Como avalia as oportunidades de emprego dentro do Terceiro Setor? _____

2.5 Você está satisfeito (a) com seu trabalho no Terceiro Setor?

Não. Por que _____

Sim. Por que _____

2.6 Qual era seu conhecimento sobre ONGs antes de vir trabalhar nessa instituição? _____

2.7 Você realizou outros trabalhos remunerados que não fosse em uma ONG?

Não Sim. Qual (is)? _____

2.8 Como você avalia seus trabalhos anteriores em relação ao seu trabalho numa ONG? ____

3. Perfil Ocupacional do entrevistado na ONG

3.1. Identificação da sua ocupação na ONG:

Voluntário (a)	Coordenador (a) Técnico	Funcionário (a) Administrativo	Outra função remunerada
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/> _____

3.2 Fez algum curso ou algum treinamento relativo à gestão do Terceiro Setor?

<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Sim. Qual (is)? _____
------------------------------	--

3.3 Tempo que está na função: _____

3.4 Você começou a colaborar nesta ONG sem remuneração?

<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não
------------------------------	------------------------------

3.5 Qual seu vínculo trabalhista? _____

3.6 Qual seu horário de trabalho? _____

3.7 Além de suas funções na ONG você realiza tarefas em casa?

Não Sim. Quais? _____

3.8 Quantas horas essas tarefas ocupam de seu tempo diariamente? _____

3.9 Recebe algum tipo de ajuda na realização dessas tarefas?

Não Sim. De quem? _____

3.10 Como se sente em relação ao seu trabalho na ONG e ao seu trabalho em casa? _____

3.11 Além de seu trabalho remunerado na ONG possui algum vínculo remunerado com outra instituição? (Caso de resposta afirmativa, responder item 4.3 do perfil econômico-financeiro)

Não Sim. Qual vínculo e com qual instituição? _____

4. Perfil econômico-financeiro do entrevistado

4.1 Nível Salarial na ONG:

Menos de 1 (um) Salário Mínimo	1 (um) Salário Mínimo	2 (dois) Salários Mínimos	3 (três) Salários Mínimos	4 (quatro) Salários Mínimos	5 (cinco) Salários Mínimos	6 (seis) Salários Mínimos	7 (sete) Salários Mínimos	Acima de 7 (sete) Salários Mínimos
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Os valores podem ser aproximados

4.2 Além do salário existe mais algum benefício?

Vale-transporte Vale alimentação Assistência Médica
 Assistência odontológica Salário família Outros. Quais? _____

4.3 Possui outras Rendas?

Não Sim. Qual (is)? _____

4.4 Renda aproximada da Família:

Menos de 1 (um) Salário Mínimo	1 (um) Salário Mínimo	2 (dois) Salários Mínimos	3 (três) Salários Mínimos	4 (quatro) Salários Mínimos	5 (cinco) Salários Mínimos	6 (seis) Salários Mínimos	7 (sete) Salários Mínimos	Acima de 7 (sete) Salários Mínimos
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Os valores podem ser aproximados

4.5 Qual a significância de seu salário para a renda da família como um todo? _____

4.6 Você está satisfeito (a) com sua renda?

() Não. Por que? _____ () Sim

5. Perfil Opinião

5.1 A que você atribui a grande quantidade de mulheres trabalhando no Terceiro Setor? ____

5.2 O que significa o trabalho fora de casa para você? _____

Obrigada por sua colaboração!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!